

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**“OS CÍRCULOS AGROCULTURAIS”:
Parâmetros e limites de uma proposta de educação
popular no Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ**

JOSÉ MARQUES DE SOUSA NETO

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**“OS CÍRCULOS AGROCULTURAIS”:
Parâmetros e limites de uma proposta de educação popular no Distrito
Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ**

JOSÉ MARQUES DE SOUSA NETO

Sob a Orientação da Professora

Rosa Cristina Monteiro

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação e Sociedade.

Seropédica, RJ
Maio de 2010

338.188098153

S725c

T

Sousa Neto, José Marques de, 1973-.

Os Círculos Agroulturais: parâmetros e limites de uma proposta de educação popular no Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ /José Marques de Sousa Neto - 2010.

129 f.: il.

Orientador: Rosa Cristina Monteiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 81-83.


1. Projetos de desenvolvimento rural - Rio de Janeiro (RJ) - Brasil - Teses. 2. Extensão rural - Teses. 3. Educação popular - Teses. I. Monteiro, Rosa Cristina, 1955-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

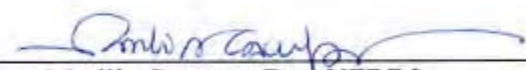
JOSÉ MARQUES DE SOUSA NETO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.


DISSERTAÇÃO APROVADA EM 10 de maio de 2010.




Rosa Cristina Monteiro, Dra. UFRRJ



Marília Campos, Dra. UFRRJ



Mônica Cox de Britto Pereira, Dra. UFF



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas *as pessoas simples do Mundo* que teimam em insistir na construção de um mundo melhor para todas e para todos. Para comunicar isto, uma poesia de Francisco de Assis França (o Chico Science):

Modernizar o passado é uma evolução musical

Cadê as notas que estavam aqui?

Não preciso delas, basta deixar tudo soando bem aos ouvidos

O medo dá origem ao mal

O homem coletivo sente a necessidade de lutar

O orgulho, a arrogância, a glória, enchem a imaginação de domínio

São demônios os que destroem o poder bravo da humanidade

Viva Zapata!

Viva Sandino!

Viva Zumbi!

Antonio Conselheiro!

Todos os Panteras Negras

Lampião, sua imagem e semelhança

Eu tenho certeza eles também cantaram um dia

AGRADECIMENTO

Agradeço ao *tempo* e ao *vento* por este trabalho. Ilustro isto com uma poesia de Almir Sater:

Por mais que tente
Não entendo
Todo mundo enlouquecendo
Quem é que está com a razão
E tanta gente ainda lendo
Velho e novo testamento
Sem compreender a lição
Verdade é voz que vem de dentro
E mata a sede dos sedentos
O pior entre os meus sentimentos
De mim foi levado enfim pelo tempo
Mais um milênio vem nascendo
De repente se perdendo
A melhor das ocasiões
É só questão de investimento
Em vez de armas
Alimento
Deixar viver, dar o pão
Nesse universo tão imenso
O meu caminho eu mesmo penso
E se um dia restar meu silêncio
É que as minhas canções
Se perderam no vento

BIOGRAFIA

Faço minhas as palavras de Galvão e Moraes Moreira nesta poesia:

Vou mostrando como sou
E vou sendo como posso,
Jogando meu corpo no mundo,
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto
E passo aos olhos nus
Ou vestidos de lunetas,
Passado, presente,
Participo sendo o mistério do planeta
O tríplice mistério do "stop"
Que eu passo por e sendo ele
No que fica em cada um,
No que sigo o meu caminho
E no ar que fez e assistiu
Abra um parênteses, não esqueça
Que independente disso
Eu não passo de um malandro,
De um moleque do Brasil
Que peço e dou esmolas,
Mas ando e penso sempre com mais de um,
Por isso ninguém vê minha sacola

RESUMO

SOUSA NETO, José Marques de. *Os Círculos Agroulturais: parâmetros e limites de uma proposta de educação popular no Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ*. 2010. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

Relato crítico da experiência de um projeto de desenvolvimento comunitário sustentável, o projeto DASARA (Projeto de Desenvolvimento Agrícola Sustentável nos Assentamentos das Áreas Rur-urbanas da Baixada Fluminense – Estado do Rio de Janeiro – Brasil – Projeto MAE 7737/CISV/BRA), realizado pela parceria entre uma ONG de origem italiana (CISV – Comunità Impegno Servizio Volontariato: Comunidade Empenho Serviço Voluntariado, fundada em Torino/Itália no ano de 1961) e uma ONG brasileira (SEOP – Serviço de Educação e Organização Popular, fundada em Petrópolis/RJ no ano de 1990), através do financiamento da cooperação internacional italiana (mediada pelo MAE Ministero degli Affari Esteri: Ministério das Relações Exteriores da Itália), no Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ, Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no período de 2004 a 2007, envolvendo, no total, cerca de 400 agricultores em todas as atividades implantadas. A problemática central é a participação popular no âmbito dos projetos de desenvolvimento comunitário sustentável. O eixo da análise consiste no estudo da proposta estratégica e metodológica denominada Círculos Agroulturais, desenvolvida no curso do referido projeto. O objetivo da pesquisa é descrever como a proposta dos Círculos Agroulturais do Projeto DASARA enfrentou o problema da participação popular, evidenciando os desdobramentos advindos; e, compreender, a partir daí, como se configurou a atuação popular no processo de interação com os agentes do projeto, destacando a contribuição do DASARA para a vida dos próprios beneficiários, definida por eles mesmos. A pesquisa tomou como fontes principais: o texto projetual aprovado pelo financiador, os relatórios oficiais apresentados ao financiador, descrição das observações participativas das atividades dos coordenadores do projeto, e, entrevistas semi-estruturadas dos agricultores beneficiados pelas ações. Conclui-se que os Círculos Agroulturais podem ser entendidos como uma experiência metodológica de educação popular voltada para a participação dialógica, apresentando-se como um caminho possível para a superação dos limites dos modelos convencionais inspirados no referencial difusionista; e, que, em termos relativos, os Círculos Agroulturais conseguiram superar a racionalidade bipolar dos atores sociais (o agente e o beneficiário, o técnico e o agricultor, o perito e o senso comum), muito comum no domínio da realização de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável, assumindo uma perspectiva que pressupõe a emergência de várias vozes no conjunto da participação, dissolvendo os atores clássicos, para figurarem com a singularidade própria de cada um.

Palavras-chave: Projetos de Desenvolvimento Comunitário Sustentável, Participação Popular, Extensão Rural.

ABSTRACT

SOUSA NETO, José Marques de. *Agricultural co-ops: parameters and limits of a proposal for popular education in the Agricultural District of Rio do Ouro de Magé/RJ*. 2010. 130 p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

Critical report of the experience of a sustainable community development project, project DASARA (project of sustainable agricultural development in the settlements of the rur-urban areas of the Baixada Fluminense - State of Rio de Janeiro - Brazil - Project MAE 7737/CISV/BRA), created in partnership between an Italian NGO (CISV - Engagement Community for Voluntary Service, Comunità Impegno Servizio Volontariato, founded in Turin/Italy in 1961) and a Brazilian NGO (SEOP - Service of Popular Education and Organization, Serviço de Educação e Organização Popular, founded in Petrópolis/RJ in 1990) through the funding of Italian international cooperation (obtained through the Ministry of Foreign Affairs of Italy) in the agricultural district of Rio do Ouro de Mage/RJ, Baixada Fluminense, Metropolitan Region of Rio de Janeiro, in the period from 2004 to 2007, involving a total of around 400 farmers in all activities. The central issue is popular participation in sustainable community development projects. The axis of analysis is to study the strategical and methodological proposal called Agricultural co-ops, developed during the project of reference. The objective of this research is to describe how the proposal of Agricultural co-ops in DASARA project has addressed the problem of popular participation highlighting the resulting developments; and to understand, from this, how the popular implementation was configured in the interaction process with the agents of the project, underlining the contribution of DASARA to the lives of the target groups, declared by the farmers themselves. The research has found as its main sources: the text of the project approved by the sponsor, the official reports submitted to the sponsor, the description of participatory observations about the activities by the project coordinators, and semi-structured interviews to the farmers, targets of the action. It results that Agricultural co-ops can be intended as a methodological experience of popular education towards dialogical participation, presenting itself as a possible way to overcome the limits of conventional models inspired by diffusionist referentiality; and that, in relative terms, Agricultural co-ops have overcome the bipolar rationality of social actors (agent and beneficiary, technician and farmer, expert and common sense), which is very frequent in the domain of the realization of sustainable community development projects, assuming the perspective that presupposes the arisal of the different actors involved, disrupting the traditional players, to cope with the individuality of each one.

Key word: Sustainable Community Development Project, Popular Participation, Rural Extension

RIASSUNTO

SOUSA NETO, José Marques de. ***Circoli Agro-culturali: parametri e limiti di una proposta di educazione popolare nel Distretto Agricolo Rio do Ouro de Magé/RJ***. 2010. 130 p. Dissertazione (Master Scienza in Educazione Agraria). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

Relazione critica dell'esperienza di un progetto di sviluppo comunitario sostenibile, il progetto DASARA (Progetto di sviluppo agricolo sostenibile negli insediamenti delle aree rur-urbane della Baixada Fluminense – Stato di Rio de Janeiro - Brasile - Progetto MAE 7737/CISV/BRA), realizzato in partenariato tra un'ONG di origine italiana (CISV - Comunità Impegno Servizio Volontariato, fondata a Torino/Italia nel 1961) e una ONG brasiliana (SEOP - Servizio Educazione e Organizzazione Popolare Fondata a Petrópolis/RJ nel 1990), attraverso il finanziamento della cooperazione internazionale italiana (ottenuta attraverso il MAE, Ministero degli Affari Esteri d'Italia), nel distretto agricolo Rio do Ouro de Mage / RJ, Baixada Fluminense, Regione Metropolitana di Rio de Janeiro, nel periodo dal 2004 al 2007, coinvolgendo in totale circa 400 agricoltori in tutte le attività svolte. La problematica centrale è la partecipazione popolare nell'ambito di progetti di sviluppo comunitario sostenibile. L'asse di analisi consiste nello studio della proposta strategica e metodologica denominata Circoli Agro-culturali, sviluppata nel corso del progetto di riferimento. L'obiettivo di questa ricerca è quello di descrivere come la proposta dei Circoli Agro-culturali del progetto DASARA abbia affrontato il problema della partecipazione popolare, evidenziando gli sviluppi risolutivi che ne derivano; e di comprendere, a partire da ciò, come si è configurata l'attuazione popolare nel processo di interazione con gli agenti del progetto, mettendo in luce il contributo del progetto DASARA a favore della vita dei beneficiari, dichiarato dagli agricoltori stessi. La ricerca ha trovato come sue fonti principali: il testo progettuale approvato dal finanziatore, le relazioni ufficiali presentate al finanziatore, la descrizione delle osservazioni partecipative sulle attività dei coordinatori del progetto, ed interviste semi-strutturate degli agricoltori beneficiari delle azioni. Ne consegue che i Circoli Agro-culturali possono essere intesi come un'esperienza metodologica di educazione popolare volta alla partecipazione dialogica, presentandosi come un possibile cammino per superare i limiti dei modelli convenzionali ispirati alla referenzialità diffusionista, e che, in termini relativi, i Circoli Agro-culturali hanno superato la razionalità bipolare degli attori sociali (l'agente e il beneficiario, il tecnico e l'agricoltore, il perito e il senso comune), molto frequente nel dominio di realizzazione di progetti di sviluppo comunitario sostenibile, assumendo una prospettiva che presuppone l'emergere delle varie voci in gioco, disgregando gli attori tradizionali, per confrontarsi con l'individualità di ciascuno.

Parole chiave: Progetti di Sviluppo Comunitario Sostenibile, Partecipazione Popolare, Estensione Rurale.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01: Mapa da Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	7
Ilustração 02: Mapa do Estado do Rio de Janeiro	8
Ilustração 03: Mapa das Unidades de Conservação na Baixada Fluminense	9
Ilustração 04: Vista aérea geral do Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ.....	14
Ilustração 05: Vista aérea parcial da Comunidade Vila Inhomirim	14
Ilustração 06: Vista aérea parcial da Comunidade Pau Grande	15
Ilustração 07: Vista aérea parcial da Comunidade Cachoeira Grande.....	15
Ilustração 08: Vista aérea parcial da Comunidade Parque dos Artistas	16
Ilustração 09: Vista aérea parcial da Comunidade Vala Preta	16
Ilustração 10: Vista aérea parcial da Comunidade Rio do Ouro	17
Ilustração 11: Vista aérea parcial da Comunidade Rio dos Cavaleiros	17
Ilustração 12: Vista aérea parcial da Comunidade Conceição do Suruí	18
Ilustração 13: Vista aérea parcial da Comunidade Cachoeirinha	18
Ilustração 14: Vista aérea parcial da Comunidade Santa Rosa	19
Ilustração 15: Vista aérea parcial da Comunidade Santo Aleixo	19

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01: Resultados esperados e atividades previstas para o objetivo específico I	27
Tabela 02: Resultados esperados e atividades previstas para o objetivo específico II	28
Tabela 03: Resultados esperados e atividades previstas para o objetivo específico III.....	29
Tabela 04: Temporalidade formal do projeto DASARA de acordo com as exigências do financiador	30
Tabela 05: Quadro sistemático das informações levantadas pelo diagnóstico do DASARA. .	34
Tabela 06: Encontros Intercomunitários realizados durante o DASARA	39
Tabela 06. Continuação: Encontros Intercomunitários realizados durante o DASARA.....	40
Tabela 07: Organização das comunidades em centros de intervenção para a realização dos cursos	43
Tabela 08: Calendário da construção e realização dos cursos do programa de formação	44
Tabela 09: Números finais dos cursos do programa de formação – 1º ano.....	44
Tabela 10: Encontros dos grupos de produção no 3º ano do DASARA (Fonte: CISV, 2008a, p. 8).....	60

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Vinculação dos agricultores entrevistados às associações35

Gráfico 02: Grau de satisfação dos agricultores entrevistados com relação às associações ...36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Visão Geral da Pesquisa	1
1.2. Justificativa do Trabalho	3
1.3. Contribuição Esperada do Estudo.....	5
1.4. Pressupostos da Pesquisa	6
1.5. Objetivo da Pesquisa.....	6
2. O LUGAR DE ONDE SE FALA	7
2.1. A Baixada Fluminense – Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	7
2.2. O Município de Magé/RJ.....	11
2.3. As Comunidades Rurais do Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ.....	13
3. O PROJETO DASARA	21
3.1. A Construção do Projeto & O Período Pré-financiamento.....	23
3.2. Objetivos, Atividades e Resultados Esperados do Projeto	25
3.3. Temporalidade do Projeto.....	30
3.4. Primeiro Ano	30
3.4.1. Bases operacionais	30
3.4.2. Diagnóstico	32
3.4.3. Encontros intercomunitários	39
3.4.4. Grupo jovem de apoio ao DASARA (grupo GAD).....	40
3.4.5. Programa de cursos de formação	41
3.4.6. Acompanhamento técnico	45
3.5. Segundo Ano	47
3.5.1. Bases operacionais	47
3.5.2. Programa de micro-crédito	47
3.5.3. Ponto de partida das atividades em 2006.....	49
3.5.4. Círculos agro culturais e os grupos de produção	50
3.5.5. Cursos de formação	53
3.5.6. Acompanhamento técnico	54
3.6. Terceiro Ano	55
3.6.1. Bases operacionais	55
3.6.2. Cursos de formação	56
3.6.3. Micro-crédito	57
3.6.4. Acompanhamento técnico	59
3.6.5. Infra-estruturas.....	60
3.7. Últimos Elementos.....	64
3.7.1. O caso do capril de Conceição do Suruí.....	64
3.7.2. O encerramento do período de financiamento	66
4. UMA ANÁLISE DOS CÍRCULOS AGRO CULTURAIS	68
5. CONCLUSÕES	78
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
7. ANEXOS	84

APRESENTAÇÃO

“Que eu me organizando posso desorganizar. Que eu desorganizando posso posso me organizar. Que eu me organizando posso desorganizar” (CHICO SCIENCE).

Esta dissertação está organizada em cinco partes: uma introdução; a caracterização do lugar de onde se fala; a descrição da experiência em foco; uma análise da proposta estratégica e metodológica da experiência em foco; e as conclusões.

A introdução trata da visão geral da pesquisa, da justificativa deste trabalho, da contribuição esperada com este estudo, e dos pressupostos e objetivos da pesquisa realizada. Nesta seção, levamos em consideração os aspectos tidos como mais importantes no âmbito do nosso fazer profissional cotidiano.

A caracterização do lugar de onde se fala, apresenta o território da Baixada Fluminense, o município de Magé e as comunidades rurais do Distrito Agrícola Rio do Ouro, a partir da nossa presença ativa há cerca de 12 anos nestes solos de relações sociais bastante complexas e de beleza ambiental incomparável. Presença que busca ser cada vez mais crítica.

A descrição da experiência em foco, sistematizada a partir da referência temporal (primeiro ano, segundo ano e terceiro ano do projeto em questão), parte mais densa deste trabalho, busca apresentar criticamente a evolução da realização do caso em estudo. Talvez esteja muito detalhada para os fins desta dissertação. Porém, isto se justifica pelo fato de que este trabalho será revisitado para análises posteriores, e porque também servirá para subsidiar discussões no âmbito da continuidade dos nossos trabalhos profissionais no território em foco e em outros territórios no Brasil e na América Latina.

A análise da proposta estratégica e metodológica da experiência em foco apresenta uma leitura crítica nossa fundamentada no referencial teórico de Paulo Freire e de Juan Diaz Bordenave, pensadores da Escola Latino-Americana de Comunicação, que nos influenciam há tempos, e continuam influenciando, no espaço-tempo do exercício profissional.

A última parte, conclusões, estabelece as relações necessárias entre a análise da proposta estratégica e metodológica da experiência em foco e os pressupostos da pesquisa realizada. Toma como referência o momento presente dos desdobramentos da experiência estudada, no que diz respeito ao impacto causado no interior da organização não governamental de origem italiana, promotora da ação, e no interior da mobilização e da organização popular dos agricultores do Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ.

Boa leitura...

1. INTRODUÇÃO

“Nada como o Firmamento, para trazer ao pensamento a certeza de que estou sólido, em toda a área que ocupo. E a imensidão aérea é ter o espaço do firmamento no pensamento. E acreditar em voar algum dia.” (CHICO SCIENCE).

1.1. Visão Geral da Pesquisa

Nesta dissertação apresentamos e analisamos um projeto de desenvolvimento comunitário sustentável, realizado no Distrito Agrícola Rio do Ouro¹, município de Magé, Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália² e executado pela parceria entre uma ONG de origem italiana³ e uma ONG brasileira⁴, com apoio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro⁵, no período de Novembro/2004 a Novembro/2007. A este projeto passaremos a nos referir como Projeto DASARA⁶.

Situamo-nos, assim, no terreno da promoção de projetos de desenvolvimento sustentável a favor de agricultores familiares de uma das principais regiões metropolitanas do Brasil, realizados pela parceria entre organizações não governamentais com financiamento de fundos da cooperação internacional italiana. Isto é um exemplo do ‘quando’ da sociedade internacional e nacional organizadas, reunidas em torno de esforços supostamente comuns, com a finalidade de experimentar novas vias de enfrentamento dos problemas em torno da ocupação e do uso dos territórios em situação de tensão social e ambiental, considerados como de interesse estratégico.

O Projeto DASARA abrangeu um conjunto de ações alcançando cerca de 400 agricultores de 11 comunidades. O eixo central da experiência consistiu em um processo ensino-aprendizagem, envolvendo a sistematização e a elaboração de procedimentos potencializadores das atividades agrícolas e dinamizadores da organização comunitária local.

O desafio assumido pelo DASARA foi o de provocar atitudes experimentadoras e problematizadoras nos agricultores, de tal forma que estas atitudes se manifestassem em iniciativas populares voltadas para a busca de soluções dos problemas produtivos e da organização coletiva da agricultura familiar local.

As atividades do projeto compreenderam um programa de cursos de formação técnica para os agricultores; um fundo rotativo de micro-crédito; um sistema de acompanhamento das produções; e a implantação de pequenos espaços coletivos de comercialização e de beneficiamento de produtos primários.

No início das atividades projetuais, a expectativa era a de assumir as já existentes associações comunitárias dos agricultores, como interlocutores privilegiados. A idéia era a de

¹ Criado pela Lei municipal Nº 1532/2002.

² MAE – Ministero Affari Esteri.

³ CISV – Comunità Impegno Servizio Volontariato (Comunidade Empenho Serviço Voluntariado), de Torino, Itália. Fundada em 1961.

⁴ SEOP – Serviço de Educação e Organização Popular, de Petrópolis, RJ. Fundada em 1990.

⁵ Deliberação do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão Nº 121 de 24 de novembro de 2004.

⁶ Projeto de Desenvolvimento Agrícola Sustentável nos Assentamentos das Áreas Rur-urbanas da Baixada Fluminense – Magé/RJ – Brasil (Programma MAE 7737/CISV/BRA).

que o projeto pudesse funcionar como um instrumento catalisador das ações das estruturas populares locais, priorizando os aspectos ligados à produção e à comercialização dos produtos oriundos da atividade agrícola do Distrito. O diagnóstico inicial, que envolveu entrevistas semi-estruturadas e encontros com os diretores das associações, identificou uma forte aversão das pessoas em relação às formas associativas locais: associações, cooperativas e sindicato dos trabalhadores rurais. Além de reprovarem a atuação dos dirigentes destas organizações, os entrevistados apontaram para o descrédito com relação a todas as formas associativas de gestão das estruturas e das questões coletivas.

Diante deste quadro, o grupo que implantava o projeto DASARA redefiniu a sua estratégia, assumindo-o como um processo de ensino-aprendizagem para a participação dialógica, abrindo um conjunto significativo de ações e de procedimentos, que deveriam ser definidos e decididos através da interação direta com os agricultores beneficiários.

Assim, no projeto DASARA buscou-se envolver agricultores através de uma abordagem individual, com a finalidade de iniciar a composição de grupos informais, a serem reunidos em torno de temáticas de interesse comum, mediados pelas atividades projetuais de responsabilidade dos agentes do projeto.

Desta forma, a estratégia de mobilização dos agricultores para a realização das atividades foi a de reuni-los em torno dos chamados Círculos Agroindustriais, entendendo por estes, todas as ocasiões estruturadas de encontro grupal entre os agentes do projeto e os agricultores.

Os Círculos Agroindustriais aconteceram nas próprias comunidades, envolvendo espaços de uso coletivo e sítios de agricultores, com a finalidade de apresentar, discutir e re-elaborar as atividades projetuais. Os Círculos Agroindustriais configuraram-se, então, como ocasiões de apresentação de metas, de reflexão de idéias, de trocas de experiências, de elaboração e debate de propostas e de tomadas de decisão. Os círculos foram sistematizados em três instâncias: os *cursos* do programa de formação, os *grupos* de produção e os *encontros* intercomunitários.

Os *cursos* do programa de formação foram organizados com o envolvimento direto de agricultores, através de consultas populares e de encontros intercomunitários, definindo temas, dias, horários, locais e frequência das aulas. Os objetivos e conteúdos foram identificados através do diálogo entre agricultores e agentes a partir dos problemas de campo. As aulas deveriam se constituir na investigação das causas dos problemas e na caracterização de procedimentos para a busca de soluções. Depois dos cursos, os concluintes apresentaram propostas de empréstimo para o fundo rotativo de micro-crédito do DASARA a fim de implantar ou de ampliar a produção estudada.

Os *grupos* de produção foram formados depois da realização dos cursos e da concessão de empréstimos. Com frequência sistemática, os grupos reuniram os agricultores em função das explorações que foram temas de curso, exercitando a busca e o compartilhamento de soluções factíveis para os diversos problemas produtivos. Em encontros específicos, formataram e apresentaram propostas sobre a implantação do espaço de comercialização e das agroindústrias previstas no projeto. Além disso, solicitaram a realização de outros cursos para responder a questões surgidas nos debates realizados em torno dos problemas identificados.

Os *encontros* intercomunitários reuniram os agricultores envolvidos nos cursos e nos grupos de produção mobilizados pelo projeto. Foram as ocasiões de intensificação da comunicação desenvolvida nos momentos anteriores. Após pesquisas, consultas populares e debates realizados pelos grupos de produção, os agricultores reunidos nestes encontros compartilharam as diversas propostas e tomaram as decisões que determinariam critérios para a implantação propriamente dita das atividades previstas.

Em 2007, último ano do DASARA, os agricultores decidiram participar de uma cooperativa popular local, a COOPAGÉ⁷, que há dez anos buscava se consolidar na busca de melhores condições produtivas e econômicas para a categoria, e que até aquele momento lidava com grandes dificuldades na obtenção de apoio e de acesso a informações e orientações de qualidade.

O processo de articulação entre os agricultores vindos do DASARA e os sócios da cooperativa envolveu atividades de conhecimento, de reconhecimento e de integração que culminaram com a decisão de implantar aí o espaço coletivo de comercialização e a agroindústria de processamento de mel.

Nem todos os agricultores envolvidos no projeto DASARA engajaram-se na COOPAGÉ. O grupo que conduzia a implantação de um viveiro de produção de mudas e de uma pequena agroindústria de fabricação de doces decidiu continuar de forma independente.

O fim do período de financiamento do Projeto DASARA também foi marcado por rupturas entre as organizações não governamentais parceiras. Desencontros metodológicos e de concepções de fundo que se acumularam no curso do processo e emergiram nos momentos finais do período de financiamento, contribuíram para a conformação de um quadro conflituoso que envolveu diretamente as organizações parceiras, os agentes do projeto e os agricultores beneficiários.

Isto influenciou o desdobramento das atividades realizadas e os rumos dos grupos estimulados pelas ações do DASARA, impondo novos desafios à continuidade do trabalho das ONGs envolvidas, junto aos agricultores beneficiados no território.

1.2. Justificativa do Trabalho

Este trabalho concentra sua atenção nos processos gerados pelos projetos de desenvolvimento sustentável, e por se inserir nas questões ligadas ao desenvolvimento *rural*, situa-se também nos domínios da extensão rural.

Como é sabido, o problema da aprendizagem, da comunicação e da participação no contexto da extensão rural e dos projetos de desenvolvimento, tem ativado um campo de discussões que se apresenta contornado e analisado por alguns autores, entre os quais destacamos FREIRE (2001) e DIAZ BORDENAVE (2002).

No final dos anos 1940, a então recém-criada assistência técnica e extensão rural do Brasil buscava implantar as diretrizes político-econômicas traçadas pelo modelo de desenvolvimento que prevaleceu no pós-segunda guerra mundial. A fim de promover a modernização da agricultura brasileira, o objetivo fundamental era traçar medidas e executar ações a favor da difusão e transferência de tecnologias aos agricultores, para alcançar a máxima ampliação dos resultados produtivos. Sob esta perspectiva, até os anos 1980, foram aplicados vários modelos de extensão rural, dentre os quais destacam-se o difusionista, o dos pacotes e o de inovação induzida pelo mercado (DIAZ BORDENAVE, 1995).

Com base na avaliação negativa dos resultados do processo de modernização da agricultura, a partir de então, surgiram críticas e propostas que evidenciaram a necessidade não só de orientar os serviços na direção da construção de modelos de desenvolvimento rural a favor do bem-estar da população, mas também de priorizar a participação decisória dos próprios agricultores. Nesse processo foram traçados outros modelos de assistência técnica e extensão rural.

No âmbito dos debates em torno dos modelos de desenvolvimento sustentável, as experiências de extensão rural promovidas por ONGs e pelos serviços públicos na história recente, tomam como pressuposto fundamental a necessidade da *participação popular* nas

⁷ Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais dos Agricultores Familiares do Município de Magé/RJ.

ações desenvolvidas. Isto é evidente nos esforços de ONGs nacionais e de cooperação internacional que trabalham com o desenvolvimento rural sustentável.

É inegável que nos espaços de reflexão e de atuação das ONGs, a *participação popular* é reconhecida e defendida como o principal fator a ser considerado quando se fala em transformar os modos de conceber, de construir e de realizar os projetos de desenvolvimento sustentável para que, no mínimo, logrem os resultados esperados.

Documentos de agências internacionais para o desenvolvimento, como a FAO/BID (FAO, 2007), a União Européia (UE, 2008) e o Banco Mundial (BIRD, 2008), apelam pela abordagem participativa na construção, realização, monitoramento e avaliação dos projetos de desenvolvimento.

Na esfera pública brasileira, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) legitima a abordagem por “*meio de metodologias educativas e participativas*” como instrumento principal para o cumprimento da “*missão*” dos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural (BRASIL, 2004, p.9).

Seguindo as diretrizes da nova política, o Ministério do Desenvolvimento Agrário realizou, nos últimos anos, cursos de abrangência nacional voltados à formação dos agentes de extensão rural sob a ótica da participação dos beneficiários nos processos de construção e de realização dos projetos de desenvolvimento rural sustentável. As ONGs fazem o mesmo oferecendo cursos para ‘capacitar’ os agentes de projeto. Além de estruturas públicas e de ONGs, verifica-se ainda a existência de instituições de ensino a distância, com alcance continental, que priorizam a realização de cursos que tratam da aproximação participativa para o desenvolvimento. É o caso, por exemplo, da REDCAPA⁸.

Entretanto, apesar destas orientações e de todos estes esforços, na atividade cotidiana em projetos de desenvolvimento rural sustentável, é possível observar dois fenômenos muito freqüentes: as grandes dificuldades que os agricultores enfrentam para se inserirem numa *participação efetiva* e as barreiras que os agentes de extensão encontram para *fazer* com que os agricultores *participem* das suas atividades. Aqui, detectamos a problemática existente, e persistente, nas relações entre técnicos (agentes externos) e agricultores (beneficiários). Tal problemática nos indica também as questões existentes entre o saber científico e o saber popular, a relação entre o perito e o senso comum.

Considerando a problemática do uso do termo *participação*, Diaz Bordenave (2002, p. 22) esclarece que *participar* implica em um exercício contínuo de *fazer parte, tomar parte e ter parte* nos processos de produção, gestão e consumo dos bens materiais e imateriais da humanidade. Enfatiza, ainda, que existem vários tipos, níveis e graus de participação que os diferentes sujeitos podem exercer de maneira distinta, nas diversas fases dos processos, como, por exemplo, dos processos ligados aos projetos de desenvolvimento sustentável.

Apesar dos discursos *participativos*, verifica-se junto aos agentes de extensão rural uma postura ainda muito vinculada aos pressupostos difusionistas. É comum encontrar agentes que se dizem abertos à *participação*, mas que, na prática cotidiana, ainda priorizam a transferência unilateral das informações técnico-científicas aos agricultores, voltadas para a máxima elevação da produtividade. Não importa, por enquanto, se estes agentes defendem a agricultura convencional ou a agricultura agroecológica. Frequentemente eles acabam por atribuir pouca importância à inserção efetivamente *participativa* dos agricultores nos processos de geração de tecnologias de produção e de organização coletiva que sejam socialmente significativas. Desta feita, nos parece que a afirmação de Freire (2001, p. 24) ainda permanece válida:

⁸ Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Políticas Agrícolas da América Latina e do Caribe (www.redecapa.org.br).

[...] ao estabelecer suas relações permanentes com os camponeses, o objetivo fundamental do extensionista, no trabalho de extensão, é tentar fazer com que aqueles substituam seus ‘conhecimentos’, associados a sua ação sobre a realidade, por outros. E estes são os conhecimentos do extensionista.

Deste modo, verificamos a permanência da problemática de *saber* claramente o que é *participação*, o que é *diálogo*, e o que é *confronto cultural*. Este contexto apresenta a necessidade da elaboração e da realização de projetos de intervenção que promovam ações de aprendizagem para a *participação plena*. Ações que envolvam agentes e agricultores em um exercício dialógico a favor da busca de soluções para os problemas de ordem produtiva, e de organização comunitária. Um exercício em que todos eduquem e se eduquem mutuamente, como esclarece Freire (2001, p. 25):

[...] educar e educar-se na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

Neste trabalho, queremos enfrentar a problemática da *participação* a partir da questão do *diálogo*. Entendendo por diálogo o que define Freire (2008, p.107 e p.108, grifo nosso):

É uma relação horizontal de A com B Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.

Somente pela virtude da crença, contudo, tem o diálogo estímulo e significação: pela crença no homem e nas suas possibilidades, pela crença de que somente chego a ser eu mesmo quando os demais também cheguem a ser eles mesmos.

Assim, queremos superar a aproximação quantitativa da participação com uma aproximação qualitativa deste processo. Nas aproximações quantitativas, a preocupação central está no número de pessoas que compareceram numa mesma ocasião, ou ainda em quantas sessões uma mesma pessoa compareceu. Nas aproximações qualitativas, a preocupação central é deslocada para os processos cognitivos estabelecidos nas relações entre os sujeitos que, mediados pela ação dialógica, se envolvem em relações de olhares, de conhecimentos, reconhecimentos, discussões, decisões, planejamentos e ações. Também, é importante contemplar as relações afetivas estabelecidas no curso destes processos que emergem na forma de estranhamentos, desacordos e conflitos que, a partir daí, podem se desdobrar em disputas e negociações ou em rupturas e enlaces.

1.3. Contribuição Esperada do Estudo

A proposição central do trabalho é a de exercitar a crítica e a autocrítica acerca do *fazer* e do *saber fazer*, no sentido de contornar e elucidar as experiências vividas, para que seja possível facilitar a transformação dos sujeitos junto com o mundo que se quer transformar. A autocrítica do *saber fazer* e do *estar sendo* no *quando* deste *fazer* representa um esforço contínuo da autotransformação, do fazer-se e refazer-se.

O que se busca não é a comprovação de que a experiência estudada seja a melhor e que, por isso, deva se constituir em um modelo a ser seguido pelos outros.

Neste caso, a experiência acumulada não seria mais, necessariamente, a de ter feito ou a de saber fazer a mesma coisa sempre, muitas vezes da mesma maneira. Trata-se, antes, de instaurar um ciclo.

Na qualidade de agentes externos, formados pelas universidades, e envolvidos em projetos de desenvolvimento sustentável a favor das pessoas simples, estamos sempre expostos à tentação de acreditar demais nas coisas que sabemos e que pensamos que dominamos. A análise crítica é o que permite superar estas características que estão *introjetadas* em nós, para que possamos contribuir com a construção de processos participativos que, de fato, joguem a favor da superação das situações de exploração e de opressão.

1.4. Pressupostos da Pesquisa

A pesquisa em questão consiste na análise de um processo de intervenção social, os Círculos Agro culturais, e se sustenta nos seguintes pressupostos:

- a) Os Círculos Agro culturais podem ser entendidos como uma experiência metodológica de educação popular voltada para a participação dialógica, apresentando-se como um caminho possível para a superação dos limites dos modelos convencionais inspirados no referencial difusionista.
- b) No domínio da realização dos projetos de desenvolvimento, mesmo nas propostas ditas participativas, consideradas bastante avançadas, o trabalho ainda é feito sob a racionalidade bipolar dos atores sociais: o agente e o beneficiário, o técnico e o agricultor. Contrapondo-se a isto, a novidade que os Círculos Agro culturais supõem apresentar é o modo como enfrentam a problemática da participação. Os Círculos Agro culturais conseguem superar aquela racionalidade, assumindo uma perspectiva que pressupõe a emergência de várias vozes no conjunto da participação, dissolvendo os atores clássicos, para figurarem com a singularidade própria de cada um.

1.5. Objetivo da Pesquisa

O objetivo da pesquisa é descrever como a proposta dos Círculos Agro culturais do Projeto DASARA enfrentou o problema da participação popular, evidenciando os desdobramentos advindos; e, compreender, a partir daí, como se configurou a atuação popular no processo de interação com os agentes do projeto, destacando a contribuição do DASARA para a vida dos próprios beneficiários, definida por eles mesmos.

2. O LUGAR DE ONDE SE FALA

“Moda de viola de um cego infeliz, podre na raiz, ah, ah. Vivo sem futuro num lugar escuro, e o diabo diz, ah, ah. Disso eu me encarrego moda de viola não dá luz a cego, ah, ah.” (EDU LOBO e CAPINAN)

As informações contidas nesta seção foram sistematizadas a partir dos 12 anos de presença ativa neste território que vem caracterizada pelo envolvimento na concepção, construção e realização de projetos a favor de agricultores familiares. A vivência, a relação com outros agentes e com pesquisadores, as interações com os agricultores dos municípios de Nova Iguaçu e Magé, além da leitura de materiais diversos (livros, jornais, artigos e periódicos) nos permitiram uma interpretação do que pode ser a Baixada Fluminense, o município de Magé e o Distrito Agrícola Rio do Ouro.

2.1. A Baixada Fluminense – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

O *locus* da realização desta pesquisa é a Baixada Fluminense (Ilustração 01), espaço geográfico que vem delimitado por fatores relacionados à permanência da agricultura na região, às reservas hídricas que abastecem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e o avanço das favelas sobre áreas de relevância histórica, social, ambiental e agrícola.



Ilustração 01: Mapa da Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A Baixada Fluminense é a porção territorial que separa a cidade do Rio das cadeias montanhosas. Trata-se do trecho fluminense da Serra do Mar, formado por um corpo contínuo e extenso de montanhas rochosas que atravessam a parte central do estado (Ilustração 02). É caracterizada por uma paisagem natural composta por planícies, colinas, morros, manguezais, serra do mar ao fundo, matas, e rica rede hidrográfica desaguando na Baía de Guanabara.



Ilustração 02: Mapa do Estado do Rio de Janeiro

Concentra uma bacia hidrológica de especial importância para o abastecimento da Região Metropolitana do Rio, além de trechos importantes da Reserva Biológica do Tinguá, do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, ambos reconhecidos pela UNESCO como patrimônio natural da humanidade, e das Áreas de Proteção Ambiental de Guapimirim e Petrópolis (Ilustração 03).

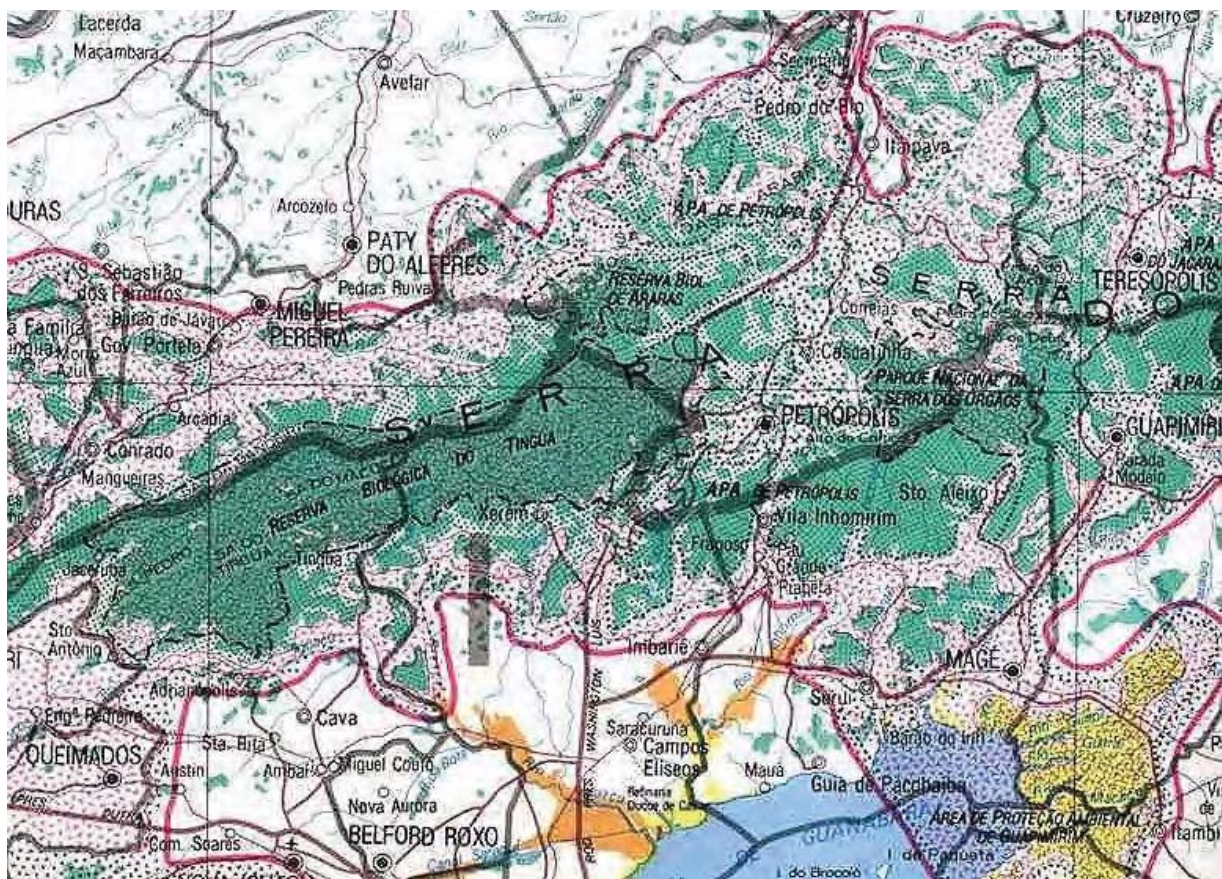


Ilustração 03: Mapa das Unidades de Conservação na Baixada Fluminense

Ao longo da sua história, caracterizou-se por ser a região dos *caminhos e passagens* que possibilitaram o acesso do Rio de Janeiro ao interior do Brasil, sobretudo às regiões de Minas Gerais e de São Paulo. Conheceu vários momentos históricos sempre associados à tecnologia dos transportes: das tropas de mulas que transportavam mercadorias até os diversos rios então navegáveis, de onde seguiam até o centro do Rio; passando pela substituição do transporte fluvial pelas ferrovias; até chegar às rodovias modernas como a Presidente Dutra (BR 116) e a Washington Luis (BR 040) dentre outras.

Em paralelo, desenvolveu um sistema agrícola voltado à produção de alimentos a fim de abastecer as rotas de caminhos e a cidade do Rio de Janeiro, além de vivenciar ciclos de monocultura com a cana-de-açúcar, o café e a laranja. Por ser uma região rica em terras e mananciais hídricos, houve também a instalação de indústrias no final do século XIX, com destaque para as indústrias têxteis que prosperaram e sucumbiram na primeira metade do XX (FIGUEREDO, 2004).

Com a decadência do período agrícola e os esforços do projeto de industrialização a partir dos anos 1950, teve o seu desenvolvimento atrelado a uma intensa urbanização, a fim de concentrar os trabalhadores urbanos vindos dos espaços rurais brasileiros, a serviço da indústria, do comércio e dos serviços da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Entre os anos 1950 e 1960 foi palco de sérios conflitos de terra estabelecidos, por um lado, por grileiros contra agricultores familiares descendentes de escravos livres e mestiços (PUREZA, 1982); e, por outro, pelos herdeiros das indústrias têxteis falidas contra os ex-operários e posseiros que ocupavam as terras das fábricas (CORRÊA; MACEDO, 2007). Estes movimentos se configuraram como uma reação das populações agrícolas remanescentes contra o processo de urbanização e industrialização em curso na região (CORRÊA;

MACEDO, 2007). No entanto, com a ditadura militar, o movimento foi desmobilizado e as suas lideranças duramente perseguidas (SILVA, 2008).

No início dos anos 1980, os conflitos retornaram mais intensos e violentos reunindo os grupos dos anos 1960 e os desempregados urbanos da crise econômica dos anos 1980, colocando a Baixada Fluminense como o principal palco de luta pela terra no Rio de Janeiro e no país (ALENTEJANO, 2002). Atualmente, parte significativa dos assentamentos de reforma agrária do estado está concentrada na região, que, além destes, possui ainda, áreas de posseiros sem título formal de propriedade da terra e colônias de pescadores artesanais.

Atualmente, a Baixada Fluminense é composta por 13 dos 17 municípios da Região Metropolitana do Rio, habitados em 2000 por 3,37 milhões de pessoas (CIDE, 2005). Os municípios que a integram vivem dinâmicas próprias, em maior ou menor escala, mas sempre em sinergia com os municípios vizinhos, formando subcentros dinâmicos em relações estruturais e cotidianas com o conjunto da região.

Os municípios são povoados por pessoas vindas do interior do estado do Rio de Janeiro e de diversas partes do Brasil, sobretudo do Nordeste e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, caracterizadas pela baixa escolaridade, mão-de-obra não especializada, com grande parte sobrevivendo com baixos salários em ocupações informais e temporárias.

Conhecidos como *ciudades dormitórios*, abrigam sua população em habitações precárias, com falta de infra-estrutura e de serviços básicos, além da ausência de políticas públicas eficazes em praticamente todos os setores: pavimentação, saneamento e abastecimento de água, saúde, educação, cultura, esporte e lazer.

A Baixada aparece atualmente com muitos pontos de ‘aglomerados urbanos subnormais’⁹, onde resiste uma tradição agrícola familiar em alternativa àquela decadente, com serviços públicos praticamente inexistentes. A agricultura persiste diante dos projetos de urbanização sendo ainda responsável pela composição de fração significativa da renda de muitas famílias, além de contribuir com o abastecimento de alimentos para a Região Metropolitana. A cada transformação histórica, sempre guiada pelos interesses econômicos e políticos da elite, as famílias de agricultores ressignificam a existência, a continuidade e o sentido da atividade agrícola. Porém, é evidente o avanço do processo de expansão da urbanização sub-normal sobre as áreas de importância histórica, social, agrícola e ambiental.

A Baixada Fluminense figura como uma das áreas mais problemáticas e violentas do Brasil, sendo reconhecida por sua *ordem local* própria e por suas formas de solução de conflitos segundo os *códigos de uma lei própria*, fundada na *violência* e no *poder* daqueles que de alguma maneira detém o domínio na região, caracterizando um verdadeiro *sistema de justiça privada*. Afirma Alves (2003, p. 23):

Sua originalidade, porém, não reside na organização legal da violência pelo Estado a favor de uma “conspiração das classes dominantes”, ou na “incompetência em controlar a violência” por parte deste mesmo Estado, mas no fato de ele ser altamente permeável à violência ilegal. A trajetória política de vários matadores na região dá somente visibilidade à consagrada participação de organizadores de grupos de jagunços ou de extermínio no poder local.

Na sua história de constituição, predominaram a *pobreza* e a *violência* como bases constitutivas dos poderes locais e regionais, resultando em índices altíssimos de homicídios e de execuções sumárias e em trajetórias políticas calcadas no medo e no clientelismo. Alves (2003, p. 23) revela:

⁹ Termo formal utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para designar *favela*.

Na compreensão deste fenômeno, diversos fatores se associam. A rápida incorporação urbana da Baixada e seu intenso processo de loteamento a partir dos anos 30; a concentração populacional e, conseqüentemente, eleitoral nas suas terras; seu caráter estratégico frente aos grupos políticos dominantes tanto na esfera estadual como federal; a interferência da ditadura militar pós-64 no poder local e a atomização das relações sociais resultantes do abandono do estado; a subjetividade dos matadores e sua relação com a esfera política contribuíram para a formulação de uma situação onde a violência pode ser transubstanciada em credencial política capaz de conduzir seus operadores e os esquemas que lhe dão suporte aos postos-chaves do poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Montava-se, portanto, uma estrutura extremamente eficaz de dominação política local, ao mesmo tempo que se garantia a mais absoluta credibilidade frente aos grupos extra locais dominantes, já que se tratava de “feudos” e “currais” da mais absoluta confiança pois, se escapar do clientelismo é possível, o mesmo não se pode dizer do terror da violência incontrolável, da compulsória segurança prestada por matadores e na possibilidade de serem usados na resolução de discordâncias políticas. Na outra face da moeda, setores econômicos com sua parceria lucrativa no financiamento da estrutura montada garantiriam desde o soldo dos executores até os fundos de campanhas eleitorais.

Acerca das trajetórias políticas na Baixada Fluminense, é ainda importante destacar em Alves (2003, p. 24):

Encontra-se a constituição do poder e do Estado calcada em empresas bem-sucedidas de violência privada e ilegal. O caráter oficial, formal e legal do Estado corresponde não só à “lavagem” do passado por demais vinculado ao esquema montado, mas simboliza a consagração popular, o reconhecimento incontestável da sua eficiência. Não se precisa criar territórios ocupados e manter à distância o Estado, a fim de garantir os negócios ilícitos e a fonte de sobrevivência. Nem adiantam motins e distúrbios nas ruas, já que o consentimento lado a lado com o medo confirmam a inutilidade de se recorrer a instâncias absolutamente manipuladas. Por fim, as votações expressivas recobrirão as desigualdades com mandatos populares. A igualdade política reelabora, assim, sob a forma de identificação com os anseios populares, as profundas diferenças mantidas como determinantes na reprodução dessa máquina política.

2.2. O Município de Magé/RJ

O município de Magé tem uma área total de 386,8 km², com população de 205.830 habitantes em 2000 (CIDE, 2005). É o lugar de nascimento de uma das primeiras instalações coloniais na América Latina, criada em 1565 com o nome de Magepe¹⁰. Desde o início foram reconhecidas as suas características favoráveis para a agricultura, graças à fertilidade dos seus solos e a proximidade do porto do Rio.

A região foi inicialmente ‘doada’ para o português Simeão da Mota, época da fundação da cidade do Rio de Janeiro, como retribuição pela participação nas lutas pela expulsão dos franceses da Baía de Guanabara. O solo fértil e o esforço do colonizador deram origem a povoados, caminhos e pequenos portos nos rios da região.

No século XVIII desenvolveu-se uma rede de vilas prósperas que exploravam o fabuloso comércio com as cidades mineradoras do interior do Brasil, com mão-de-obra escrava nas lavouras de cana-de-açúcar, mandioca e milho. No século XIX, foi ali construída a primeira estrada de ferro do Brasil, que ligava o atual porto do distrito de Guia de Pacobaíba, na Baía de Guanabara, ao povoado de Frágoso na base da cadeia montanhosa.

¹⁰ “Mage-pe” do tupi, feiticeiro ou pajé enviado do Deus Tupã para curar e unir a tribo (PRADO, 2000, p. 234).

Com o fim do regime escravista, as terras de Magé foram abandonadas pelos grandes proprietários, o que provocou a desarticulação dos sistemas de drenagem dos rios, o alagamento das terras baixas, e a proliferação de epidemias de malária e febre amarela que despovoaram a região. Isto justificou, mais tarde, a intervenção do Governo Federal na área.

Nos anos 1940 e 1950, o Estado investiu na desapropriação das terras e na estruturação sanitária e viária dos municípios da região metropolitana, criando condições para a formação de cidades-dormitório; rearticulando, assim, o perfil econômico desses municípios em função das demandas do crescimento populacional. A localização privilegiada do município de Magé, próximo a cidades importantes, garantiu um novo surto de desenvolvimento na região, desta vez voltado ao projeto urbano-industrial prevalecente.

Após o golpe militar de 1964, o estado assumiu uma postura autoritária nas intervenções no espaço urbano, na tentativa de controlar o desenvolvimento da cidade, promovendo uma política de segregação das atividades e das classes sociais no território urbano do Rio. Nesta fase, fartos recursos foram empregados na valorização de áreas nobres para a abertura de paraísos habitacionais e turísticos, na remoção de favelas, e na abertura de acessos viários como auto-estradas e túneis.

Em 1970, com a construção da Ponte Rio – Niterói, ligando os dois lados da Baía de Guanabara, o município de Magé perdeu a condição de passagem obrigatória para a entrada e saída da cidade do Rio, sofrendo desde então os efeitos do esvaziamento econômico.

O município foi sede de uma grande indústria têxtil que funcionou por muitos anos dando trabalho aos seus habitantes e explorando a produção agrícola na metade do século passado. Em seguida ao fechamento da fábrica, da qual ainda se encontram vestígios *in loco*, na metade dos anos 1980, início do processo de reabertura política, numerosas famílias desempregadas e de lavradores sem terra, ocuparam o fértil território, graças às pressões pelas ações de reforma agrária promovidas pelos movimentos sociais junto ao governo brasileiro.

Do momento das ocupações até hoje, a situação permanece estagnada devido aos poucos recursos destinados para o desenvolvimento da região e ao processo de crescimento incontrolado de urbanização na zona limítrofe. Quanto à produção agrícola, não existem créditos para as melhorias fundiárias e as máquinas agrícolas presentes estão quase todas com mais de vinte anos de uso. Os poucos tratores que fazem serviços terceirizados aplicam tarifas abusivas com relação àquelas consideradas normais.

O governo federal tem oferecido no curso dos anos decorridos, planos de financiamentos específicos. Porém, muitos dos agricultores que receberam os fundos, não estão hoje em condições de pagá-los, tornando-se inadimplentes e impedidos de acessar a outras formas de financiamento. Os financiamentos não são acompanhados por planos que prevejam o desenvolvimento da atividade a partir da produção até a comercialização final sobre as bases da organização coletiva.

A área em objeto foi, e ainda é, reconhecida pela sua importância estratégica e pela potencialidade produtiva que possui. Alguns agricultores isolados são capazes de conseguir a elevação da sua condição econômica graças às capacidades organizativas e produtivas individuais. Todavia, a grande maioria do território está sujeita a uma situação que não pode ser classificada de desenvolvimento. A população local não encontra condição de guiar-se no que depende do poder público local.

A estrutura fundiária do município revela um quadro de alto índice de concentração fundiária, embora seja significativo o número de pequenas propriedades produtivas. Em 2000, as propriedades com área de até 10 ha, onde estão 91% dos estabelecimentos rurais, ocupavam 26,3% das terras agrícolas, ao passo que, as propriedades com mais de 10 ha, onde estão 9% dos estabelecimentos rurais, ocupavam 73,7% das terras agrícolas (CIDE, 2005).

Seguindo a cultura política que caracteriza a Baixada Fluminense, o quadro no município de Magé é dramático: no último quadrimestre do ano de 2009, boa parte do

executivo foi presa por crimes contra a gestão pública e contra o capital. A figura principal das denúncias é a prefeita Núbia Cozzolino, que cumpria o seu segundo mandato, além de membros da sua família, envolvendo irmãos, primos, outros parentes e amigos próximos. O governo do município possui visibilidade nacional em função dos inúmeros escândalos que vêm sendo noticiados nos últimos anos.

2.3. As Comunidades Rurais do Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ

Apesar de apenas 6% da população do município viverem nas áreas rurais (CIDE, 2005), Magé é um importante produtor de alimentos e contribui para o abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro. De acordo com a EMATER-RIO¹¹, o município produz mandioca, milho verde, inhame, batata-doce, vagem, feijão-de-corda, quiabo, pimentão, berinjela, jiló e pimentas (LINHARES et al., 2002, p. 39 e p. 40).

Em 2002, com a Lei municipal Nº 1532 de 24 de Setembro, o poder público de Magé criou o Distrito Agrícola Rio do Ouro (Ilustração 04), com extensão territorial de 81,8 Km² envolvendo 11 comunidades rurais. As comunidades são: Vila Inhomirim (Ilustração 05), Pau Grande (Ilustração 06), Cachoeira Grande (Ilustração 07), Parque dos Artistas (Ilustração 08), Vala Preta (Ilustração 09), Rio do Ouro (Ilustração 10), Rio dos Cavaleiros (Ilustração 11), Conceição do Suruí (Ilustração 12), Cachoeirinha (Ilustração 13), Santa Rosa (Ilustração 14) e Santo Aleixo (Ilustração 15).

Algumas comunidades são assentamentos de reforma agrária, criados pelo INCRA¹² ou pelo ITERJ¹³ durante os conflitos por terra nos anos 1980, outras são áreas de regularização fundiária do período da ditadura militar nos anos 1970, e outras, ainda, são áreas de posseiros e de arrendatários sem título formal da terra.

¹¹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro.

¹² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

¹³ Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro.



Ilustração 04: Vista aérea geral do Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ



Ilustração 05: Vista aérea parcial da Comunidade Vila Inhomirim



Ilustração 06: Vista aérea parcial da Comunidade Pau Grande



Ilustração 07: Vista aérea parcial da Comunidade Cachoeira Grande



Ilustração 08: Vista aérea parcial da Comunidade Parque dos Artistas

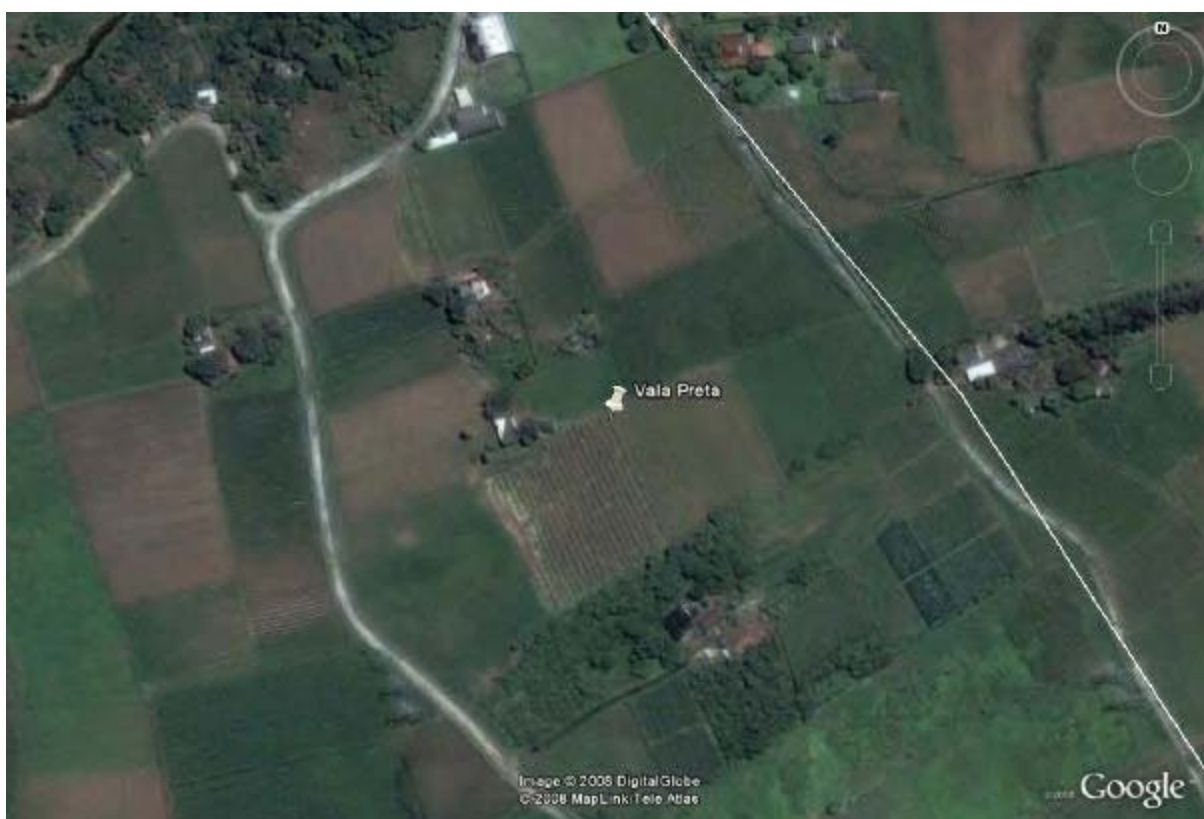


Ilustração 09: Vista aérea parcial da Comunidade Vala Preta

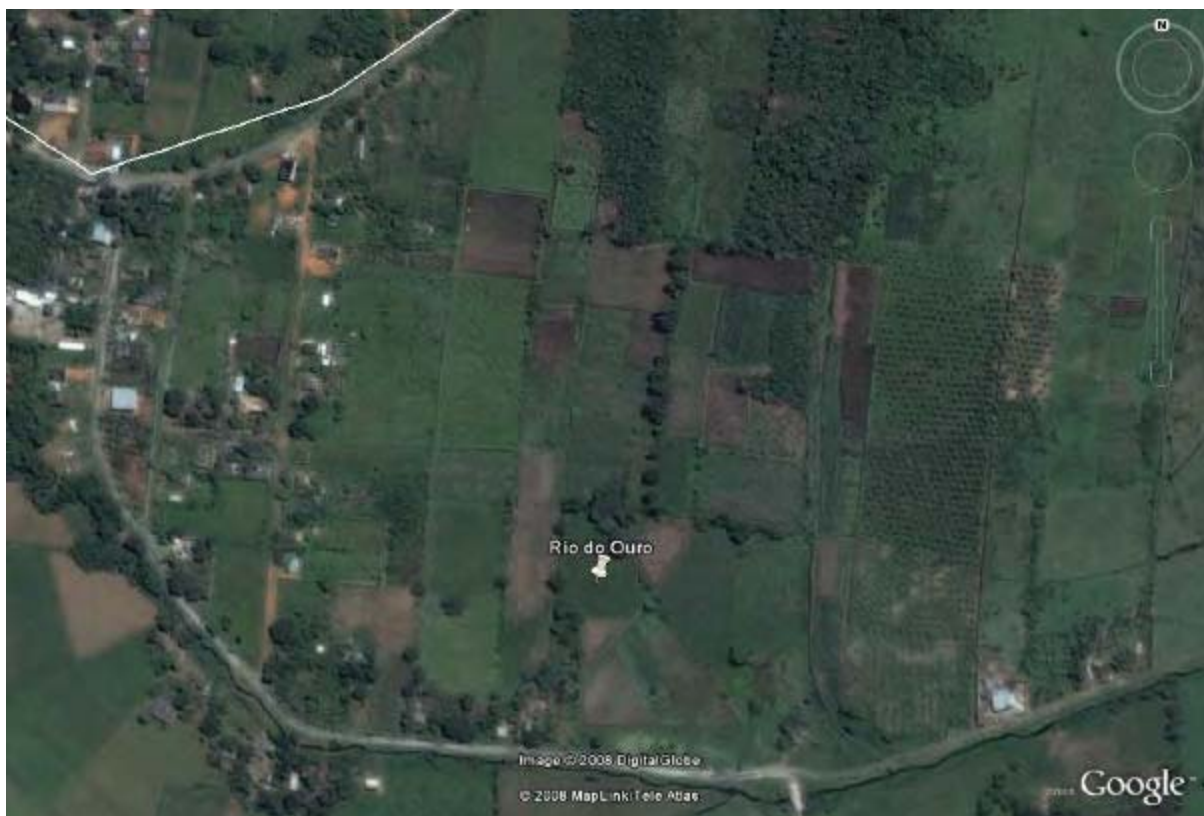


Ilustração 10: Vista aérea parcial da Comunidade Rio do Ouro

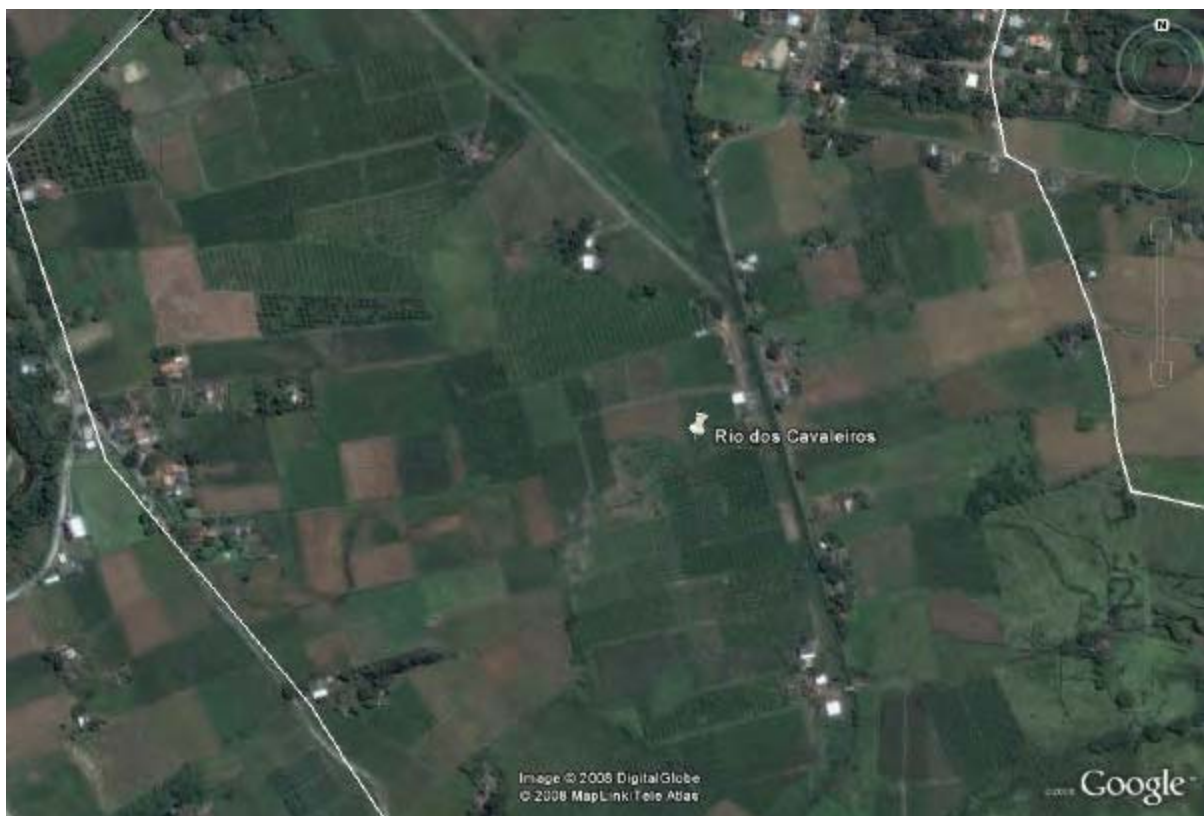


Ilustração 11: Vista aérea parcial da Comunidade Rio dos Cavaleiros



Ilustração 12: Vista aérea parcial da Comunidade Conceição do Suruí



Ilustração 13: Vista aérea parcial da Comunidade Cachoeirinha

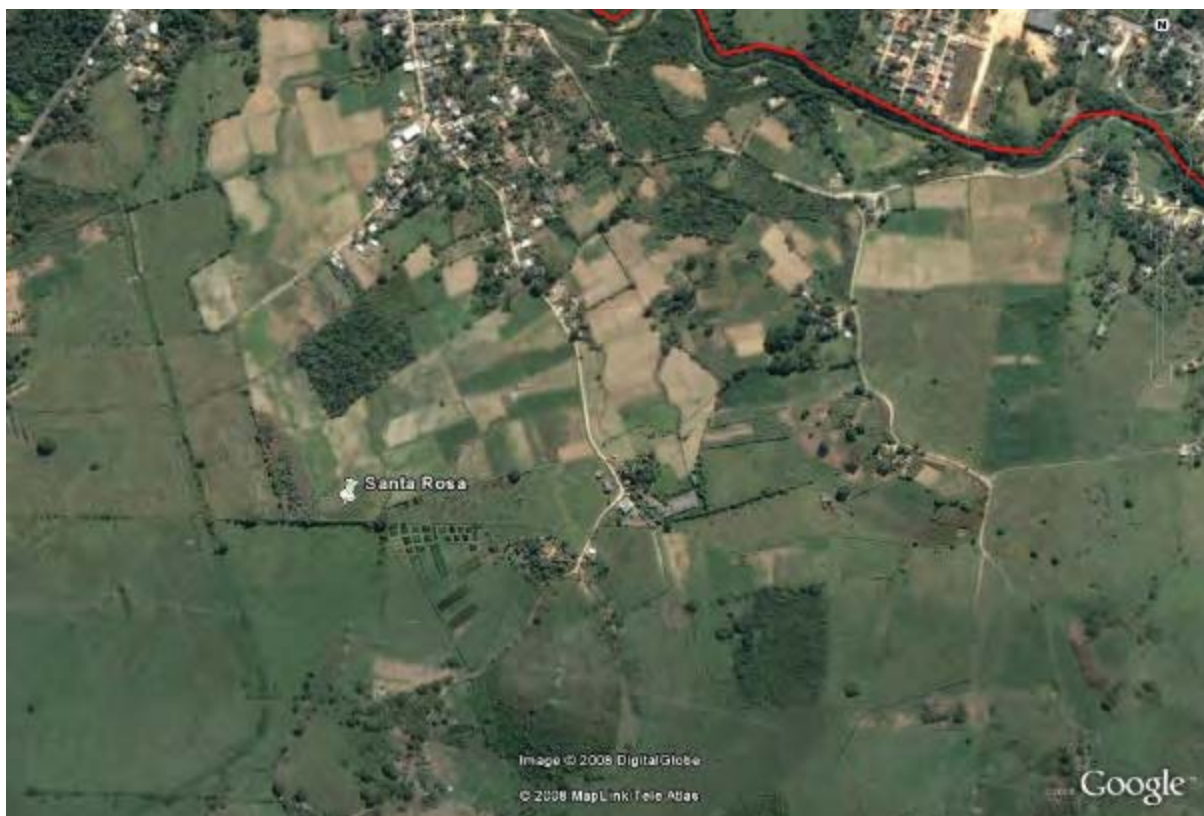


Ilustração 14: Vista aérea parcial da Comunidade Santa Rosa

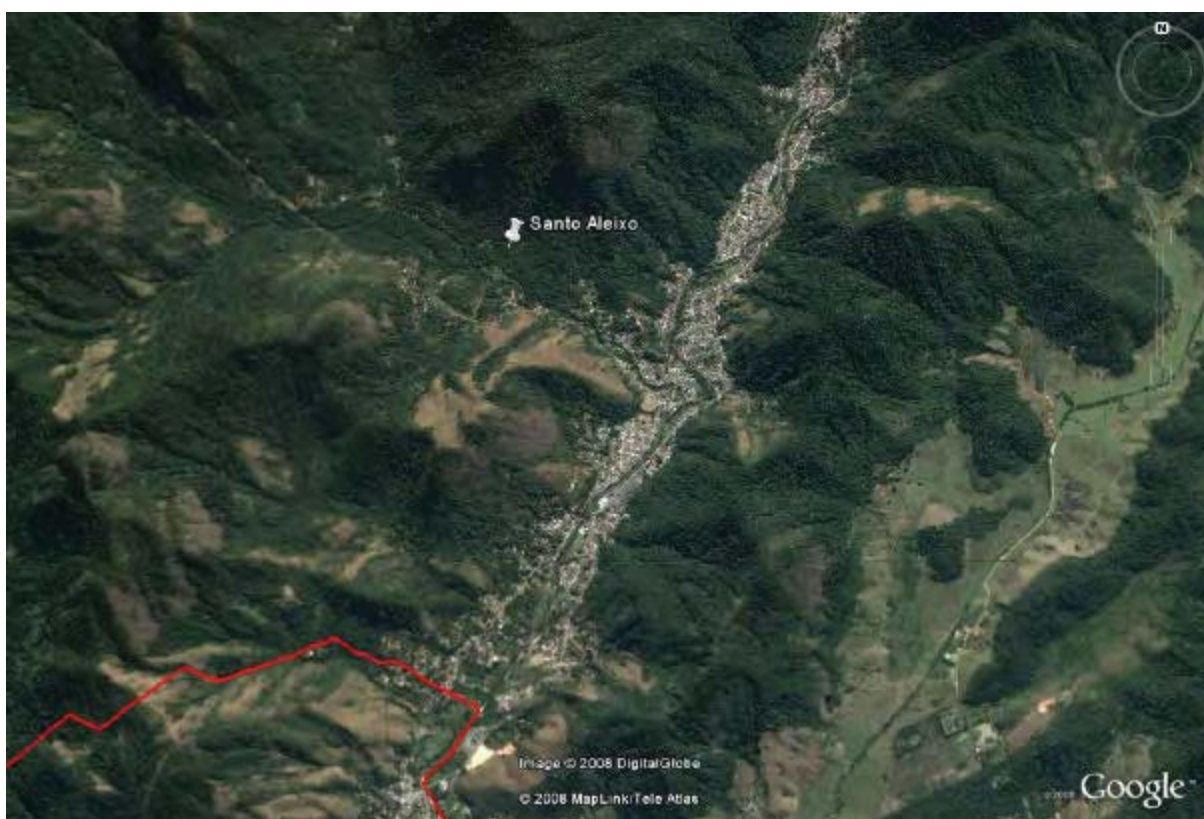


Ilustração 15: Vista aérea parcial da Comunidade Santo Aleixo

O Distrito Agrícola era uma antiga reivindicação dos agricultores mageenses, que foi conquistada através da luta política de movimentos sociais junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR no período de 1998 a 2001. Estes movimentos, naquele período, articulavam as organizações representativas dos agricultores, organizações não governamentais além de secretarias e órgãos dos poderes públicos local, estadual e federal.

No entanto, a partir de 2002, o CMDR foi dissolvido pela municipalidade local e os documentos complementares à Lei de criação do Distrito Agrícola, tais como decretos e normativas, não foram elaborados. A partir daí as organizações dos agricultores se desmobilizaram e os seus líderes foram corrompidos pelas forças políticas locais e regionais.

As organizações não governamentais saíram, e, além disso, a atual municipalidade não prioriza ações de fortalecimento da agricultura familiar, a despeito do potencial disponível e desconsiderando o fato de que nas áreas rurais se concentra a maior parte dos pobres do município. Atualmente, o Distrito sofre com as ameaças de implantação de condomínios habitacionais, estimuladas pela própria municipalidade, que podem resultar na fragmentação das terras e descaracterização do aspecto rural do território. Por outro lado, os agricultores mantêm uma atitude de resistência da cultura agrícola na região.

A área do Distrito Agrícola compreende aspectos rurais e urbanos, definindo uma característica híbrida, que remete a uma necessária redefinição do que sejam os espaços rurais e os espaços urbanos no âmbito do mundo globalizado. As características urbanas que permeiam o espaço rural de Magé, e também de toda a Baixada Fluminense, são facilmente observáveis na paisagem e nos contatos com as pessoas: os aspectos das construções, a presença das antenas parabólicas, os estilos de vida e de consumo da população etc. São todos fatores ligados à vida urbana que dirigem a perspectiva de desenvolvimento dominante no território, que ocorre sem nenhum planejamento estratégico.

De forma geral, a composição da renda familiar não está exclusivamente ligada às atividades rurais, sejam elas agrícolas ou não agrícolas. Praticamente todos os agricultores possuem fontes de renda alternativas à agricultura, ocupando-se também em atividades urbanas ligadas aos setores da construção civil e de serviços. São, rotineiramente, ocupações temporárias, conhecidas localmente como ‘bicos’ ou ‘biscates’, sem nenhuma formalização legal trabalhista e que proporcionam baixos rendimentos. Além disso, é notória a obtenção de renda a partir de benefícios públicos como aposentadorias, pensões e pecúlios.

De qualquer modo, a agricultura ocupa uma posição privilegiada na composição da renda familiar da população do Distrito Agrícola Rio do Ouro. Para além do aspecto econômico, a agricultura representa aí um ‘estilo de vida’ que dá identidade para as pessoas que vivem neste lugar.

Os agricultores familiares de Magé podem ser considerados ‘pluriativos’¹⁴, vivendo numa realidade espacial que se configura como híbrida, e que implica numa constante ressignificação de identidade.

¹⁴ “[...] forma de organização do trabalho familiar [...] [que] refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.” (SCHNEIDER, 2006, p. 18)

3. O PROJETO DASARA

“Deixai que os fatos sejam fatos naturalmente sem que sejam forjados para acontecer. Deixai que os olhos vejam os pequenos detalhes lentamente. Deixai que as coisas que lhe circundam estejam sempre inertes, como móveis inofensivos, para lhe servir quando for preciso e nunca lhe causar danos, sejam eles morais, físicos ou psicológicos.” (CHICO SCIENCE).

A compreensão do Projeto DASARA exige algumas definições prévias:

→ Projeto

Por projeto, este trabalho assume a definição apontada por Schunk (2008, p. 8, grifo do autor):

Apporto coordinato da parte di un *gruppo di attori*, durante un intervallo di *tempo*, durante il quale viene utilizzata una quantità definita di *risorse* che, convertite in *attività* attraverso un *metodo*, servono a raggiungere determinati *obiettivi* allo scopo di migliorare le condizioni di un Sistema determinato.¹⁵

Por grupo de atores entende-se *quem* realiza; por tempo entende-se *quando* se realiza; por recursos entende-se *com o quê* se realiza; por atividades entende-se *o quê* se realiza; por método entende-se *como* se realiza; e por objetivo entende-se *porquê* se realiza.

No caso do Projeto DASARA é importante ainda, esclarecer a aproximação conceitual de programa e processo. Ainda em Schunk (2008, p. 8, grifo do autor), encontramos como definição de programa:

Insieme di progetti operanti con la *stessa finalità o obiettivo generale* in una stessa zona d'intervento. I programmi possono essere: settoriali o plurisetoriali secondo il settore dello sviluppo interessato e contemporaneo o diluito se i progetti in esso contenuti vengono fatti in contemporanea o appunto diluiti nel tempo.¹⁶

Por processo define Schunk (2008, p. 8):

¹⁵ Tradução livre: “Aporte coordenado por parte de um *grupo de atores*, durante um intervalo de *tempo*, durante o qual vem utilizada uma quantidade definida de recursos que, convertidos em *atividades* através de um *método*, servem para alcançar determinados *objetivos* com o escopo de melhorar as condições de um determinado Sistema.

¹⁶ Tradução livre: “Conjunto de projetos operantes com a *mesma finalidade ou objetivo geral* numa mesma área de intervenção. Os programas podem ser: setoriais ou plurisetoriais segundo o setor de desenvolvimento de interesse e contemporâneo ou diluído se os projetos com estes conteúdos são realizados simultaneamente ou distribuídos ao longo do tempo.”

Si tratta di un percorso di sviluppo a lungo termine, generalmente non lineare, che prevede una serie di passaggi successivi fra una condizione di sviluppo a una migliore, definitiva e controllata dagli stessi beneficiari del cambiamento.¹⁷

No âmbito destas três definições, os *projetos* devem ser vistos como ‘catalisadores’ de *processos* no interior de *programas* de desenvolvimento em longo prazo.

→ Desenvolvimento Sustentável

Neste trabalho, entende-se por desenvolvimento sustentável aquilo que Toledo (1996) define, a partir de uma noção etnoecológica:

Se puede definir un desarrollo comunitario sustentable como aquel proceso de carácter endógeno por medio del cual una comunidad toma (o recupera) el control de los procesos que la determinan y la afectan.¹⁸

Esta definição deriva de um princípio geral que afirma que a perda do controle da sociedade humana sobre a natureza e sobre si mesma, é a razão fundamental pela qual a sociedade contemporânea e a natureza sofrem com o processo generalizado de exploração, espoliação e de deterioração. Nesta perspectiva, a história da humanidade tem sido um movimento na direção da perda, cada vez maior, do controle sobre os processos que afetam aos seres humanos e ao seu entorno. Assim, a autodeterminação ou a autogestão, concebida como uma ‘tomada de controle’ é o objetivo central de todo desenvolvimento comunitário.

A partir daí, Toledo (1996, tradução nossa) estabelece os seis pilares das ações necessárias que toda comunidade deve realizar na promoção do desenvolvimento comunitário sustentável:

- 1) “Tomada de controle sobre o território, que implica no estabelecimento dos seus limites e no reconhecimento do seu território por parte do Estado e das comunidades ou proprietários vizinhos.”
- 2) “O uso adequado ou não destrutivo dos recursos naturais (flora, fauna, solos, recursos hídricos etc) que formam o seu território, através do desenho e implantação de um plano de manejo dos recursos naturais, capaz de normatizar e regular as atividades agrícolas, pecuárias, florestais e pesqueiras.”
- 3) “O controle cultural segundo decisões que protejam seus próprios valores culturais (língua, vestimentas, costumes, conhecimentos, crenças, hábitos etc), com a criação de mecanismos que garantam o resgate cultural e a tomada de consciência por parte dos habitantes da existência da sua própria cultura (orgulho étnico).”
- 4) “O controle social, com o incremento da qualidade de vida dos membros da comunidade, incluindo aspectos como a alimentação, saúde, moradia, educação, sanidade, informação etc.”
- 5) “A regulamentação dos intercâmbios econômicos que a comunidade e seus membros realizam com o resto da sociedade e com os mercados locais, regionais,

¹⁷ Tradução livre: “Trata-se de um percurso de desenvolvimento em longo prazo, geralmente não linear, que prevê uma série de passagens sucessivas entre uma condição de desenvolvimento para outra melhor, definida e controlada pelos próprios beneficiários da mudança.”

¹⁸ Tradução livre: “Pode-se definir um desenvolvimento comunitário sustentável como um processo de caráter endógeno através do qual uma comunidade toma (ou recupera) o controle dos processos que a determinam e a afetam.”

nacionais e internacionais; implicando em enfrentar de maneira comunitária os fenômenos econômicos externos que afetam a vida produtiva da comunidade.”

6) “A tomada de controle político, supondo uma capacidade da comunidade em criar sua própria organização sócio-produtiva, assim como para promulgar ou ratificar as normas, regras e princípios que regem a vida política da comunidade; esta dimensão deve assegurar a participação dos membros, a democracia comunitária, a autonomia política e a execução do direito consuetudinário.”

A recuperação do controle deve ser integral e completa incluindo estas seis dimensões, as articulando entre si em um sistema. Estes processos somente são alcançáveis na medida em que os membros da comunidade adquiram, acrescentem e consolidem uma consciência comunitária, partindo do estado em que se encontra cada comunidade.

→ Agricultura familiar

Ao que nos aparece, o debate conceitual acerca da noção de *agricultura familiar* ainda não encontrou um consenso que permitisse a adoção de uma definição comum, como nos demonstra Schneider (2003, p. 28):

No Brasil, permanecem muitas dúvidas e mesmo divergências entre os estudiosos em relação à utilização da noção de agricultura familiar [...]. Talvez ainda haja pouca clareza analítica ou consenso em relação ao objeto que se pretende caracterizar ou aos processos sociais e fenômenos empíricos que se quer referenciar quando se utilizam essas noções.

Para efeitos deste trabalho nos alinharemos à aproximação conceitual apresentada por Abramovay (1997, p. 3 *apud* SCHNEIDER, 2003, p.41):

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

Com estas definições em pauta, passemos à apresentação do projeto que nos convém analisar:

3.1. A Construção do Projeto & O Período Pré-financiamento

O Projeto DASARA foi elaborado no curso dos anos de 2000 e 2001.

Neste período, a ONG de origem italiana CISV¹⁹ desenvolvia seus trabalhos no município de Nova Iguaçu, com um projeto piloto a favor dos agricultores familiares do Assentamento São Bernardino em Vila de Cava, em parceria com a UFRuralRJ e a EMATER local. Este projeto foi o laboratório prévio para exercitar os princípios que iriam nortear a construção do DASARA.

¹⁹ Comunità Impegno Servizio Volontariato (Comunidade Empenho Serviço Voluntariado).

Ao mesmo tempo, a ONG brasileira SEOP²⁰ realizava suas atividades no município de Magé atuando em três frentes: a publicação do Jornal Popular da Baixada Fluminense, o apoio ao Forum Agrícola e Fundiário de Magé, e a construção das sedes de três associações de agricultores: Cachoeira Grande, Vila Inhomirim e Vala Preta. O Jornal Popular publicava notícias ligadas às classes populares da Baixada envolvendo alguns líderes das associações na qualidade de repórteres e fotógrafos. O Forum Agrícola reunia bimestralmente os dirigentes das Associações dos agricultores e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, com a finalidade de discutir as políticas públicas locais e de elaborar documentos reivindicatórios a serem apresentados aos poderes públicos municipal, estadual e federal. A construção das sedes, por sua vez, seguia planos arquitetônicos ao sabor das diretrizes e prioridades da ONG brasileira.

As duas organizações se encontraram, mediadas por pessoas que conheciam a ambas, e começaram um processo de conhecimento recíproco das suas respectivas atuações. Após aproximadamente um ano e meio, os participantes das duas ONGs redigiram um projeto específico para o município de Magé, sintetizando a natureza técnica e de organização dialógico-participativa dos trabalhos da ONG italiana, com a natureza política das atividades da ONG brasileira.

O Forum Agrícola e Fundiário de Magé foi assumido como *espaço* privilegiado de discussão para a construção do projeto. A redação do documento projetual foi assumida pelos operadores da ONG italiana apoiados pelos operadores da ONG brasileira, que deveriam fornecer as informações pertinentes. As discussões e os ajustes do documento projetual foram feitos em quatro edições do Forum, realizadas nas comunidades de Cachoeira Grande, Conceição do Suruí, Santa Rosa e Vila Inhomirim.

Nas ocasiões daquelas edições do Forum, já se verificava, através de comentários informais de certos agricultores, alguns conflitos envolvendo o presidente da ONG brasileira e os diretores das associações de agricultores de Cachoeira Grande, Vila Inhomirim e Vala Preta. No entanto, por se tratar de um novo território e de uma relação que começava a se estabelecer ainda em estágio ‘embrionário’, os membros da ONG italiana resolveram prosseguir com o processo de articulação em torno de um objetivo comum. Os conflitos com o dirigente da ONG brasileira ficaram mais evidentes quando os agricultores publicaram comentários sobre ele, em informativos próprios e jornais de pequena circulação na região.

Outro dado merece registro neste início de relato: a ONG brasileira tinha a Fundação Novartis para o Desenvolvimento, uma das maiores empresas produtoras de insumos químicos, sobretudo pesticidas, como a sua principal financiadora. Esta fundação cobria cerca de 70% dos fundos da organização. Este fato se revelava portador de forte contradição, na medida em que o projeto que estava sendo desenhado apontava para a perspectiva agroecológica. Esta contradição também não foi suficiente para interromper o processo...

A redação foi finalmente concluída em 2001, e o projeto apresentado ao financiador em 2002. A aprovação se deu em 2003 e a liberação do financiamento foi publicada em 2004.

Neste ínterim, a ONG brasileira atravessou um duro período de reestruturação. O seu principal financiador, a Fundação Novartis, retirou o financiamento e lhe expôs a uma profunda crise financeira. A razão para a retirada do financiamento é devida a negação da organização em realizar as ‘prestações de contas’ de acordo com as exigências da Fundação. Permeando este fato, os membros da organização exigiam da presidência o estabelecimento de relações mais horizontalizadas, no que dizia respeito à definição das prioridades e ao processo de tomadas de decisão. Em meio a um contexto conflituoso, o presidente renunciou, e a organização possuiu, no arco de uma semana, três presidentes sucessivos. Assim, o ex-presidente da ONG brasileira abriu uma nova organização passando a atuar no distrito de

²⁰ Serviço de Educação e Organização Popular.

Suruí, município de Magé, e assumiu os pescadores artesanais da Baía de Guanabara como grupo social de interesse, trabalhando sob o argumento da ‘educação ambiental’.

Depois de aparentemente estabilizada a crise da ONG brasileira, que reduziu significativamente as suas atividades, um familiar do ex-presidente assumiu o comando da organização, e uma medida assumida por este, provocou outro duro golpe na estrutura: os sujeitos engajados na exigência de maior democratização dos processos decisórios, durante o auge do período de crise, foram sumariamente demitidos e, então, processaram a ONG na justiça trabalhista que determinou o pagamento de indenizações por perdas e danos. Tais sujeitos procuraram o representante no Brasil da ONG italiana para denunciar estes fatos, buscando eliminar a ONG brasileira como parceira principal do projeto. Porém, a ONG de origem italiana decidiu manter o quadro de parceria apresentado, entendendo ser este o melhor caminho para manter os compromissos com o financiador.

Quando da organização das bases para a partida do projeto DASARA o ex-presidente da ONG brasileira, que havia renunciado em meio à crise, retornou ao posto de presidente.

3.2. Objetivos, Atividades e Resultados Esperados do Projeto

De acordo com a redação original, apresentada ao financiador, o DASARA apresenta o conjunto básico de elementos presentes em projetos de desenvolvimento realizados pela cooperação internacional, seguindo o método do quadro lógico. Em Schunk (2001, p. 211), encontramos a legitimação deste método pelas agências internacionais:

Il metodo del quadro lógico, molto utile per la pianificazione di un intervento, è nato negli anni '70 nell'ambiente della cooperazione americana ed è stato poi riadattato dalle Nazioni Unite; la cooperazione tedesca lo ha ripreso negli anni '80 introducendole nel metodo ZOPP; l'Unione Europea lo ha perfezionato ed oggi è utilizzato da tutte le agenzie di cooperazione.²¹

O quadro lógico é uma matriz composta por cinco colunas e cinco linhas. Nas colunas são determinados: os quatro níveis projetuais - 1ª coluna; a lógica projetual ou estratégia específica - 2ª coluna; os indicadores objetivamente verificáveis - 3ª coluna; as fontes de verificação dos indicadores - 4ª coluna; e as hipóteses ou condições externas - 5ª coluna. Nas linhas são indicados os níveis projetuais: os elementos da lógica horizontal - 1ª linha; o objetivo geral - 2ª linha; o objetivo específico - 3ª linha; os resultados esperados - 4ª linha; e as atividades previstas - 5ª linha.

Ainda em Schunk (2001, p. 211, grifo do autor), encontramos os métodos de leitura e de interpretação do quadro lógico, com o detalhamento da lógica vertical:

Il quadro logico si basa su una logica verticale, una orizzontale e una verifica a “zig zag”. La logica verticale concatena verticalmente: *l'obbiettivo generale* con *l'obbiettivo specifico*, quest'ultimo con i *risultati*, questi con le *attività* e queste con i *costi relativi*.²²

Schunk (2008, p. 36, grifo do autor), detalha a leitura da lógica horizontal:

²¹ Tradução livre: O método do quadro lógico, muito útil para o planejamento de uma intervenção, nasceu nos anos '70 no ambiente da cooperação americana e depois foi readaptado pelas Nações Unidas; a cooperação alemã o resgatou nos anos '80 introduzindo-o no método ZOPP; a União Européia o aperfeiçoou e hoje é utilizado por todas as agências de cooperação.

²² Tradução livre: O quadro lógico se baseia numa lógica vertical, uma horizontal e numa verificação em “zig-zag”. A lógica vertical concatena verticalmente: *o objetivo geral* com *o objetivo específico*, este último com os *resultados*, estes com as *atividades* e estas com os *custos relativos*.

Nella terza colonna ci sono gli *IOV* ossia gli *indicatori obiettivamente verificabili* e cioè i parametri per misurare il grado di raggiungimento degli obiettivi.

Nella quarta colonna vengono riportate le *fonti di verifica* degli indicatori elencati nella terza colonna.

Nella quinta colonna vengono riportate le *ipotesi* e cioè le cose che dovrebbero accadere o meno perchè possano essere raggiunti gli obiettivi elencati nello stesso livello nella colonna 2. Si tratta di fattori esterni positivi e negativi “*fuori dalla portata del nostro progetto*”. Infine, nella stessa quinta colonna in basso vanno segnalate le *condizioni di base* per garantire l’esecuzione del progetto.²³

Por fim, Schunk (2008, p. 37, grifo do autor), esclarece a lógica ‘zig-zag’:

Infine, una volta completato il quadro logico, viene fatta una verifica a “zig-zag”, partendo dalle *condizioni di base* andando alle *atividades*, in seguito alle *ipoteses del rigo actividades*, in seguito ai *resultados* e le *relative ipotesi* dei resultados e così via fino a completare l’intero Quadro.²⁴

No Anexo ‘A’ deste trabalho encontra-se o quadro lógico do DASARA (CISV, 2002, p. 10 a p. 12, grifos dos autores, tradução nossa) e a síntese dos elementos projetuais (finalidade, objetivo geral, objetivo específico, resultados esperados e atividades) de acordo com CISV (2002, p. 42 a p. 46, grifos dos autores, tradução nossa), apresentados ao financiador.

Nesta seção, para atender à finalidade deste trabalho, exibimos a seguir os quadros resumidos dos elementos projetuais do DASARA.

→ Finalidade:

Diminuir a **degradação sócio-ambiental** nas áreas rur-urbanas²⁵ da periferia do Rio de Janeiro.

→ Objetivo Geral:

Contribuir com a **prevenção e paralisação do processo de favelização** na zona rur-urbana da Baixada Fluminense.

→ Objetivo Específico:

Melhorar as capacidades das áreas rur-urbanas de **oferecer produtos agrícolas para a cidade** com o suporte das autoridades para **contribuir com o desenvolvimento econômico e**

²³ Tradução livre: Na terceira coluna estão os *IOV*, ou seja, os *indicadores objetivamente verificáveis*, isto é os parâmetros para medir o grau de alcance dos objetivos.

Na quarta coluna vêm informadas as *fontes de verificação* dos indicadores elencados na terceira coluna.

Na quinta coluna vêm informadas as *hipóteses*, isto é, as coisas que deveriam acontecer ou não para que possam ser alcançados os objetivos elencados no mesmo nível da coluna 2. Trata-se de fatores externos positivos e negativos “*fora do alcance do nosso projeto*”. Enfim, na mesma quinta coluna em baixo vão sinalizadas as *condições de base* para garantir a execução do projeto.

²⁴ Tradução livre: Enfim, uma vez completado o quadro lógico, vem feita uma verificação em “zig-zag”, partindo das *condições de base* indo às *atividades*, em seguida às *hipóteses da linha atividades*, em seguida aos *resultados* e às *relativas hipóteses* dos resultados e assim por diante até completar o quadro inteiro.

²⁵ Termo amplamente utilizado à época da redação do DASARA, com destaque para Graziano da Silva que o registrava como *rurbano*. Foi adotado pelos autores do projeto para designar a ‘hibridização’ entre elementos (ambientais, econômicos e culturais) próprios dos espaços ‘urbanos’ e aqueles próprios dos espaços ditos ‘rurais’ presente na Baixada Fluminense e, sobretudo, no território do Distrito Agrícola de Magé.

social da região e *diminuir a emigração* de jovens entre os 15 e 39 anos para as zonas urbanas.

Com o escopo de facilitar o monitoramento do alcance deste objetivo específico, preferiu-se dividi-lo em três:

Tabela 01: Resultados esperados e atividades previstas para o objetivo específico I

Objetivo Específico I: Redução da emigração dos jovens entre os 15 e os 39 anos para as zonas urbanas.	
Resultados Esperados	Atividades
Aumentar a oportunidade de trabalho na área rur-urbana	Contatos com SEBRAE
	Acompanhamento técnico.
	Cursos de formação técnica e administrativa: processamento de peixe; transformação de frutas e hortaliças; como iniciar uma pequena empresa agrícola; como administrar uma pequena empresa agrícola.
Melhorar a renda agrícola no âmbito rur-urbano	Microcrédito para o início de atividades produtivas primárias: ervas medicinais e aromáticas; galinhas caipiras; abelhas.
	Microcrédito para a ampliação das atividades produtivas primárias já existentes: fruticultura tropical; peixes; suínos.
Melhorar o estado de saúde dos habitantes	Infra-estruturas para a transformação de: plantas medicinais; embutidos e defumados; produtos apícolas.
	Curso de formação de agentes de saúde popular.

Tabela 02: Resultados esperados e atividades previstas para o objetivo específico II

Objetivo Específico II: Melhorar a capacidade das áreas rur-urbanas de oferecer produtos agrícolas para a cidade.	
Resultados Esperados	Atividades
Valorizar a <i>terra</i> disponível na área rur-urbana do ponto de vista agrícola.	<p>Cursos em: gestão ecológica dos solos; gestão ecológica dos ataques de fitoparasitas; preparação de produtos alternativos para o controle de fitoparasitas e para a fertilização do solo.</p> <p>Estimular a introdução de técnicas de agricultura sustentável: otimização das atividades existentes adequando-as às técnicas eco-sustentáveis; microcrédito para a implantação de uma unidade de reciclagem de biomassa (biodigestores) nos sítios agrícolas.</p> <p>Crédito facilitado e criar fundo de risco para a adoção de técnicas culturais alternativas.</p> <p>Aplicação dos programas para a realização das áreas de proteção ambiental previstos no Plano de Desenvolvimento Municipal.</p> <p>Instalação de 1 área demonstrativa para a reciclagem de biomassa com biodigestores.</p> <p>Agrosilvicultura com plantas produzidas na estufa de Vala Preta.</p>
Estimular e endereçar a <i>produção</i> agrícola dos assentamentos.	<p>Diagnóstico Rural Participativo</p> <p>Zoneamento agrícola (identificação das áreas de vocação produtiva).</p> <p>Otimização do uso dos recursos humanos, naturais e econômicos disponíveis.</p> <p>Constituição do Núcleo de Ensino Agrícola e Formação Rural – NEAFRU/UFRRJ.</p> <p>Cursos: cultivo de plantas medicinais e aromáticas; cultivos de frutas tropicais; criação de suínos; criação de galinhas caipira; criação de codornas; criação de peixes; criação de abelhas.</p>
Aumentar os <i>excedentes</i> agrícolas comercializáveis.	<p>Agregação de valor aos produtos primários: melhoramento das estruturas para a conservação dos produtos; eletrificação para as atividades de transformação dos produtos primários; implantação de infra-estrutura para a transformação de frutas e hortaliças; transformação de frutas e hortaliças; beneficiamento de peixe.</p>
Melhorar a <i>comercialização</i> dos produtos agrícolas locais.	<p>Certificação da produção para o mercado de produtos orgânicos.</p> <p>Realização de análises de mercado.</p> <p>Pesquisa de oportunidades de comercialização com trocas não monetarizadas.</p> <p>Análise de factibilidade de inserção dos produtores nos mercados de produtos orgânicos da cidade do Rio de Janeiro.</p> <p>Contratos de comercialização com centros de consumidores.</p> <p>Contratos de comercialização com instituições públicas e privadas.</p> <p>Formação específica sobre a comercialização.</p>
Criar cerca de 4 cooperativas em função das exigências dos assentamentos.	<p>Análises da necessidade e do tipo de cooperativa.</p> <p>Curso de gestão para os dirigentes das cooperativas: noções de cooperativismo e gestão de cooperativas; formação de dirigentes de cooperativas.</p> <p>Constituição de cooperativas em cada uma das comunidades.</p>
Criar uma <i>rede</i> de cooperativas agrícolas.	<p>Criação de uma rede de cooperativas.</p> <p>Contatos com a CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária Brasileiras.</p>

Tabela 03: Resultados esperados e atividades previstas para o objetivo específico III

Objetivo Específico III: Favorecer o suporte por parte das autoridades competentes ao desenvolvimento econômico e social da região.	
Resultados Esperados	Atividades
Reforçar as <i>estruturas associativas</i> de cada assentamento.	Reestruturação ou instalação de estruturas físicas adequadas ao desenvolvimento das atividades de coordenação das comunidades em cada um dos assentamentos.
	Criação de um grupo de apoio ao DASARA (GAD), formado por representantes dos assentamentos beneficiados pelo programa.
Coordenar as associações dos agricultores por um único Forum .	Estímulo à participação dos cidadãos e dos agricultores às atividades do Forum que reúne todas as comunidades beneficiárias do projeto.
Estimular o <i>crescimento civil</i> da população.	Apoio e formação instrumental e metodológica dos coordenadores das associações dos agricultores.
	Cursos de formação: noções de associativismo e funcionamento das associações; formação dos dirigentes das associações. Revitalização das componentes culturais das comunidades através de grupos de trabalho e de debate entre jovens, mulheres, homens, casais etc, com: eventos culturais comunitários socializantes; espetáculos teatrais e projeções de filmes culturais; encontros que promovam a troca de experiências entre as comunidades envolvidas no projeto.
Articular as associações no FORUM e apresentar às autoridades locais de reivindicações úteis para o seu desenvolvimento.	Criação e funcionamento de um Forum Municipal dos Pequenos Agricultores .
	Redação e apresentação de documentos oficiais às autoridades locais competentes.
Reduzir as vendas de terrenos na zona rur-urbana com fins imobiliários.	Pressionamento sobre o INCRA e o ITERJ (institutos para a reforma agrária), para uma melhor seleção dos titulares dos lotes.
	Pressionamento sobre as autoridades competentes para um controle eficiente das invasões de terrenos.
	Pressionamento sobre a Prefeitura com a finalidade de limitar as áreas de expansão urbana.
	Cursos de formação sobre a legislação que regula a propriedade fundiária .

O acima disposto refere-se à síntese projetual apresentada ao financiador. Porém, como de praxe, depois da avaliação da proposta projetual, são sempre feitos ‘cortes’ no orçamento do ‘projeto apresentado’, gerando outro documento denominado ‘projeto aprovado’.

Neste trabalho, não nos interessa destacar os cortes realizados pelo financiador já que os critérios nunca são explicitados pela comissão avaliadora. Diz-se, no âmbito das ONGs de cooperação internacional, que são feitos arbitrariamente por uma equipe de profissionais que tendem a uma postura ‘tecnocrática’, e que é afastada, demasiadamente, dos contextos reais nos quais as intervenções projetuais são realizadas.

Por outro lado, interessa a este trabalho destacar as mudanças solicitadas ao financiador em função da adequação da proposta projetual à dinâmica da sua implantação real junto aos beneficiários das ações. Isto será destacado na medida da descrição que se segue.

3.3. Temporalidade do Projeto

Os relatórios oficiais do projeto (CISV, 2006a, 2006b, 2007a, 2007b, 2008a) apresentados pela ONG italiana ao financiador, seguem a distribuição temporal exibida no quadro abaixo, com as suas respectivas observações:

Tabela 04: Temporalidade formal do projeto DASARA de acordo com as exigências do financiador

Denominação	Período	Observações
1º Ano	1/Nov/2004 a 31/Out/2005	Tempo regulamentar de financiamento.
Resíduo do 1º Ano	1/Nov/2005 a 26/Abr/2006	Artifício projetual utilizado com a finalidade de exaurir os recursos financeiros disponíveis para o 1º ano, não aplicados no tempo regulamentar. A não aplicação de todos os fundos disponíveis no tempo regulamentar se deve ao esforço feito pelo DASARA em adequar as exigências do financiador à realidade da dinâmica projetual sobre o terreno.
2º Ano	1/Nov/2005 a 30/Nov/2006	Tempo regulamentar de financiamento.
Resíduo do 2º Ano	1/Dez/2006 a 29/Mai/2007	Artifício projetual utilizado com a finalidade de exaurir os recursos financeiros disponíveis para o 2º ano, não aplicados no tempo regulamentar. No caso do DASARA, este foi o artifício encontrado diante do atraso do financiador em pagar os valores previstos para a segunda anualidade. Representou o instrumento necessário para não paralisar as atividades e para pressionar pela liberação dos fundos da anualidade em atraso.
3º Ano	1/Dez/2006 a 30/Nov/2007	Tempo regulamentar de financiamento.

Neste trabalho assumiremos a temporalidade simples de 1º, 2º e 3º ano sem considerar os períodos de resíduo, já que estes se sobrepõem aos tempos regulamentares e se tratam de artifícios para assegurar os recursos financeiros aprovados sem prejuízos da dinâmica local da realização do projeto. É importante observar que o período residual permite ao projeto uma prorrogação para exaurir fundos previstos não utilizados, mas o tempo de realização do projeto não se altera, continua sendo de três anos.

No entanto, alguns elementos serão caracterizados com relação ao pertencimento ao período de resíduo de 1º ou de 2º ano, com a finalidade de perceber a motivação principal que levou à solicitação da prorrogação daquelas anualidades projetuais.

3.4. Primeiro Ano

3.4.1. Bases operacionais

Antes do lançamento do projeto diante das comunidades, foi realizada uma série de encontros envolvendo o parceiro local (ONG brasileira) e a UFRuralRJ, com a finalidade de estabelecer as bases administrativas e operacionais do projeto. Este movimento aconteceu

com a presença no Brasil do coordenador do escritório de programas da sede da ONG de origem italiana em Torino/Itália.

Com a UFRuralRJ, as relações foram estabelecidas assumindo como ‘âncora’ a Área de Licenciatura em Ciências Agrícolas do DTPE/IE²⁶. Neste âmbito, foi criado *ad hoc* o Núcleo de Ensino Agrícola e Formação Rural (NEAFRU), com a tarefa principal de facilitar a interlocução com a universidade e de co-participar diretamente no planejamento, realização e avaliação das atividades projetuais. O acordo estabelecido previa um amplo apoio ao DASARA, que, por sua vez, priorizaria os estudantes e os egressos da UFRuralRJ para efeito de contratação dos agentes de campo. Também o pessoal ocupado na coordenação do projeto era egresso desta universidade. Em CISV (2006a, p. 9, tradução nossa) encontra-se:

A partir do início o projeto providenciou a criação de contatos institucionais necessários para o bom funcionamento do mesmo. A constituição do núcleo NEAFRU está entre esses contatos. Foi criado um núcleo central do NEAFRU, composto por um professor da Universidade Rural, por 2 membros do projeto e pelo representante do parceiro local. O núcleo central se reúne regularmente para avaliar o andamento do projeto e para facilitar as relações entre o projeto e a Universidade Rural RJ.

Com relação à ONG brasileira, o comunicado de uma decisão inusitada causou surpresa aos operadores da ONG de origem italiana e ao NEAFRU: o presidente da organização anunciou que a sua ONG não teria nenhum papel ativo, em nível de campo, no território do Distrito Agrícola. Porém, se manteria na equipe de coordenação das atividades do projeto através de um operador de sua confiança, pago pelo DASARA. As razões para esta decisão não foram explicitadas com clareza na ocasião. Mas o presidente advertiu que isto emergiria na medida em que as ações de campo comesçassem a acontecer. De fato, no momento de avaliação do diagnóstico inicial, isto veio à baila. É significativo o que se encontra em CISV (2006a, p. 13, tradução nossa, grifo nosso):

Os diretores das 3 associações Vila Inhomirim, Vala Preta e Cachoeira Grande boicotaram inicialmente as atividades do projeto. A oposição deles deriva das expectativas que o projeto tinha gerado visto que na redação original era previsto para os três diretores um papel participativo como animadores, divulgadores e formadores para os grupos de dirigentes das várias associações; figuras profissionais que foram substituídas ou reduzidas; de fato:

1. **O SEOP, o nosso parceiro local, entrou em conflito com os grupos de dirigentes locais, perdendo o apoio incondicional do qual gozava.**
2. Os cortes feitos pela avaliação do MAE reduziram o espaço para um complemento da renda rural a favor dos vários diretores (assim como era previsto na fase de redação do texto de projeto).

Desta feita, a ONG brasileira ‘transferiu’ à equipe da ONG de origem italiana e ao NEAFRU a autonomia e responsabilidade para conduzir as atividades em nível de campo. É importante observar que esta foi uma decisão autônoma do parceiro local.

A equipe do projeto, contratada a tempo pleno, era organizada da seguinte forma: 01 coordenador de microcrédito (cooperante italiano), 01 coordenador pedagógico (brasileiro, representante no Brasil da ONG de origem italiana), 01 coordenador técnico (brasileiro, contratado especialmente para este fim), 01 animador comunitário (brasileiro, membro da ONG brasileira com cargo na diretoria) e 01 secretária (brasileira, vinculada à ONG brasileira).

²⁶ Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino/Instituto de Educação.

A coordenação geral do projeto era feita pelo colegiado composto pelo cooperante italiano, pelo representante no Brasil da ONG de origem italiana, e, teoricamente, pelo representante da ONG brasileira. Bimestralmente, a coordenação geral se reunia com o presidente da ONG brasileira e com o coordenador do NEAFRU (professor da área de ciências agrícolas da UFRuralRJ) a fim de avaliar o andamento das atividades e de desenhar o planejamento estratégico dos próximos passos.

3.4.2. Diagnóstico

Estabelecidos os respectivos acordos de parceria e as bases operacionais de funcionamento, passou-se então ao primeiro movimento de campo do DASARA, o diagnóstico da realidade sobre a qual o projeto iria operar.

Em CISV (2006a, p. 9, tradução nossa), encontramos:

Esta atividade foi realizada no curso dos meses de Janeiro e Fevereiro através de diversas visitas às comunidades, realizadas por 10 formandos e formados da Universidade Rural do Rio de Janeiro, parceiro operacional do projeto. Os estudantes foram inicialmente formados através de um curso específico sobre “comunicação rural” (que durou uma semana) para depois percorrerem as comunidades do Distrito Agrícola durante 2 semanas e conhecerem as comunidades, tanto do ponto de vista produtivo quanto sócio-econômico. O instrumento utilizado é fruto da experiência de um Professor da Universidade Rural do Rio de Janeiro, que cedeu gratuitamente o modelo utilizado na pesquisa.

As informações colhidas no campo foram sistematizadas em um banco de dados eletrônico e posteriormente analisadas.

A finalidade da realização do diagnóstico está enunciada em trabalho anterior nosso (SOUSA NETO, 2005b, p. 2):

A partir dos dados [...] o projeto definirá com maior propriedade as diretrizes gerais das ações previstas, além de lançar as bases específicas para a realização das atividades dos cursos de formação, micro-crédito, assistência técnica e implantação de infra-estruturas.

No mesmo trabalho (SOUSA NETO, 2005b, p. 3) encontramos o roteiro básico da preparação deste diagnóstico. Reproduzimos aqui os pontos principais: a) definição do questionário, seleção e formação dos estagiários; b) encontros com os diretores das associações dos agricultores; e c) encontros com as bases das associações. As etapas ‘b’ e ‘c’ contaram com a mediação do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé. E ainda (SOUSA NETO, 2005b, p. 3, grifo do autor):

[...] o primeiro passo para a apresentação do projeto e da realização do DRD (diagnóstico rural dialógico) foi os encontros formais entre a equipe de coordenação do projeto com as atuais lideranças das comunidades. A partir destes encontros, mediados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé, foram agendadas assembleias extraordinárias nas associações para a apresentação da proposta de projeto para as bases comunitárias.

[...] agendadas pelas próprias associações, foram realizadas assembleias extraordinárias com os agricultores para apresentar a proposta de projeto, colher a concordância dos potenciais beneficiários das ações e anunciar a realização do diagnóstico.

A previsão inicial para a realização do diagnóstico incluía as seguintes etapas: 1) levantamento de dados individuais através de aplicação de questionário; 2) mapeamento das associações dos agricultores, através de encontros entre os diretores e a equipe de coordenação do projeto, com o objetivo de conhecer o histórico das organizações, as experiências passadas, as perspectivas para o futuro e observar documentos e registros, principalmente o fluxo de participantes nas reuniões e assembléias; 3) mapeamento institucional das organizações governamentais e não governamentais atuantes no território; e 4) dinâmicas de grupo para a construção participativa do elenco de prioridades (histórico e projeções), de cartografia popular e do diagrama de relações institucionais (diagrama de venn).

Conforme já apresentado em outro trabalho, a primeira etapa do diagnóstico foi assim realizada:

A aplicação do instrumento no campo seguiu a metodologia de entrevista semi-estruturada buscando formular as perguntas no âmbito de um diálogo pré-estabelecido entre os estagiários e os agricultores, tomando como pano de fundo o início do projeto que foi apresentado nas assembléias das associações. Deste modo, nem todos os entrevistados responderam, necessariamente, a todas as informações contidas no questionário.

Foram entrevistados agricultores de todas as comunidades de interesse do projeto, com representatividade mínima de 30% e máxima de 100%, **de acordo com a estimativa do nº total de agricultores familiares de cada comunidade feita pelos diretores das associações de pequenos agricultores.**

Os entrevistados foram indicados pelos diretores das associações que orientaram os estagiários no campo pessoalmente ou através de jovens da comunidade. **Segundo os diretores, os estagiários foram conduzidos àquelas famílias que são reconhecidas como agricultores familiares efetivos.** (SOUSA NETO, 2005b, p. 4, grifos nossos).

Ao observar a postura ‘dirigista’ dos diretores na indicação das famílias a serem entrevistadas, a coordenação do projeto tomou alguns cuidados especiais na composição da amostra:

Cerca de 15% a 20% dos entrevistados em cada comunidade foram escolhidos aleatoriamente pelo estagiário no campo, tendo como critério a não indicação pela diretoria da associação e a presença de cultivos e/ou criações no lote. (SOUSA NETO, 2005b, p. 4, grifos nossos).

Em reuniões com os estagiários, estes esclareceram que deram prioridade, sobretudo, às famílias cuja entrevista foi expressamente contra-indicada pelos diretores das associações. Então não existia apenas a não indicação de uma dada família a ser visitada, existia também a recomendação de não entrevistar certas famílias.

É importante verificar que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município esteve sempre presente, mesmo quando havia a presença do diretor da associação da comunidade visitada, e teve uma atuação decisiva na indicação das famílias a serem entrevistadas, bem como, na contra-indicação de certas famílias.

Do levantamento dos dados, resultou o seguinte quadro sistemático:

Tabela 05: Quadro sistemático das informações levantadas pelo diagnóstico do DASARA.

POPULAÇÃO	Origem
	Envolvimento com a atividade agrícola
	Escolaridade
	Origem e composição da renda familiar
RELAÇÃO AGRICULTORES E ASSOCIAÇÕES	Vínculo
	Grau de satisfação
HABITAÇÃO	Origem da água
	Destino dos resíduos humanos, águas servidas e lixo
INFRA-ESTRUTURA	Energia elétrica
	Tamanho dos sítios
	Geografia dos sítios
	Estradas
PRODUÇÃO	Mão de obra
	Assistência técnica
	Máquinas agrícolas
	Agrotóxicos e controle alternativo
	Calagem e adubos químicos
	Matéria orgânica e cobertura morta
	Cultivos explorados
	Áreas de produção
	Exploração de animais
	Comercialização
	Controle contábil
	Crédito

Além do levantamento destas informações, foi feita uma consulta popular quanto ao programa de cursos do DASARA. O detalhamento destes resultados será exibido na seção específica dedicada aos cursos de formação do primeiro ano de projeto.

Para a finalidade desta dissertação, importa destacar e comentar apenas as informações encontradas com relação ao aspecto da relação entre agricultores e associações. No Anexo 'B', encontram-se todos os gráficos e interpretação dos dados relativos aos aspectos da 'população', apresentados ali com o propósito de ilustrar o perfil do coletivo humano social com o qual o projeto estabeleceu suas relações.

No que diz respeito às relações entre os agricultores entrevistados e as associações, constatou-se que:

De maneira geral, pelo menos cerca de 50% dos chefes de lotes entrevistados possuíam **vínculo com a associação**, com grau de participação variando desde aqueles que não comparecem nas reuniões até aqueles que são, ou já foram, membros das diretorias, passando pelos que nunca foram numa reunião e, ainda, pelos que tiveram participação ativa no passado e que hoje desacreditam totalmente nas atuais diretorias e, portanto, se afastaram de tudo. (SOUSA NETO, 2005b, p. 10, grifo do autor).

Como visto, o caráter estabelecido segue a noção quantitativa da participação, porém, com alguma indicação qualitativa. Reproduzimos, a seguir, o gráfico que ilustra as informações citadas acima:

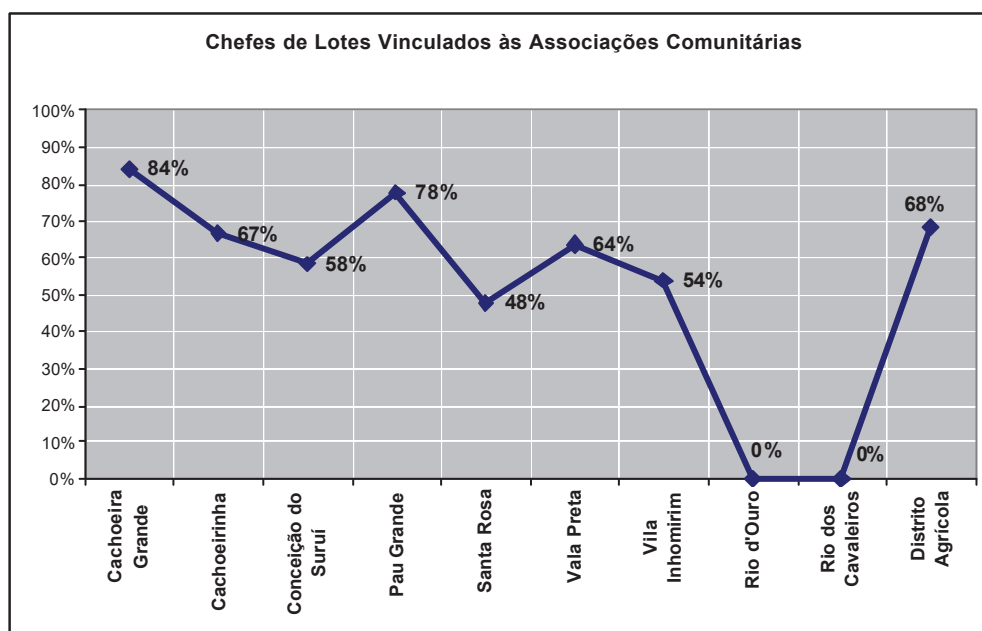


Gráfico 01: Vinculação dos agricultores entrevistados às associações

As comunidades de Rio d'Ouro e Rio dos Cavaleiros não possuíam associação de agricultores, por isto o resultado de '0%' para ambas. As atividades do projeto nestas comunidades foram realizadas a partir dos esforços próprios do DASARA.

Quanto ao grau de envolvimento dos agricultores entrevistados nas associações das suas comunidades, concluímos que:

No que diz respeito ao **grau de satisfação** dos agricultores com as suas respectivas associações, dividiu-se os dados em três categorias: satisfeitos, insatisfeitos e ponderados. Para caracterizar os satisfeitos consideraram-se as ocorrências em que os entrevistados declararam expressamente a satisfação com o trabalho das atuais diretorias; para os insatisfeitos consideraram-se as ocorrências em que isto foi declarado expressamente; e, por fim, para os ponderados foram consideradas as ocorrências em que os entrevistados declararam, por exemplo, que "(...) a associação é boa, mas pode melhorar (...)", como regra geral a presença da conjunção adversativa mas no discurso dos entrevistados caracterizou a posição de ponderação. (SOUSA NETO, 2005b, p. 11, grifo do autor).

Em referência a este aspecto, vemos uma aproximação de caráter qualitativo da participação. Reproduzimos a seguir o gráfico construído no relatório do diagnóstico:

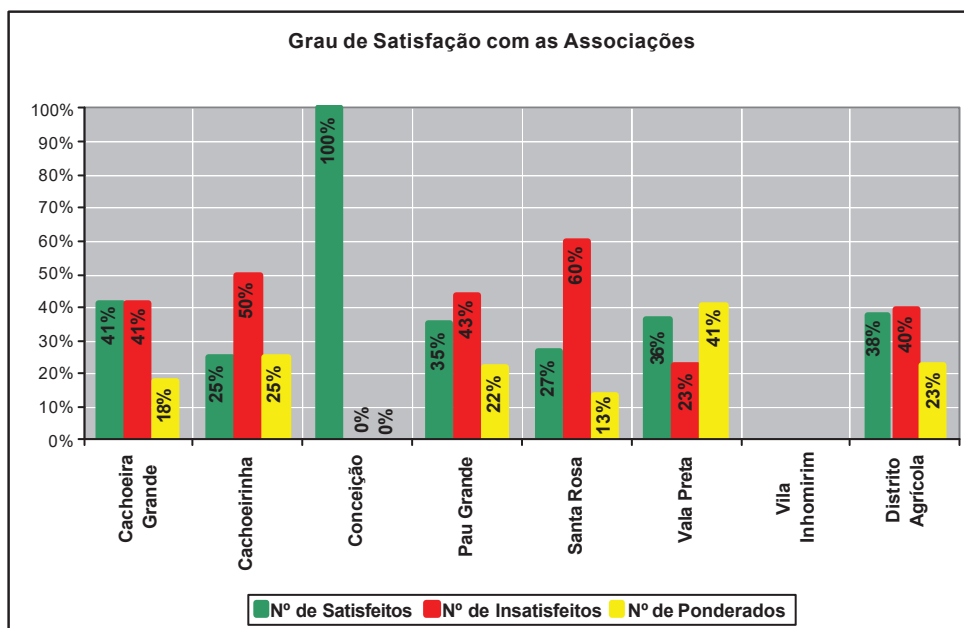


Gráfico 02: Grau de satisfação dos agricultores entrevistados com relação às associações

No que diz respeito ao grau de satisfação, por se tratar de um posicionamento crítico do entrevistado no confronto da associação de agricultores da sua comunidade, deve-se levar em conta que a maioria das entrevistas, cerca de 85% a 80%, foi realizada na presença do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município e de, pelo menos, 1 diretor da associação local e, conseqüentemente, apenas de 15% a 20% das entrevistas foram realizadas na total ausência de qualquer representante das organizações populares locais.

Sendo assim, é possível questionar o grau de confiabilidade das informações que afirmam ‘satisfação’ com relação ao desempenho das associações. Por outro lado, pode-se inferir que os posicionamentos de ‘insatisfação’ foram manifestados pelos entrevistados pertencentes às 15% a 20% das entrevistas realizadas na ausência de qualquer representante das associações e do sindicato. Quanto aos ‘ponderados’, pode se tratar daqueles mais críticos e ‘destemidos’ que, mesmo diante de um diretor de associação e do presidente do sindicato, manifestou alguma ‘reticência’ quanto ao desempenho da associação.

É oportuno destacar que, por um lado, nenhum entrevistado da comunidade Vila Inhomirim se posicionou com relação a esta questão. E, por outro, na comunidade Conceição do Suruí a associação alcançou 100% de aprovação. Quanto às outras comunidades, se somarmos os ‘insatisfeitos’ com os ‘ponderados’ obtemos um número que expressa uma significativa ‘reprovação’ quanto às organizações populares locais, o que se tornou um dado decisivo na redefinição da estratégia e dos rumos do DASARA.

Algumas declarações feitas pelos entrevistados, sobretudo nas entrevistas que não contaram com a presença de diretores das organizações populares locais, reforçam o sentido da análise feita no plano quantitativo:

“O quê que isto tem a ver com a associação?! Não quero saber de nada que tenha a ver com associação... ali só tem ladrão...”

“Se estes cursos que vocês estão falando aí, serão feitos na sede da associação, não conte comigo... eu não boto os meus pés ali... e não esperem muita gente não...”

ninguém gosta daquilo ali... eles só querem saber deles mermo... só querem saber de dinheiro no bolso...”

“Associação, sindicato, cooperativa... nada disto vale à pena... o negócio é cada um por si e Deus por todos...”

O mapeamento das associações dos agricultores, segunda etapa do diagnóstico, aconteceu simultaneamente ao levantamento de dados individuais. Nesta ocasião, a equipe de coordenação do projeto já possuía as informações preliminares relativas ao envolvimento dos agricultores com as associações de suas comunidades. Assim, o objetivo era confirmar ou refutar os indícios levantados. A confirmação não foi difícil. A debilidade do discurso dos diretores, a ausência de registros de eleições, e a baixíssima participação, do ponto de vista quantitativo, registrada nos livros de presença e de atas das reuniões e assembleias confirmavam o que se observava na coleta de dados individuais. Nas comunidades Cachoeira Grande e Vila Inhomirim, a pergunta ‘à queima roupa’ dos seus ‘comandantes’ surpreendeu:

“Sabemos que neste projeto está previsto o pagamento de uma ajuda de custo para os presidentes das associações. De quanto vai ser isto?!”

A terceira etapa do diagnóstico (mapeamento institucional das organizações governamentais e não governamentais atuantes no território) foi realizado conforme o previsto. As organizações identificadas foram a EMATER (Escritório local de Magé), o executivo recém-eleito do município e uma ONG que finalizava suas ações no território.

A ONG que se retirava não foi entrevistada, pelo fato mesmo de estar se retirando da área de interesse.

Quanto ao executivo municipal foram realizadas duas reuniões envolvendo a prefeita e as secretárias de educação e de agricultura. Na primeira reunião, confirmou-se a inviabilidade da relação pela interpelação imediata da prefeita com a seguinte pergunta:

“O quê vocês querem? De quanto dinheiro precisam pra fazer o que querem? O que vocês vão fazer me garantirá votos?”

Ao explicar que o projeto tinha seu próprio dinheiro e que seria desenvolvido a favor dos agricultores, a resposta da prefeita surpreendeu:

“Ah! Não quero saber disto não! Aqueles agricultores apoiaram a Narriman Zito [candidata concorrente que perdeu a eleição] e agora vão ver o que é bom! Quem não vota em mim se dá mal! Quero ver agora a Narriman vir ajudar eles!”

Porém, ao ser orientada pelos seus assessores, a prefeita deu um passo atrás e retrucou:

“Então voltem aqui na próxima semana para falar com as minhas secretárias de educação e de agricultura.”

Na reunião seguinte, com a presença da prefeita e das suas secretárias, a ‘moeda de troca’ se revelou muito alta:

“Podemos apoiar o projeto de vocês se nos ajudarem a ‘tomar’ as sedes daquelas associações que não servem para nada, para implantarmos nossos postos de saúde ali.”

A equipe de coordenação do DASARA respondeu que não podia apoiar a prefeitura neste sentido, porque as sedes das associações eram de propriedade dos agricultores, e, sendo assim, as relações se encerraram sem nunca terem se iniciado.

Com a EMATER não foi muito diferente, as exigências em troca do apoio eram inviáveis. O então chefe do escritório local apresentou a lista de ‘coisas’ que o projeto deveria ceder:

“Para apoiar o projeto de vocês precisamos de: 01 carro, 02 tanques de combustível por mês, 01 computador portátil e 01 máquina fotográfica digital.”

Ao chefe do escritório local da EMATER em Magé, foi explicado que o projeto era a favor dos agricultores e não das organizações públicas locais. Diante daqueles pedidos, que não poderiam ser atendidos, a parceria nunca se concretizou.

Diante do que foi constatado e analisado nas duas primeiras etapas do diagnóstico, a equipe de coordenação do projeto decidiu não mais realizar algumas atividades anteriormente previstas a fim de evitar confrontos diretos com os dirigentes das associações, e evitar, também, a realização de atividades em que participariam somente os ‘eleitos’ pelos diretores. As atividades eliminadas correspondiam ao que seria a quarta etapa do diagnóstico: dinâmicas de grupo para a construção participativa do elenco de prioridades, de cartografia popular e do diagrama de relações institucionais. O objetivo maior era permitir o trânsito do DASARA seja entre as associações, seja entre os ‘simpáticos’ às associações, seja entre os ‘contrários’ às associações. Nem sempre isto se confirmou, mas alguma coisa se conseguiu neste sentido.

Com o diagnóstico se obteve os dados e as informações necessárias para decidir que:

1. O sindicato dos trabalhadores rurais do município e as associações de agricultores das comunidades não poderiam ser os interlocutores privilegiados do projeto. De qualquer maneira, o projeto não poderia, nem deveria assumir posição de confronto.
2. A composição do grupo de apoio ao DASARA (GAD) não deveria ser feita pelos diretores de associação, como previa o documento inicial. Outro grupo social deveria ser envolvido. Então, considerando o ‘objetivo específico I’ do projeto, resolveu-se pelo envolvimento de jovens das comunidades para a composição do grupo.
3. Diante da postura de rejeições dos agricultores em relação às estruturas organizativas, a natureza básica do projeto deveria ser transformada. No lugar de focalizar no primeiro plano os aspectos da produção e da comercialização, o foco passaria a ser a dimensão pedagógica, no sentido de desenvolver ações com a perspectiva da aprendizagem para a participação dialógica. Neste sentido, os cursos de formação passariam a ser os ‘elementos centrais’ das ações projetuais.
4. Os espaços de realização das atividades deveriam ser, na medida do possível, espaços isentos de significados anteriormente construídos, o que resultou no afastamento em relação às instalações que serviam de sedes das associações para não correr o risco de ‘esvaziamento’ dos cursos de formação.
5. Com a prefeitura local o diálogo mostrou-se impossível e indesejável, pela própria natureza do projeto. A estratégia estabelecida foi então a de trabalhar sem buscar qualquer nível de visibilidade. Se necessário, manter, no máximo, relações diplomáticas e evitar confrontos em toda e qualquer hipótese.
6. Com a EMATER, planejou-se a mesma estratégia estabelecida para a prefeitura.

3.4.3. Encontros intercomunitários

Os ‘Encontros Intercomunitários’ foram a instância máxima do DASARA para as tomadas de decisões e para os encaminhamentos das ações do projeto. Representaram a intensificação da comunicação estabelecida nos momentos anteriores.

Estes encontros foram a ‘recriação’ dos antigos ‘Forum’, realizados pela ONG brasileira parceira do projeto. Por um lado, se fazia necessário manter certa distância dos conflitos estabelecidos entre o parceiro local e os beneficiários do projeto, no período pré-financiamento; e, por outro lado, se fazia necessário também ‘repensar’ os antigos ‘Forum’ que reuniam apenas os dirigentes de associação e do sindicato. Os ‘encontros intercomunitários’ priorizaram a participação do maior número possível de agricultores, para além do comparecimento dos diretores das organizações populares locais. Pautando sempre as questões ligadas à realização do projeto que não poderia seguir sem a contribuição decisória dos agricultores envolvidos. Em CISV (2006a, p. 10, tradução nossa), encontra-se:

Os primeiros forum foram renomeados “Encontros Intercomunitários” para dar a eles um sentido mais operacional do que político, para facilitar a reaproximação das comunidades a este instrumento de ação e reivindicação.

Os encontros duravam um dia inteiro e tinham a seguinte estrutura geral: a) parte da manhã, apresentação dos temas e esclarecimentos conceituais; b) parte da tarde, trabalho de grupo, apresentação de propostas e tomada de decisões em plenária.

Durante os três anos de atuação do DASARA, foram realizados os seguintes ‘encontros intercomunitários’²⁷:

Tabela 06: Encontros Intercomunitários realizados durante o DASARA

Ano	Nº	Mês	Tema	Participantes
I (2005)	I	Março	Resultados do diagnóstico e definição dos critérios de seleção do grupo jovem.	73
	II	Maio	Planejamento dos cursos do programa de formação	96
	III	Agosto	Definição dos critérios para a seleção das propostas de microcrédito.	147
	IV	Novembro	Entrega dos certificados dos cursos e plano de atividades para 2006.	159

²⁷ O detalhamento de cada ‘encontro’ realizado será inserido nas seções relativas às atividades que foram tema.

Tabela 06.Continuação: Encontros Intercomunitários realizados durante o DASARA

Ano	Nº	Mês	Tema	Participantes
II (2006)	V	Fevereiro	Definição dos círculos agroindustriais e formação dos grupos de produção	60
	VI	Outubro	Apresentação e debate de propostas para a implantação do espaço de comercialização.	50
	VII	Dezembro	Apresentação e debate de propostas para a implantação da primeira agroindústria.	38
III (2007)	VIII	Abril	Decisão sobre a implantação do espaço de comercialização e da primeira agroindústria.	67
	IX	Agosto	Como resolver os problemas com as obras?	99
	X	Setembro	O curso de cooperativismo	60
	XI	Novembro	Encerramento do projeto	40

3.4.4. Grupo jovem de apoio ao DASARA (grupo GAD)

No documento projetual original (CISV, 2002, p. 45), este grupo era para ser composto pelos dirigentes das associações. Porém, à luz dos resultados encontrados pelo diagnóstico, a equipe resolveu compor o GAD por jovens filhos de agricultores, moradores no Distrito Agrícola e vinculados, em qualquer nível com a atividade agrícola dos pais.

No primeiro encontro intercomunitário do DASARA, além da apresentação dos resultados do diagnóstico, foi definido o perfil que guiaria a seleção dos jovens para compor o grupo de apoio ao DASARA (GAD). Em CISV (2006a, p. 10, tradução nossa, grifo do autor), encontra-se:

O primeiro fórum foi realizado no mês de Março com a presença de 2 membros eleitos de cada associação e 10 agricultores de cada comunidade. [...] O primeiro encontro reuniu **73** pessoas do distrito agrícola entre diretores e agricultores, o responsável do escritório da Emater de Magé, membros do sindicato dos agricultores e 2 representantes da Universidade Rural. O cônsul italiano no Rio participou brevemente no encontro saudando formalmente os presentes. Este primeiro encontro teve como tema central a apresentação oficial do projeto e o início da seleção dos jovens do Grupo GAD.

A partir das diretrizes definidas no I Encontro Intercomunitário, o processo de seleção dos jovens envolveu diretamente os agricultores das comunidades, convocados a partir de uma comunicação formal da equipe de coordenação do projeto mediada pelos dirigentes das associações. O procedimento cumpriu as seguintes etapas: 1) apresentação de quatro candidatos pela comunidade: os agricultores deveriam fazer uma ‘apresentação’ dos candidatos justificando a sua indicação, e os próprios candidatos deveriam fazer uma auto-apresentação e defender a sua escolha para participar do grupo; e, 2) seleção final dos candidatos pela equipe de coordenação do projeto: foram considerados os discursos feitos na etapa ‘1’, atribuindo maior peso à auto-apresentação e defesa dos jovens. A coordenadora do grupo foi selecionada entre os egressos do curso de técnico em agropecuária da Escola Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto, Conceição do Suruí, Magé. Maiores detalhes acerca da seleção do GAD encontram-se no Anexo ‘C’.

Em CISV (2006a, p. 10), encontra-se o detalhamento seguinte:

O grupo GAD é composto por 2 jovens representantes de cada comunidade envolvida no projeto. O projeto alcança 8 comunidades, das quais 2 sem associação (Rio d'Ouro e Rio dos Cavaleiros). Para estas duas comunidades foi decidido de contratar somente 1 jovem. Também Vila Inhomirim será representada por apenas 1 jovem dada a incapacidade da associação de convidar a comunidade para apresentar candidatos para o grupo GAD. No total temos, portanto, 15 jovens e 1 coordenadora, identificada após uma seleção.

O grupo GAD é fruto de uma série de seleções feita junto às comunidades, e tem como atribuições: trazer informações e comunicações dos beneficiários, assim como levar comunicações aos beneficiários, desenvolver pesquisas na área de interesse, ajudar na organização logística dos eventos além de representar, num sentido mais amplo, uma ponte de ligação entre o projeto e as comunidades.

Após os procedimentos administrativos de contratação dos jovens e da coordenadora do GAD, foi realizado um curso de formação específico.²⁸ Em CISV (2006a, p.10, tradução nossa):

A formação do grupo de apoio ao DASARA, desenvolvida em cooperação com a Universidade Rural, ocupou o espaço de 10 dias distribuídos entre encontros na sede do projeto e um período residencial na Universidade, nos quais diversos professores da Universidade Rural desenvolveram uma série de encontros, depois de ter identificado as necessidades formativas dos jovens e da coordenadora. Foram enfrentados, entre outros, argumentos relativos: a cooperação internacional; a CISV; ao projeto DASARA, objetivos e finalidade; à dinâmicas de grupo e à técnicas de entrevista.

3.4.5. Programa de cursos de formação

Com a redefinição da estratégia geral do projeto à luz dos indicadores encontrados no diagnóstico, os cursos de formação passaram a ser o elemento central do DASARA. Configuraram-se como a instância inicial do processo de ensino-aprendizagem voltado ao desenvolvimento da participação-dialógica junto aos agricultores envolvidos. Em trabalho anterior nosso, caracterizamos esta feição dos cursos do programa de formação:

O programa de formação consiste na atividade central das intervenções previstas no projeto. A participação nos cursos é a *porta de entrada* dos agricultores nas ações projetuais. Deste modo, cada grupo de curso (organizados em função da natureza agrônômica) está diretamente vinculado com outras atividades. (SOUSA NETO, 2005a, p. 8, grifo do autor).

Como estratégia geral o programa de formação está diretamente vinculado às intervenções projetuais de implantação de infra-estruturas (construção de agroindústrias, de entreposto, realização de drenagem agrícola e instalação de eletricidade trifásica) e de sistema de micro-crédito (criação de um fundo rotativo). Após a realização dos cursos, aqueles que forem aprovados na avaliação final poderão participar no concurso de micro-crédito para financiar o custeio de uma atividade produtiva já existente ou a implantação de uma nova atividade que tenha sido abordada durante o período de debates/estudos. (SOUSA NETO, 2005a, p. 2).

No Anexo 'E' encontra-se os vínculos entre os cursos de formação, definidos pela interação entre os agentes do projeto e os potenciais beneficiários, e as demais atividades projetuais previstas pelo DASARA.

²⁸ Maiores informações acerca da formação do grupo podem ser encontradas no Anexo 'D'.

No mesmo trabalho (SOUSA NETO, 2005a, p. 3), foi definido a perspectiva pedagógica ‘problematizadora’ e o referencial teórico de Paulo Freire, como princípios fundamentais do programa de formação. A realização do programa de formação cumpriu a seguinte orientação:

A dinâmica de realização de cada curso seguirá os seguintes passos: (1) identificação dos problemas em nível de campo (prático) → (2) traçado dos eixos temáticos e definição dos conteúdos operacionais (planejamento) → (3) investigação das causas dos problemas (prático-teórico) → (4) caracterização de procedimentos para o solucionamento (teórico-prático) → (5) implementação de procedimentos em nível de campo (prático).

O ponto de partida para o traçado dos eixos temáticos de cada curso, e a conseqüente definição dos conteúdos, serão os problemas e análises indicados pelos agricultores somados às análises técnicas feitas pela equipe DASARA e colaboradores (regentes e auxiliares). A partir daí, nos primeiros encontros entre regentes e participantes, serão traçados os eixos temáticos, e o desdobramento destes em conteúdos operacionais socialmente significativos. Este desdobramento deverá caracterizar uma perfeita harmonia entre os saberes técnico-científicos dos regentes e os saberes populares dos agricultores. (SOUSA NETO, 2005a, p. 9).

A orientação teórico-metodológica dos cursos do programa de formação e a sua vinculação com outras atividades projetuais também pode ser constatada em CISV (2006a, p. 7, tradução nossa, grifo do autor):

Os cursos de formação do projeto foram organizados e formulados seguindo a metodologia “participativa” e “dialógica” em referência ao Prof. Paulo Freire, que indica o diálogo constante como principal instrumento para as escolhas estratégicas das ações. Para fins administrativos, foram considerados aprovados aqueles alunos que conseguiram 60% de presença, e habilitados para apresentar uma proposta de micro-crédito aqueles que superaram os 70% de presença. Para facilitar a gestão por parte da equipe do projeto, os cursos foram divididos em duas fases, com um intervalo de 2 semanas entre o fim da primeira fase e o início da segunda. Deste modo, os cursos ocuparam um arco temporal maior do que o previsto, mas os resultados alcançados justificam amplamente esta escolha.

Quanto a definição dos temas de curso, foi realizada uma primeira consulta acerca dos temas indicados no documento projetual, na ocasião do diagnóstico.

O viés central do planejamento/aplicação do programa de formação do DASARA consiste na participação direta dos agricultores no traçado/realização das atividades. Seguindo este pressuposto, a definição dos temas dos cursos contou com a participação dos potenciais beneficiários permitindo a rediagramação do programa numa perspectiva integradora. (SOUSA NETO, 2005a, p. 9).

A partir dos resultados encontrados no diagnóstico relativos à consulta dos temas de curso aprovados pelo financiador, os cursos foram redefinidos seguindo os seguintes critérios:

Os critérios considerados nas tomadas de decisão para a remodelação do programa de formação, em ordem de importância, foram: 1) índices de aceitação indicados no DRD [Diagnóstico Rural Dialógico]; 2) sugestões dos agricultores beneficiários (durante o DRD, reuniões nas associações e conversas informais); e, 3) análises técnicas da equipe de coordenação do DASARA e do NEAFRU. (SOUSA NETO, 2005a, p. 4).

A redefinição do programa de formação do DASARA implicou na eliminação de alguns temas de curso, na fusão entre alguns temas, no desdobramento de temas únicos em dois outros, na renomeação de outros e, ainda, na criação de temas não previstos. No Anexo 'F', pode-se ver os quadros comparativos entre os temas de curso aprovados pelo financiador e os temas gerados a partir da interação entre os agentes de projeto e os potenciais beneficiários.

A definição dos dias, horários, frequência semanal e local da realização dos cursos, seguiram com a perspectiva participativa decisória envolvendo pesquisas de campo realizadas pelos jovens do grupo 'GAD' e o II Encontro Intercomunitário como instância decisiva:

[...] a definição dos dias, horários e locais dos cursos também seguiu a estratégia da consulta popular. Para este fim, o grupo jovem de apoio ao DASARA (grupo GAD) realizou uma pesquisa junto aos agricultores aplicando um questionário específico. A partir dos dados levantados por esta pesquisa, no II Encontro Intercomunitário dos Beneficiários do Projeto DASARA (30.Mai.05) será definido o quadro de horários e o cronograma definitivos para a realização das atividades formativas. Os primeiros cursos a realizar serão aqueles em que houver maior interesse nas pesquisas. (SOUSA NETO, 2005a, p. 9).

O segundo Fórum foi realizado em Maio com a participação de 97 pessoas do distrito agrícola entre diretores e agricultores, com a presença de representantes da Universidade Rural e instituições locais. O tema central deste encontro foram os cursos de formação, iniciados dias depois deste evento. (CISV, 2006a, p. 10, tradução nossa, grifo do autor).

A organização dos locais de funcionamento dos cursos seguiu o seguinte princípio:

As comunidades beneficiárias serão agrupadas em 04 centros de intervenção que deverão funcionar como *baricentros* para a realização dos encontros. A localização dos baricentros foi definida primeiramente em função da proximidade geográfica e facilidade de transporte entre as comunidades em questão. A comunidade que receberá o centro de intervenção será identificada em função do número de pessoas inscritas nos cursos, ou seja, *ganha* o centro de intervenção aquela comunidade que inscrever o maior número de participantes. [...]. (SOUSA NETO, 2005a, p. 9).

Assim, as comunidades foram agrupadas de acordo com a tabela seguinte:

Tabela 07: Organização das comunidades em centros de intervenção para a realização dos cursos

CENTRO	COMUNIDADES	CENTRO	COMUNIDADES
Centro de Intervenção I	Pau Grande	Centro de Intervenção III	Vala Preta II
	Vila Inhomirim		Conceição do Suruí
Centro de Intervenção II	Cachoeira Grande	Centro de Intervenção IV	Rio d'Ouro & Rio dos Cavaleiros
	Vala Preta I		Cachoeirinha
			Santa Rosa

Desta feita, a construção e realização dos cursos do programa de formação do DASARA enfrentaram as seguintes etapas, considerando que os regentes foram submetidos a um curso de formação acerca da opção pedagógica e estratégica do projeto oferecido pelo seu coordenador pedagógico:

Tabela 08: Calendário da construção e realização dos cursos do programa de formação

PERÍODO	ATIVIDADE	INSTRUMENTAL	PRODUTO
Jan – Fev/05	Consulta de aceitação dos cursos.	DRD	Estatísticas: gráficos
Mar – Abr/05	Reconstrução do programa formativo.	Análises	Planejamento de Ensino
Mai/05	Recebimento de currículos de candidatos a regente de curso.	Divulgação e recebimento	Banco de Dados
	Consulta dias, horários e ritmo dos cursos.	Pesquisa GAD	Estatísticas: gráficos
	Definição do quadro de horários e do calendário de realização dos cursos.	Trabalho de grupo: II Encontro Intercomunitário	Calendário e quadro de horários definitivos
Jun/05	Seleção de regentes e auxiliares	Análises curriculares e entrevistas	Contratações
	Matrículas e confirmações de matrícula	Preenchimento de cadastros pelo GAD	Matrículas consolidadas
	Organização da logística	Aquisições de materiais Reservas de espaços físicos	Centros de Intervenção montados
Jun – Set/05	Realização dos cursos	Problematizador	Cursos realizados (evasão máxima de 20%) e propostas de projetos produtivos apresentados no concurso de micro-crédito.

Os cursos do programa de formação do DASARA alcançaram no primeiro ano de projeto, os números dispostos na tabela abaixo:

Tabela 09: Números finais dos cursos do programa de formação – 1º ano

Ano	Temas de Curso	Turmas	Carga horária total (horas)	Inscritos	Concludentes
2005	1. Agente popular de saúde	03	80	90	80
	2. Criação de galinhas caipiras	05	32	179	109
	3. Cultivo de palmito	02	24	65	35
	4. Manejo de pragas e doenças	05	38	126	73
	5. Manejo dos solos	02	38	82	48
	6. Manutenção e operação de motocultivadores	02	28	52	33
	7. Técnicas básicas de enxertia	02	16	55	50
Totais.....		21	802	649	428

O primeiro ano de projeto alcançou 66% de permanência nos cursos, com evasão de 34%, superior à expectativa do planejamento inicial que previa evasão máxima de 20%

(SOUSA NETO, 2005a, p. 10). Porém, considerando o amadurecimento alcançado no curso do primeiro ano de presença no território, foi fácil verificar a ‘pretensão’ inicial desta meta e os bons resultados alcançados por esta atividade. O último ‘Encontro Intercomunitário’ do primeiro ano de projeto com 159 pessoas presentes, culminou com a entrega dos certificados de conclusão dos cursos:

O Forum de encerramento do primeiro ano de atividades (o Quarto Forum no curso do projeto) foi realizado como cerimônia de entrega de Certificados. A lista completa dos autorizados a receber o certificado (reconhecido legalmente como formação de nível básico pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) incluía 178 pessoas [diferentes]. O evento, realizado em 14 de **Novembro de 2005** contou com a participação dos representantes do parceiro local e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Este evento sinalizou o fim das atividades de terreno do 2005, ainda que o projeto tenha continuado na preparação e programação do ano seguinte. (CISV, 2006b, p. 3, tradução nossa, grifo do autor).

A partir da realização do diagnóstico e do primeiro ano do programa de cursos de formação, novas demandas foram apresentadas pelos agricultores e adotadas pela equipe de coordenação do DASARA: realização de limpeza dos canais de drenagem e a viabilização de análises de solo.

Quanto as análises de solo, o NEAFRU mediu um convênio com o laboratório de fertilidade da UFRuralRJ, que subsidiou 50% dos custos da análise. O DASARA subsidiou outro 25% do custo e o agricultor pagou os 25% restantes. A coleta das amostras era feita pelo agricultor, o transporte do material até o laboratório e o recebimento dos resultados das análises era feito pelo projeto. A interpretação do resultado e a recomendação de aplicação de produtos no solo eram fruto da discussão entre os técnicos do DASARA e os agricultores. A esta altura de realização das atividades, o projeto contava com 03 técnicos voluntários. Estes voluntários eram ex-regentes dos cursos de formação.

Quanto à limpeza dos canais de drenagem, será detalhada na próxima seção dedicada ao acompanhamento técnico.

3.4.6. Acompanhamento técnico

O DASARA não possuía um fundo específico para financiar a atividade de acompanhamento técnico. Possuía a figura de um coordenador que deveria sistematizar a oferta de um acompanhamento técnico que estabelecesse sintonia com as diretrizes assumidas pelo projeto e com as demais ações projetuais.

A primeira coordenadora técnica, que trabalhou no projeto durante 7 meses, limitou-se à construção de documentos teóricos que visavam estabelecer parâmetros técnicos a serem seguidos pelos agricultores, como se pode verificar em CISV (2006a, p. 7, tradução nossa):

O acompanhamento técnico [...] foi concretizado inicialmente na produção de vários “documentos guia” relativos a temas tais como: micro-crédito, produtividade dos solos, cálculo dos custos de implantação de produção de palmito, documento de base para realizar a atividade de drenagem, cálculo dos custos de produção de frangos, todos documentos que servirão como referência para conhecer tecnicamente a realidade dos beneficiários do projeto e para avaliar as propostas de micro-crédito.

Porém, estes documentos eram por demais distanciados da realidade dos agricultores, sendo construídos a partir dos dados do diagnóstico sem nenhum envolvimento mais direto dos beneficiários. Era visível também o ‘distanciamento’ estabelecido entre a técnica e os

agricultores. Assim, por todos estes fatores, a coordenação geral do projeto decidiu pela sua substituição, depois de um intenso processo de argumentação e contra-argumentação envolvendo o cooperante italiano (coordenador de micro-crédito) e o representante da ONG de origem italiana no Brasil (coordenador pedagógico). É importante registrar que todos os arquivos virtuais do computador do projeto foram ‘apagados’ imediatamente antes da saída da primeira coordenadora técnica do projeto.

O segundo coordenador técnico, ex-regente de curso, aproximou-se um pouco mais da perspectiva estratégica proposta, como visto em CISV (2006a, p. 7, tradução nossa):

Além disso, foram realizados estudos de terreno com realização de cartografia popular e de mapeamento sensitivo do território, necessárias para a avaliação dos termos da atividade de Dragagem. Esta atividade de acompanhamento técnico envolveu diretamente a população, em referência à metodologia participativa que o projeto abraça. A atividade levou à redação de um documento guia ulterior, com recomendações técnicas para os agricultores (como por exemplo, a reconstrução da vegetação aos lados dos canais de drenagem, o uso do material vegetal recolhido dos canais como alimentação animal). Uma pesquisa ulterior, ainda em curso, permitirá avaliar em termos mais aprofundados o valor, o tipo de produção existente e a disponibilidade dos agricultores em serem envolvidos em produções agro-ecológicas.

Este coordenador era apoiado por três ex-regentes de curso que lidavam, voluntariamente, com as interpretações e recomendações participativas das análises de solo feitas no laboratório de fertilidade da UFRuralRJ.

A limpeza dos canais de drenagem (dragagem) foi uma atividade de destaque desenvolvida sob os cuidados do coordenador técnico, com o caráter de ter sido reivindicada diretamente pelos agricultores envolvidos nos cursos, já que não fazia parte dos planos do projeto. Em CISV (2006b, p. 4, tradução nossa, grifo nosso) encontramos mais detalhes:

A atividade de drenagem exigiu uma longa fase de gestação com a finalidade de preparar a análise técnica de factibilidade da obra e a posterior solicitação de autorizações das autoridades nacionais competentes em matéria e território.

Depois de numerosas reuniões com os produtores, foram identificados todos os canais principais de drenagem, foram mensurados, fotografados e analisados seja em profundidade que em largura. Ao mesmo modo foi realizado um estudo da vegetação presente no entorno e no interior dos canais para poder realizar a obra na melhor forma e nos pontos de maior eficácia e interesse para os produtores.

A análise de factibilidade envolveu 7 comunidades do Distrito Agrícola (Cachoeirinha, Rio dos Cavaleiros, Rio do Ouro, Conceição do Suruí, Vala Preta, Santa Rosa, Cachoeira Grande), mas somente em seis comunidades se realizou efetivamente a intervenção. Problemas de ordem burocrática atrasaram o inícios das obras e, não obstante as numerosas tentativas, **a impossibilidade de colaboração com as instituições locais [de Magé] impediram uma maior amplitude da intervenção.**

A comunidade não alcançada pela intervenção da drenagem foi Cachoeira Grande.

3.5. Segundo Ano

3.5.1. Bases operacionais

O marco institucional entre as ONGs parceiras que caracterizou a passagem do primeiro para o segundo ano de projeto foi a ‘missão’ de monitoramento das ações no Brasil, feita *in loco* pelo coordenador do escritório de projetos da sede da CISV em Torino/Itália.

Esta missão comunicou novidades e revelou tensões internas nas relações institucionais entre as organizações. Por um lado, comemorava-se o avanço dos resultados obtidos com o primeiro ano de atividades, por outro, lamentava-se o ‘atraso’ do financiador em transferir os valores pertinentes ao segundo ano de projeto. O que obrigaria a ONG de origem italiana a ‘antecipar’ os referidos fundos na medida das suas possibilidades.

Porém, a equipe de coordenação local da ONG de origem italiana denunciava o não comparecimento pleno do ‘animador comunitário’ (ator de confiança da ONG brasileira) no campo da atuação cotidiana do projeto, mesmo tendo um contrato a tempo pleno com o projeto. Esta reclamação foi classificada como ‘legalista’ pelo presidente da organização brasileira, que, na ocasião, anunciava a ‘passagem’ do cargo para outra pessoa de sua confiança. Além disto, denunciava que o ‘coordenador pedagógico’ excluía e desqualificava a atuação do ‘animador comunitário’ e que a coordenação geral excluía e negava o envolvimento da ONG brasileira em todos os aspectos do projeto: comunicação, planejamento, execução etc; valorizando excessivamente o envolvimento do ‘grupo’ da universidade.

A proposta apresentada pela ONG brasileira, prontamente acolhida, foi a de se fazer presente nos encontros de planejamento estratégico através da figura da nova presidenta, e a de fazer o ‘animador comunitário’ (então vice-presidente da organização) comparecer ‘dois dias por semana’ no terreno de atuação do projeto. Com a observação de que o projeto deveria contratar um motorista porque este agente não ‘dirigia’.

3.5.2. Programa de micro-crédito

A concessão de empréstimos de micro-crédito foi a principal razão para solicitar ao financiador a prorrogação do 1º ano. Esta prorrogação foi concedida por um período de 5 meses, período residual, que se sobrepôs ao primeiro semestre do 2º ano. Na verdade, a prorrogação dizia respeito apenas ao desembolso dos fundos do 1º ano não exauridos até o 31/Outubro/2005 por questões estratégicas (data formal do fim da primeira anualidade).

No âmbito da perspectiva estratégica do DASARA de articular todas as suas componentes em nível de ‘atividade’, o programa de micro-crédito estava diretamente associado ao programa de cursos de formação, como registrado em CISV (2006a, p. 14, tradução nossa):

A estratégia geral do projeto é a de funcionar em torno dos 4 eixos principais, a atividade formativa, a construção das infra-estruturas, os financiamentos de micro-crédito (atualmente organizado na forma de um Fundo Rotativo) e o acompanhamento técnico. Cada um dos eixos está ligado ao outro através de uma série de artifícios como, por exemplo, a obrigação de frequência [nos cursos de formação] para quem quiser participar da seleção para o micro-crédito [...].

A assunção plena desta diretiva se verifica claramente, também em:

As categorias para as quais foram concedidos os créditos estão sempre ligadas a cursos de formação oferecidos anteriormente pelo próprio projeto, para responder à vontade de integrar as várias partes da intervenção, com o fim de obter um impacto melhor daquele que se pode obter por atividades desenvolvidas separadamente. (CISV, 2006b, p.2, tradução nossa).

O projeto se apóia, do ponto de vista teórico, sobre a chamada metodologia “participativa”, que prevê a intervenção direta dos beneficiários nas decisões estratégicas e operacionais. Através de uma série de instrumentos que foram utilizados para concretizar a metodologia, as várias atividades tiveram uma direta participação efetiva dos agricultores. [...]. No caso do Micro-crédito, a construção do modelo para a apresentação das propostas foi fruto de diversos encontros com grupos de agricultores que testaram e afinaram o “instrumento” sobre as bases dos seus conhecimentos e experiências. (CISV, 2006a, p. 14, tradução nossa).

Os cursos se encerraram com uma aula prática sobre como apresentar uma proposta de micro-crédito, oferecida voluntariamente pelos vários regentes. (CISV, 2006a, p. 8, tradução nossa).

O perfil dos potenciais beneficiários do micro-crédito e a definição do modelo de proposta para acessar a um empréstimo, foram construídos com a participação de um número significativo de agricultores no III Encontro Intercomunitário:

O terceiro Fórum foi realizado no mês de Agosto com a participação de **147** pessoas do distrito agrícola entre diretores e agricultores, representantes da Universidade Rural e instituições locais. O tema central deste encontro foi o Micro-crédito do projeto [...]. (CISV, 2006a, p. 10, tradução nossa, grifo do autor)

Naquele encontro intercomunitário, também foram esclarecidas todas as características de funcionamento do crédito, tais como: teto do valor do empréstimo, período de carência, juros, parcelamento etc.

Seguindo esta estratégia, a primeira concessão de créditos do DASARA consolidou o seguinte quadro (CISV, 2006b, p.2, tradução nossa):

Foram beneficiadas um total de 33 agricultores, divididos nas várias comunidades de intervenção do projeto.

Foram concedidos 28 créditos individuais e 2 de grupo totalizando o valor de R\$ 55.697.

As categorias de crédito foram as de: criação de galinhas, cultivos de produtos agrícolas tradicionais (mandioca, feijões e milho), palmito, motocultivadores, instalações de apicultura e produção de mel, instalações de aprisco e criação de cabras.

O teto máximo concedido foi de R\$ 2.000 para os empréstimos individuais, com créditos concedidos variando de R\$ 428 (créditos de produção de mel) a R\$ 2.000, que foram concedidos em diversas categorias. O valor médio dos créditos concedidos foi de cerca de R\$1.400.

O pagamento dos empréstimos começará em função do período necessário à instalação e funcionamento relativos às diversas categorias.

No final do segundo ano, a atividade de micro-crédito começava já a dar algum retorno ao processo instaurado pelo DASARA, como se observa em CISV (2007a, p. 8, tradução nossa):

Foi realizado um monitoramento dos produtores que estão usufruindo do micro-crédito [...]. [...] ainda não caducou o menor período de carência [...], mas já se recebeu o pagamento total de um crédito [...], dois pagamentos antecipados de

metade do empréstimo [...] e dois pagamentos parciais [...]. 4 produtores solicitaram a renegociação do período de carência [...]. O valor pago até o momento [...] representa 4,7% do total concedido.

3.5.3. Ponto de partida das atividades em 2006

Depois da concessão dos empréstimos do programa de micro-crédito do DASARA, processo construído a partir do primeiro ano associado aos cursos do programa de formação, veio o desafio de enfrentar o segundo ano sem o aporte econômico previsto, devido ao atraso de pagamento do financiador (que só pagou o segundo ano no início do terceiro). O projeto seguiu adiante, mas com as despesas sustentadas nos limites das possibilidades da ONG de origem italiana.

As atividades deveriam se adequar à: redução da capacidade de contratação de serviços (caso dos regentes de cursos); redução do número e do tempo de dedicação dos jovens do grupo GAD; redução das despesas operacionais das ações (incluindo comunicação e transporte); adiamento das atividades previstas mais custosas (instalação de agroindústrias e construção do espaço de vendas). Em CISV (2007a, p.4, tradução nossa):

Neste período [o segundo ano] o projeto realizou [...] somente uma parte do cronograma previsto para a segunda anualidade, devido à falta do pagamento por parte da DGCS-MAE [órgão do Ministério das Relações Exteriores da Itália responsável pelo pagamento dos projetos de cooperação internacional] dos recursos financeiros necessários para a realização das atividades previstas.

No final do primeiro ano, o que se esperava era investir na aproximação dos agricultores com relação às suas associações no curso da segunda anualidade, como registrado em CISV (2006a, p.5, tradução nossa, grifo nosso):

O projeto trabalhou, nesta primeira anualidade, sobretudo com vistas à sua inserção na realidade local. A realidade associativa encontrada é bastante débil, por causa de diversos fatores como a desconfiança dos pequenos produtores, a falta de resultados, a relação entre a base e os representantes. **Com a segunda anualidade, espera-se reconstruir, onde possível, a relação entre a base e os representantes e favorecer assim a participação à vida associativa.**

Mas ao contrário do que se esperava no final do primeiro ano, o início do segundo ano se revelou bastante prematuro para tanto. Enquanto que para as relações institucionais entre as ONGs parceiras, o marco do início das atividades do segundo ano do DASARA foi a missão no Brasil do coordenador do escritório de programas da ONG de origem italiana; para as relações com os agricultores o marco inicial deveria ter sido o V Encontro Intercomunitário, mas:

Quando da retomada das atividades em **Janeiro 2006** foi organizado o primeiro fórum do 2006, o quinto encontro consecutivo, tendo como tema a definição do *modus operandi* do projeto. A participação neste Fórum foi bem abaixo das expectativas (cerca de 60 pessoas presentes contra as 150 previstas). Esta queda pode ser explicada por várias razões: a longa ausência de comunicação e o período de verão de fato distanciaram aquelas pessoas que já participavam no projeto de forma limitada; a redução do tempo e do número de integrantes do grupo de formação/animação GAD, levaram a pensar em instrumentos de divulgação alternativa para os eventos, que provavelmente não foram muito eficazes; acabou o efeito micro-crédito (maior parte dos créditos já concedidos).

A equipe está estudando as medidas para tornar mais efetivo o envolvimento dos beneficiários nestes encontros que são fundamentais para a formação e o

acompanhamento do projeto e das Associações beneficiárias. (CISV, 2006b, p.3, tradução nossa, grifo do autor).

Este desafio estimulou o redesenho do segundo momento da estratégia geral das ações. Se o primeiro momento consistiu na abordagem dos agricultores de forma individual para se envolverem num processo de ensino-aprendizagem voltado à participação dialógica, então agora o processo deveria ser continuado assumindo a interlocução direta com os grupos arregimentados nos momentos anteriores de formação, de acompanhamento técnico e de processo de micro-crédito; já que relações mais estreitas com as associações ainda não eram possíveis, e ‘forçar’ tais relações não faziam parte dos princípios fundamentais da estratégia pedagógica do projeto.

Isto significou a continuidade do projeto, com menos dinheiro do que o previsto, se valendo das bases construídas no curso do primeiro ano de presença no território:

[...] o projeto tem um núcleo “forte” de cerca de 70 agricultores, em torno dos quais existe um grupo de interessados cujas dimensões se pode estimar em cerca de 80 pessoas, que dá um total de cerca de 150 produtores. Além destes, um número impreciso de produtores aparece toda vez que se organiza uma atividade de formação, que não requer forte envolvimento e pode ser usufruído também como fim em si mesmo. CISV (2007a, p. 5, tradução nossa)

Desta feita, a formulação encontrada para seguir com as ações projetuais, portando adiante a perspectiva estratégica e metodológica adotada, foi criar as estruturas pedagógicas denominadas *Círculos Agroulturais*, para funcionarem como espaços de ensino-aprendizagem voltado à participação dialógica plena, tomando o orçamento do DASARA para as infra-estruturas e as questões produtivas como elementos mediadores dos círculos.

O diálogo com os beneficiários acontece no interior dos Círculos Agroulturais (*Círculos*), criados sobre base territorial para suprir à débil estrutura associativa, e dos Grupos de Produção (*GP*), criados sobre base produtiva no interior de cada Círculo. [...]. Esta estrutura foi pensada para ser uma alternativa às associações oficiais, que agora já tinham exaurido a função delas de reivindicação e não souberam ou puderam encontrar uma nova razão para existir e que com o agravante da não transparente gestão dos responsáveis das várias associações distanciou ainda mais os produtores da área. (CISV, 2007a, p. 5, tradução nossa, grifos do autor)

3.5.4. Círculos agroulturais e os grupos de produção

Com os círculos agroulturais não se pretendia a substituição das associações estabelecidas por novas estruturas. Ao contrário, o que se vislumbrava era uma renovação das antigas estruturas, portada adiante por pessoas que redescobrissem os processos de decisão e de gestão coletiva como processos válidos para o enfrentamento da realidade a partir de um diálogo horizontalizado.

Os círculos eram informais e possuíam um caráter pedagógico para poder existir, o que viesse a se desdobrar a partir daí, deveria ser uma consequência das ações dos próprios beneficiários estimulados pelos momentos vividos em conjunto. Para o DASARA, interessava ter um espaço privilegiado onde se pudesse exercitar o diálogo como instrumento para decidir acerca dos fundos disponíveis para as infra-estruturas. Com esta pretensão, os Círculos foram organizados segundo o disposto em (CISV, 2007a, p. 5 e p.6, tradução nossa, grifos do autor).

Os círculos criados são aqueles de:

Círculo 1 para as comunidades de Vila Inhomirim e Pau Grande, **Círculo 3** para Vala Preta, **Círculo 4** para Rio d'Ouro/Cavaleiros, Cachoeirinha, Santa Rosa e Cachoeira Grande, **Círculo 5** para Conceição do Suruí. Esta última deveria ter o seu círculo mas não houve resposta suficiente por parte dos beneficiários e então foi englobada no círculo 4. Na idéia original, cada círculo deveria ser composto por diversos GP, a estrutura organizativa de base, cada um dos quais relativos a um tema produtivo lançado nos cursos de formação oferecidos pelo projeto (Frangos e galinhas, palmito, manejo ecológico dos solos e de fitoparasitas, apicultura, criação de cabras, pimentas).

Cada um destes círculos tem um animador/moderador (estagiário da Universidade Rural), que além de estimular as discussões nos encontros desenvolve também visitas nos terrenos dos produtores para realizar uma parte do acompanhamento técnico.

Como acenado, os GP foram criados seguindo um curso ofertado pelo projeto, e assim existem atualmente os GP de palmito (10 pessoas), Cabras (10 pessoas), Abelhas (18 pessoas), Galinhas (12 pessoas) e Pimentas (11 pessoas), além de um GP transversal que trata da gestão do ataques fitoparasitários (15 pessoas).

Na formulação inicial esperava-se que cada círculo debatesse a questão da aplicação dos fundos disponíveis no DASARA para implantação do espaço coletivo de comercialização e das pequenas agroindústrias. Depois, na mesma ocasião, esperava-se a subdivisão do 'grande' círculo em grupos menores, reunidos para debater as questões produtivas. No Anexo 'G', encontra-se o planejamento de um dos círculos agroindustriais. Todos deveriam seguir mais ou menos as mesmas diretrizes.

Mas a dinâmica dos encontros remodelou a estrutura. Nem todos os círculos se dedicaram à discussão da implantação das infra-estruturas. A maioria priorizou o aprofundamento das discussões em torno das questões produtivas. A partir daí, os encontros passaram a fazer suas convocatórias em função da produção a ser debatida, assumindo o grupo de produção como espaço de debate. Quando a produção discutida tinha ligação com o debate em torno da implantação das infra-estruturas, então o grupo de dedicava à construção de propostas que seriam debatidas e decididas *a posteriori*, na instância de encontro intercomunitário. No curso do segundo ano, os Círculos realizaram as seguintes atividades:

Círculo 1 [...]: neste círculo foi realizado no curso do segundo ano um curso de "Produção Agroflorestal e de viveiros", feito diretamente pelo Coordenador Técnico do projeto. O objetivo do curso era criar um grupo que pudesse sustentar no futuro os beneficiários do projeto através da produção de sementes em estufa para serem usadas nos terrenos dos beneficiários. Participaram 12 pessoas.

Círculo 3 [...]: [...] O grupo de produção de pimentas desenvolveu o curso sobre produção e venda de pimentas, cujos participantes prepararam uma proposta de uso dos recursos para "Agroindústria". [...] O curso foi concluído na metade de novembro e teve a participação média de 15 pessoas.

Círculo 4 [...]: É o círculo que funciona assim como foi pensado. A discussão sobre "Agroindústria" e "Comercialização" produziu a proposta que foi apresentada no Fórum de Outubro 2006, e que serviu como base para discussão com a comissão criada [...]. No círculo participam em média 20 pessoas.

Círculo 5 [...]: [...] o grupo é formado em modo exclusivo de pessoas interessadas na criação de cabras (GP de cabra). As atividades deste círculo são, portanto, restritas à discussão sobre a construção do regulamento interno do grupo e a construção do capril, através de um micro-crédito do projeto [...]. CISV (2007a, p. 5 e p. 6, tradução nossa, grifos do autor).

A partir daí, a referência se fazia aos grupos de produção e os círculos agroalimentares, pensados com base territorial, deixaram o feito de ter colocado agricultores de comunidades diferentes no âmbito de uma única ‘roda’.

À luz dos fatos, portanto, somente o Círculo 4 funcionou segundo a indicação inicial do projeto, e produziu a proposta “Depósito/Ponto de Venda” que foi apresentada e discutida no Fórum de Outubro 2006. No Fórum foi então nomeada uma comissão de representantes dos beneficiários que está trabalhando ao lado da equipe do projeto para definir os detalhes da proposta de “Depósito/Ponto de Venda”, que serão apresentados num próximo Fórum [...].

Com relação à outra grande atividade desta anualidade (a agroindústria), este processo se desenvolve no interior dos vários GP (Grupos de Produção), que como estrutura é mais adequado para discutir questões mais meramente produtivas. Os GP desenvolvem suas atividades através de encontros com ritmos diversos, com o objetivo de agregar os produtores em torno de um tema produtivo de interesse. (CISV, 2007a, p. 6, tradução nossa).

Os Círculos Agroalimentares exauriram a sua tarefa de colocar em comunicação os produtores das diversas áreas [...]. Subsistem como base de funcionamento nas comunidades de intervenção, os Grupos de Produção, necessários para suprir à débil estrutura associativa existente *in loco*. No momento estão ativos os grupos de produção resultantes dos cursos de formação da anualidade precedente (galinhas, pimentas, produções anuais, abelhas, cabras). (CISV, 2007b, p. 5, tradução nossa).

Outra dinâmica, que derivou do lançamento dos círculos agroalimentares, merece atenção especial: a formação de grupos de produção a partir de propostas vindas dos agricultores. É o caso dos grupos de produção de abelhas (Círculo 4), de cabras (Círculo 5) e de pimentas (Círculo 3). Sendo o de abelhas e o de pimentas, oriundos de agricultores que se auto-organizaram; e o de cabras, oriundo de um curso de ‘manejo ecológico de pragas e doenças’ regido por um técnico também especialista em caprinocultura. Estes grupos, de uma forma ou de outra, conseguiram articular curso de formação, formação de grupo de produção, micro-crédito e debate acerca da implantação das infra-estruturas.

[...] outros cursos foram instituídos, graças à solicitação de alguns grupos de agricultores que expressaram a vontade de aprender e começar a gerar renda através da criação de cabras (curso em Conceição do Suruí), Abelhas (curso em Rio d’Ouro/Cavaleiros). Esta **atitude propositiva** é exatamente aquilo que o projeto esperava conseguir e instilar nas comunidades beneficiárias. O **curso de cabra** tem a participação de 24 alunos de diversas comunidades do Distrito. A duração é prevista de 60 horas [...] e tem um crédito associado para os participantes que queiram colocar em prática os ensinamentos apreendidos nos encontros teóricos. O **curso de apicultura** envolve 18 alunos de diversas comunidades do Distrito. A duração prevista é de 48 horas [...] e tem um crédito associado para os participantes. (CISV, 2006b, p. 3 e p.4, tradução nossa, grifos do autor).

Destacamos que os cursos de Abelhas, Cabras, [...] e Pimentas são fruto de uma solicitação espontânea dos produtores, isto representa um início de comportamento proativo, fato que pode ser considerado como um resultado importantíssimo de qualquer intervenção de cooperação, ainda que não esteja incluso na lista de resultados esperados pelo texto do projeto. [...] o GP de pimentas estruturou a melhor proposta, que levaria à constituição de uma estrutura para a transformação de ervas medicinais, aromáticas e condimentares [...] cuja categoria inclui obviamente também as pimentas [...]. (CISV, 2007a, p. 6, tradução nossa).

Por fim, no segundo ano de projeto, os grupos de produção alcançaram os seguintes números, dispostos em CISV (2007a, p. 6, tradução nossa).

O GP de galinha realizou 3 encontros com a presença média de 12 criadores de todo o distrito. O GP de palmito realizou somente 1 encontro com 8 produtores (4 com crédito para palmito). O GP de gestão dos ataques de fitoparasitas realizou 8 encontros com a presença média de 10 produtores de todo o distrito agrícola. O GP de cabra encontra-se semanalmente e está concluindo a construção do capril (financiado pelo micro-crédito do projeto). Ali já estão 14 cabras. O GP de abelhas [...] encontra-se a cada 15 dias com a presença média de 15 produtores do distrito agrícola. O GP de pimentas encontra-se com ritmo semanal, com a presença de cerca de 10 produtores de Vala Preta.

É notório observar o desaparecimento do Círculo 1, que envolvia as comunidades Vila Inhomirim e Pau Grande com o curso proposto pelo coordenador técnico do projeto sobre o tema produção agroflorestal e de viveiros.

Também destacamos a inexistência do Círculo 2, que deveria ter sido criado na comunidade Cachoeira Grande. Nesta comunidade, a maior do Distrito Agrícola, o projeto sempre teve dificuldades significativas de atuação. Ali se encontra a liderança ligada à associação da comunidade e ao sindicato dos trabalhadores rurais que teve problemas com a ONG brasileira no período pré-financiamento.

3.5.5. Cursos de formação

Como já sinalizado na seção anterior, os principais cursos realizados no segundo ano do DASARA foram aqueles solicitados pelos agricultores. Os cursos de criação de abelhas e de cultivo e comercialização de pimentas seguramente foram elaborados pelos próprios beneficiários. Com destaque para o curso de abelhas que teve dois estágios: um primeiro curso de introdução feito por um técnico mais jovem, e depois, sob solicitação dos agricultores, outro curso mais avançado com um apicultor 'mais experiente'. Quanto ao curso de cabra, por ter sido encaminhado na última aula de um curso de 'manejo ecológico de pragas e doenças' regido por um técnico também especialista em caprinocultura, deve-se verificar o grau de 'tendenciamento' do técnico com relação a esta escolha. Para além destes, o projeto propôs a realização de um curso de gestão da unidade familiar nomeado administração rural. Em CISV (2007a, p. 8, tradução nossa, grifos do autor), encontram-se maiores detalhes acerca de cada um destes cursos:

O **curso de administração rural** teve a participação de 27 alunos de todas as comunidades, em boa parte beneficiários de micro-crédito. O curso, [...], incluiu uma visita numa comunidade limítrofe (Cachoeiras de Macacu) para estimular o confronto e a discussão com alguns agricultores daquela comunidade que se distinguem pela capacidade de gestão e de administração da própria produção. Os temas principais tocados durante as aulas foram aqueles da análise dos custos de produção, análises do faturamento e do fluxo de caixa durante o ano solar, construção de modelos [...] de administração.

O **curso de criação de cabras** teve a participação de 24 alunos de diversas comunidades do Distrito. A duração foi de 60 horas e o grupo recebeu, durante o resíduo da primeira anualidade, um crédito associado para a construção de um capril. A contrapartida se dará em animais comprados pelos produtores.

O **curso avançado de Apicultura** envolve 15 produtores de diversas comunidades do Distrito. O curso tem uma natureza essencialmente prática, com ritmo de encontros quinzenais, dando seqüência ao curso básico terminado durante os resíduos da primeira anualidade. As atividades práticas objeto do curso são essencialmente de gestão das colméias e dos enxames comprados através do micro-crédito emitido no resíduo da primeira anualidade. Este curso deu vida ao GP dos apicultores.

O curso de **produção e comercialização de pimentas** envolveu cerca de 15 produtores da comunidade (Vala Preta), há tempos empenhados na produção de pimentas. O objetivo do curso era duplo: primeiro aquele de fornecer uma perspectiva dos principais parasitas que atacam a planta, como enfrentá-los, e mais em geral como gerir a fase produtiva. Depois fizeram em seguida uma série de encontros sobre o tema da comercialização e transformação do produto primário, que levaram à formulação de uma proposta de investimento dos fundos do projeto para a estrutura de agroindústria. Este curso deu vida ao GP de pimentas, composto por 11 produtores e produtoras.

3.5.6. Acompanhamento técnico

A equipe de acompanhamento técnico era formada pelo coordenador técnico do projeto, um voluntário assíduo, dois voluntários pontuais, e quatro estagiários da Universidade Rural, além do apoio dos jovens do grupo GAD. O âmbito principal de atuação destes sujeitos eram os Grupos de Produção com suas demandas. Porém, depois do fechamento prematuro das atividades do Círculo 1 (Vila Inhomirim e Pau Grande), verificou-se, por um lado, a preferência dispensada ao grupo de produção de cabras, e, por outro lado, a eleição de alguns produtores para receberem visitas mais sistemáticas. Ambas as situações tendenciadas claramente pelo coordenador técnico, como se pode verificar nos memorandos das reuniões da equipe do DASARA.

Por outro lado, uma dedicação significativa foi dispensada à produção de grandes quantidades de ‘papéis’ com registros de dados levantados pela equipe. Isto se tornou a marca característica da atuação do grupo técnico do projeto. Em CISV (2007a, p. 7, tradução nossa) encontra-se:

O acompanhamento técnico, [...], usufruiu de estagiários universitários e de alguns voluntários formados pela mesma universidade, e se desenvolveu através de visitas aos terrenos de 70 produtores, sejam beneficiários do micro-crédito que não, na coleta de dados produtivos e de venda, no acompanhamento dos produtores que receberam o micro-crédito do projeto.

A atividade de acompanhamento técnico gerou dados numéricos que são fundamentais para o monitoramento e a avaliação final do impacto do projeto.

Para além da produção de dados destinados à composição do relatório final do DASARA, esta medida bem teria se tornado mais importante se retroalimentasse os grupos de produção com dados que estimulassem as discussões e provocassem atitudes coletivas de enfrentamento das situações mais críticas. Em torno deste aspecto, e de outros mais, começou a se estabelecer certa tensão entre a coordenação pedagógica e a coordenação técnica do DASARA. Tensão que, mais tarde, comporia uma parte do processo conflituoso que culminou com o encerramento do período de financiamento do projeto, final do 3º ano.

3.6. Terceiro Ano

3.6.1. Bases operacionais

Se para o segundo ano de projeto solicitar uma prorrogação do período projetual, gerando um período residual, foi um artifício a serviço da adequação dos tempos projetuais aos tempos das dinâmicas sociais em curso, o mesmo não se pode dizer do período residual entre o segundo e o terceiro ano.

Dada a sua natureza participativa, o projeto possui tempos de realização das atividades nem sempre coincidentes com os tempos projetuais, e o pagamento atrasado da segunda anualidade tornará necessário concentrar as atividades centrais do projeto (formação, micro-crédito e infra-estruturas) no período dos resíduos empenhados, condição que certamente não ajuda no alcance dos objetivos previstos. (CISV, 2007a, p.11, tradução nossa).

Devido a falta do pagamento por parte da DGCS-MAE dos recursos financeiros necessários para o desenvolvimento das atividades previstas no curso da anualidade [segunda anualidade], neste período [resíduos da segunda anualidade] o projeto realizou as maiores atividades previstas na segunda anualidade (período de utilização dos resíduos empenhados, Novembro 2006 – Maio 2007). **A ONG antecipou quase inteiramente a contribuição MAE da II anualidade.** (CISV, 2007b, pág. 5, tradução nossa, grifo do autor).

Visto que o financiador só pagou o segundo ano no início do terceiro, além da ONG antecipar parte dos fundos para funcionar o segundo ano, também foi obrigada a solicitar uma prorrogação para recuperar os valores que antecipou e para realizar as atividades mais custosas do segundo ano que ainda não tinham sido feitas: as infra-estruturas e a concessão de um segundo ‘giro’ de micro-crédito. Como o período residual é curto, então o projeto teve que ‘correr’ para implantar as infra-estruturas e conceder o micro-crédito entre 01/Dezembro/2006 e 29/Maio/2007. Isto trouxe sérios problemas como se verá mais adiante.

Com relação ao terceiro ano, o mesmo se repetiu: o financiador não pagou os fundos da anualidade nos tempos previstos. Neste caso, não se pediu nenhuma prorrogação, o que geraria um período residual pós-fim de projeto significando dizer que não disporia de fundos para pagar pessoal. Assim, a ONG italiana antecipou todos os fundos necessários para a finalização do período de financiamento do DASARA. O financiador pagou parte da terceira anualidade, um ano depois do encerramento do projeto (com data oficial de 30/Nov/2007), até o momento da escrita deste trabalho ainda deve repassar uma quantia significativa à ONG de origem italiana.

Devido a falta do pagamento por parte da DGCS-MAE dos recursos financeiros necessários para o desenvolvimento das atividades previstas no curso da anualidade, **neste período o projeto realizou as maiores atividades previstas na segunda anualidade** (período de utilização dos **resíduos empenhados**, Novembro 2006 – Maio 2007 – ver relatório relativo já entregue) **e depois realizou as ações da terceira anualidade nos últimos 6/8 meses de projeto antecipando completamente a contribuição MAE da III anualidade.** (CISV, 2008a, p. 6, tradução nossa, grifos do autor).

As relações com a ONG brasileira, permeadas por tensões latentes, estavam aparentemente estabilizadas. Falava-se, diplomaticamente, em como seguir com o percurso iniciado no Distrito Agrícola de Magé e ensaiavam-se as bases para a construção de um novo projeto no território. Porém, as relações eram frias e distantes. O ‘animador comunitário’

(então vice-presidente na organização parceira) comparecia ao terreno, pelo menos duas vezes por semana, sempre integrado à equipe de técnicos do projeto, cada vez mais afastada da coordenação geral. A coordenação pedagógica, por outro lado, se afastava estrategicamente das ações pontuais e se dedicava à construção de novos projetos para assegurar a continuidade do processo iniciado com o DASARA, além de outras temáticas ligadas à presença da ONG de origem italiana no Brasil.

A dinâmica das relações entre agricultores e técnicos no âmbito dos ‘grupos de produção’ e dos ‘encontros intercomunitários’ eram a força motriz das ações no último ano do DASARA.

3.6.2. Cursos de formação

A realização de cursos de formação no último ano de projeto, aos moldes da proposta do primeiro ano, teve dois objetivos centrais: exaurir os fundos disponíveis para este tipo de atividade e tentar ‘oxigenar’ as relações entre técnicos e agricultores através da chegada de novas pessoas com novas demandas. A esta altura, o grupo técnico possuía já consolidado o grupo dos agricultores eleitos como preferidos para receber acompanhamento e serviços mais sistemáticos. Agricultores ‘não eleitos’ lamentavam-se à coordenação geral do projeto, denunciando o esvaziamento seletivo de alguns pontos do território de intervenção.

A realização deste conjunto de cursos foi a última ação operacional organizada sob os cuidados da coordenação pedagógica do projeto, que passou a dedicar-se exclusivamente da construção da continuidade da presença da ONG de origem italiana no território de Magé e no Brasil, e a assessorar o cooperante italiano na estratégia geral de encerramento do DASARA.

O processo de decisão dos temas de curso envolveu consultas diretas aos grupos de produção nas ocasiões dos seus encontros.

Durante o período dos resíduos empenhados foi estruturado o programa de cursos, preparado o orçamento necessário, organizada a seleção dos professores com o auxílio da Universidade Rural, além de identificar os locais adequados para o desenvolvimento dos encontros. Foi procedida a divulgação através de vários canais, faixas de anúncio, folders, anúncios nas emissoras de rádio locais. Este último instrumento deu bons resultados quantitativos considerando que pode ser grátis, mas atraiu um certo número de pessoas que não estão completamente alinhados com o perfil do pequeno produtor. Foram abertos pontos de inscrição no distrito e via telefone, e sobretudo este último instrumento deu um bom resultado.

Os cursos começaram depois da metade de fevereiro 2007 com um encontro introdutório sobre o projeto realizado pelo coordenador pedagógico. Os temas dos cursos realizados no período dos resíduos foram: Ervas medicinais, aromáticas e condimentares (MAC) – 2 classes com 44 alunos no total; Cabras – 1 classe com 16 alunos; Frutíferas – 1 classe com 12 alunos; Peixes – 1 classe com 29 alunos; Comercialização 1 classe com 10 alunos; Abelhas – 1 classe com 26 alunos.

O curso de Abelhas teve duração de 48 horas, o de comercialização de 24 horas, o de peixes 36 horas, os outros tiveram duração de 30 horas.

Todos os cursos do projeto são reconhecidos, graças ao acordo com a Universidade Rural, como cursos de formação de nível básico, com diploma concedido pela Universidade Rural. (CISV, 2007b, p. 8, tradução nossa).

Além dos cursos organizados pela coordenação pedagógica do DASARA, no terceiro ano realizou-se também um curso regido pelo SEBRAE, daqueles que fazem parte do seu programa de ‘pacotes’. A coordenação pedagógica do projeto não se preocupou com o apelo político-ideológico que estes cursos trazem, confiando-se na potencialidade do trabalho realizado junto aos agricultores até então. Esperava-se dos círculos (então grupos de

produção) uma postura minimamente crítica capaz de superar os tendenciamentos a que seriam expostos.

Durante a terceira anualidade foram realizados cursos em colaboração com o SEBRAE, no âmbito do cooperativismo (Juntos somos fortes, agronegócio), que teve a participação total de cerca de 77 produtores em três turmas com duração total de 54 horas. (CISV, 2008a, p. 9, tradução nossa).

Além do curso com o SEBRAE, a coordenação técnica organizou o único curso sob sua responsabilidade direta. Este curso era vinculado diretamente ao processo de discussão acerca da agroindústria, construção e aparelhamento do espaço, formação das pessoas, e funcionamento ordinário.

Além disto, foi realizado o curso de formação para o uso e gestão da agroindústria de Vala Preta, seja para a produção dos produtos a base de pimenta (10 participantes, 18 horas totais), seja para a produção de derivados de frutas (10 participantes, 18 horas totais), que foi realizado em colaboração com o departamento de Economia Doméstica da Universidade Rural do Rio de Janeiro. (CISV, 2008a, p. 9, tradução nossa).

O curso teve uma aproximação marcadamente tecnicista e dedicou-se à ‘transferência’ das receitas precisas de determinados produtos ao grupo de agricultores. Parte dos ‘instrutores’ deste ‘treinamento’ (em número total de 3, apoiados pelo coordenador técnico e seu ‘fiel’ voluntário²⁹) não acreditava na capacidade de aprendizagem das pessoas envolvidas no grupo. Declarou-se surpresa pelo ‘como’ aquelas pessoas conseguiram acompanhar tudo... É importante registrar que o outros dois voluntários se afastaram do processo.

Até o momento em que se escreve este trabalho, não foram entregues os certificados e as apostilas dos concludentes do curso oferecido.

3.6.3. Micro-crédito

Em CISV (2007b, p. 8, tradução nossa), encontra-se o valor que o fundo de micro-crédito havia recebido até o início do terceiro ano, a título de pagamento dos empréstimos concedidos:

O valor restituído até o momento é de R\$ 10.370, que representa 18,61% do total concedido.

No início do terceiro ano, coincidente ao período residual do segundo ano, o coordenador de micro-crédito tentou melhorar o processo de concessão dos empréstimos se valendo de alguns artifícios que validasse a viabilidade técnica das propostas a serem apresentadas pelos agricultores.

No curso dos resíduos foi também reformulado o conjunto de módulos relativo à atividade de micro-crédito, como o formulário de proposta, a ficha de inscrição e o acordo de empréstimo.

A atividade de micro-crédito foi organizada na seguinte forma:

²⁹ Assim identificado pelo próprio coordenador técnico.

Em colaboração com a área de formação foram realizadas duas visitas em todos os cursos para informar sobre a atividade de micro-crédito e a sua ligação com os outros elementos do projeto, além de informar sobre os procedimentos e os termos gerais do financiamento. **No curso destes encontros introdutórios foram também registrados em módulos próprios os dados dos principais interessados na atividade de crédito.**

Cada professor preparou um documento guia da proposta de micro-crédito, que foi usado como **modelo de referência na avaliação das propostas dos produtores.** Além disso, a cada professor foi solicitada a indicação de **3 critérios para poder avaliar se na área dos produtores existiam as condições mínimas de factibilidade da atividade ligada ao seu curso.**

Cada produtor participante dos cursos de formação que exprimiu o interesse em requerer um empréstimo **foi em seguida visitado no seu terreno para avaliar a existência das condições técnicas mínimas e para poder avaliar a veracidade dos dados pessoais fornecidos no ato da inscrição.**

Foi então organizado e realizado **um encontro de formação sobre como preencher o formulário da proposta de micro-crédito** no qual participaram 38 pessoas dos vários cursos, na ocasião também foram entregues todos os formulários definitivos necessários para a preparação da proposta. (CISV, 2007b, p. 9, tradução nossa, grifos nossos).

O processo de micro-crédito que na versão anterior pouco trabalhou a base solidária deste tipo de experiência absorvia em definitivo a tendência tecnicista da concessão de empréstimos para a produção. Neste sentido, a última concessão de créditos do DASARA consolidou os números dispostos em CISV (2007b, p. 9, tradução nossa):

O volume de créditos emitidos durante o período dos resíduos soma o valor de R\$ 62.600, divididos entre 24 créditos individuais e 4 de grupo. Nos detalhes: R\$ 4.000 para créditos na categoria Fruta; R\$ 12.000 para créditos na categoria MAC (Ervas Medicinais, Aromáticas e Condimentares); R\$ 5.200 para créditos na categoria Abelhas; R\$ 14.000 para créditos na categoria Peixe; R\$ 4.000 para créditos na categoria Frango; R\$ 10.000 para créditos na categoria Palmito, dos quais um de grupo (R\$ 8.000); R\$ 4.000 para créditos na categoria Pimenta, de grupo; R\$ 1.000 para créditos na categoria Produções anuais.

Os ‘filtros’ exclusivamente técnicos priorizados na segunda versão da concessão de empréstimos do fundo de micro-crédito do DASARA impediram que todo o recurso disponível fosse exaurido.

O volume de créditos concedidos foi inferior ao previsto, de cerca de 10.000 Euros: a razão principal desta concessão menor é **devida por uma parte à menor quantidade de projetos elaborados por parte da equipe junto com os agricultores e de outra parte à algumas exclusões de projetos devidas à não sustentabilidade das atividades previstas.** (CISV, 2007b, p. 9, tradução nossa, grifo nosso).

Um subterfúgio serviu de justificativa perfeita para um percurso em que o financiador atrasava os pagamentos dos fundos concedidos e a ONG tinha que antecipar os valores necessários, para não paralisar as atividades e comprometer o processo em curso:

Este fato levará a ONG a reconsiderar o montante previsto para o micro-crédito na terceira anualidade, insistindo majoritariamente sobre a qualidade do monitoramento das atividades iniciadas e dos reembolsos dos créditos concedidos, com a finalidade

de que novos créditos sejam concedidos a partir do fundo e para que se sustente a qualidade das intervenções. (CISV, 2007b, p. 9, tradução nossa).

Este foi o último movimento do programa de micro-crédito do DASARA, que no encerramento do período de financiamento tornou-se objeto de disputa política no âmbito do conflito estabelecido entre as organizações parceiras. Existe até hoje, e neste momento, com assessoria da ONG de origem italiana, possui gestão popular e prepara a retomada das ações de crédito.

No tempo presente, constata-se a partir dos documentos atuais do fundo de micro-crédito, que os empréstimos que vem sendo restituídos correspondem majoritariamente ao primeiro ciclo de empréstimos, concedidos no período residual do primeiro ano.

3.6.4. Acompanhamento técnico

No terceiro ano a equipe técnica, então composta pelo coordenador técnico, o 'fiel' voluntário e quatro estagiários da universidade, dedicou-se à implantação das atividades de agroindústria, central de vendas, microcrédito e levantamento de dados.

No período residual, a equipe desenvolveu as seguintes atividades (CISV, 2007b, p. 6 e p. 7, tradução nossa, grifo nosso):

No âmbito da atividade de agroindústria o grupo de acompanhamento técnico organizou e realizou as atividades para chegar à definição de qual agroindústria era preferida pelos produtores: 1 encontro de início para introduzir o tema e explicar o processo de decisão, depois 1 encontro por cada grupo de produção que foram estimulados pelo projeto e que tinham participado do Fórum de Dezembro. Em cada um destes encontros foram convidados os representantes dos grupos que tinham apresentado as duas propostas majoritárias no fórum de dezembro, para poder explicar melhor a natureza de cada uma das propostas e dar maiores informações ao grupo antes da votação.

Foram realizados um total de 6 encontros com a participação de cerca de 50 produtores. O processo decisório se baseava sobre alguns critérios de avaliação indicados pela equipe do projeto e selecionados pelo grupo de produtores durante o fórum de dezembro [...]

Além disso, o coordenador técnico realizou 8 encontros na Universidade Rural para definir uma planta da agroindústria, identificar os maquinários adequados para o volume esperado de produção de pimenta e outros vegetais, estabelecer o orçamento seja da construção seja dos equipamentos.

No âmbito do microcrédito o coordenador técnico se encontrou com os vários professores de curso para definir 3 critérios técnicos de avaliação para verificar a existência de determinadas condições mínimas nas áreas dos vários produtores para poder realizar atividades financiadas com o microcrédito.

A atividade de acompanhamento técnico gerou dados numéricos que são fundamentais para o monitoramento e a avaliação final do impacto do projeto.

No terceiro ano de projeto, em parte coincidente com o período residual do segundo ano, o acompanhamento técnico obviamente seguiu com as mesmas ações, operando na base histórica construída até então pelos esforços do DASARA, como visto em CISV (2008a, p. 7, tradução nossa):

Os grupos de produção estimulados pelo projeto, através da dinâmica dos círculos agroindustriais, foram divididos entre a preparação das propostas produtivas (infra-

estruturas) e as atividades de acompanhamento técnico, dando prioridade, ao realizar os encontros, aos produtores que receberam o micro-crédito.

Reforçava ainda mais a preferência por alguns produtores em detrimento de outros. Porém, nos encontros de grupo de produção as relações envolviam um número maior de pessoas. Abaixo o demonstrativo dos encontros dos grupos de produção realizados.

Tabela 10: Encontros dos grupos de produção no 3º ano do DASARA (Fonte: CISV, 2008a, p. 8)

Grupo de Produção	Numero de encontros	Número médio de pessoas
Palmito	9	7
Cabras	7	10
Peixes	12	15
Mac/Frutas	11	15
Abelhas	9	15
TOTAL	48	62

3.6.5. Infra-estruturas

Os grupos de produção seguiram com o processo de construção de propostas e depois, em encontros intercomunitários, procederam a apresentação e a análise das diversas propostas construídas. A partir dos encontros intercomunitários, duas comissões de trabalho foram criadas para seguir com o detalhamento das propostas preferidas, uma dedicou-se ao processo do espaço de comercialização e a outra se dedicou à questão da agroindústria.

Depois da realização do Fórum de lançamento da atividade agroindústria realizado em Outubro 2006, foram criados dois processos decisórios paralelos, um para decidir que tipo de agroindústria montar e outro para decidir que tipo de depósito/ponto de venda construir. (CISV, 2007b, p.10, tradução nossa).

A condução dos dois processos foi dividida politicamente entre os atores do DASARA, no âmbito dos conflitos ideológicos estabelecidos. Enquanto o processo acerca do espaço de comercialização ficou aos cuidados da coordenação geral do projeto, o processo da agroindústria foi conduzido pela equipe técnica.

→ A infra-estrutura de comercialização

Os debates acerca da infra-estrutura de comercialização envolveram os grupos de produção, num primeiro momento, que apresentaram e discutiram as diversas propostas em encontro intercomunitário. A partir daí, a interlocução foi estabelecida entre o ‘grupo de comercialização’³⁰ e a plenária dos encontros intercomunitários.

Quanto à discussão, CISV (2007b, p. 10, tradução nossa) esclarece os procedimentos:

No fórum de Dezembro 2006 foram apresentadas as propostas formuladas nas semanas precedentes pelo Grupo de Comercialização em relação ao Depósito/ponto

³⁰ Grupo composto por agricultores participantes de vários grupos de produção e oriundos de várias comunidades, assessorado pela coordenação geral do DASARA, com tarefa exclusiva de sistematizar informações e formatar os encaminhamentos derivados dos encontros intercomunitários.

de venda. O grupo discutiu e depois a equipe do projeto sistematizou as informações recolhidas e lhes apresentaram no fórum. As três propostas discutidas e definidas nos encontros deste grupo foram 3: Galpão, Barracas ou Central (pequeno depósito para centralizar as vendas no atacado). Este grupo encontrou-se também com o SEBRAE com a mediação do projeto, para abrir a possibilidade de uma colaboração através de formações ou consultores que pudessem apoiá-los.

No Fórum a maioria por aclamação escolheu a Central. A Central de Vendas seria um pequeno depósito com um escritório anexo e uma garagem para um pequeno meio de transporte que deve servir de trâmite entre o produtor e os compradores no atacado (Camelô). Os produtos deveriam ser transportados até a central de vendas para serem vendidos aos Camelôs por um preço melhor em troca de um acesso ao produto às vezes claramente melhor daquele que o camelô encontra quando compram os produtos no distrito agrícola.

No Anexo 'H' estão disponíveis os documentos que guiaram as atividades do grupo de comercialização acerca do processo de investigação, discussão e decisão da aplicação dos fundos do DASARA relativos à implantação do espaço coletivo de comercialização.

Algumas diretrizes acerca da central de vendas também foram delineadas pelo encontro intercomunitário (CISV, 2007b, p. 10, tradução nossa).

Esta central deverá em seguida ativar-se para procurar novos compradores e ao mesmo tempo ampliar os contatos com o grupo de produtores para garantir a ligação entre uma demanda crescente (espera-se) e uma produção para planejar. Em síntese, uma cooperativa em potencial.

A partir das decisões tomadas no encontro intercomunitário, o grupo de comercialização seguiu com seus trabalhos de planejamento e articulação a fim de formatar a proposta de central de vendas. Dada a impossibilidade do DASARA financiar a compra de um terreno, o grupo de comercialização preocupou-se também com este aspecto e com a formalização legal da estrutura. Com relação a este último aspecto, identificou e manteve relações com uma cooperativa popular fundada há alguns anos no Distrito Agrícola, por um grupo de lideranças que havia se distanciado dos dirigentes (à época) das associações e do sindicato dos trabalhadores rurais.

Depois de algumas modificações para trocar alguns membros pouco participativos, o mesmo grupo foi indicado para dar forma concreta à idéia da Central. Nos 7 encontros que aconteceram foram formuladas várias hipóteses, apresentadas várias propostas de áreas, terrenos, estruturas como sede da Central. Foram iniciados contatos e realizados inúmeros encontros com uma cooperativa local já existente chamada COOPAGÉ. (CISV, 2007b, p. 10, tradução nossa).

Os contatos com a cooperativa popular local, COOPAGÉ³¹, intensificaram-se e negociações foram realizadas estabelecendo propostas concretas que apontavam também na direção da autonomia dos grupos envolvidos no período pós-financiamento. Em CISV (2007b, p. 10, tradução nossa) encontram-se detalhes:

A Coopagé colocou a disposição do projeto a sua estrutura para poder ser concluída e poder em conseqüência funcionar como depósito/ponto de venda para os sócios atuais e futuros da cooperativa. Os beneficiários do projeto MAE 7737/Cisv/Bra serão aceitos como sócios da Cooperativa sem ter que pagar a quota de adesão porque esta se dará por inclusa no investimento que o projeto está fazendo na estrutura. Esta, situada em posição estratégica (na entrada do distrito Agrícola, ao

³¹ Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais dos Agricultores Familiares do Município de Magé/RJ.

lado da estrada principal) permitirá ter um único centro de venda para um número considerável de pequenos produtores da área.

Com o acordo junto a COOPAGÉ de concluir a sua sede a ponto de fazer funcionar a central de vendas, em troca da inclusão de um determinado número de beneficiários do DASARA nos quadros sociais da cooperativa, sem a necessidade de pagamento de quota-parte, o projeto aplicou os fundos disponíveis para o espaço coletivo de comercialização.

Para a realização desta atividade foram aplicados R\$ 24.980 assim subdivididos: R\$ 23.190 para a reestruturação do imóvel; R\$ 1.790 para aquisição de computador e impressora para a administração do depósito. (CISV, 2007b, p. 11, tradução nossa).

→ A infra-estrutura de agroindústria

O debate em torno desta atividade se deu nos âmbitos dos grupos de produção e dos encontros intercomunitários, mediado pela intervenção da equipe técnica do DASARA. Não foi estimulada a formação de um grupo popular que gerisse diretamente a sistematização das informações e o planejamento da estrutura.

No período precedente ao fórum de Dezembro, os participantes estavam divididos em 4 grupos de produção: Galinhas, Pimentas, Palmito e PragasDoenças e Solos (Parasitas e solo, ligado com produções clássicas da região). Cada um destes grupos discutiu nas semanas precedentes ao fórum de Dezembro 2006, e depois apresentou uma proposta (ou uma indicação) de agroindústria, especificando que tipo de transformação de produtos agrícolas deveria ser realizado na estrutura.

No Fórum de dezembro foram apresentadas as propostas que os Grupos de Produção haviam elaborado nos encontros do trimestre precedente. As propostas foram sucessivamente discutidas e depois votadas, por aclamação. A partir daí resultaram duas propostas majoritárias, uma do chamado “Grupo dos Pimenteiros” (Pimentas e vegetais, 11 membros todos da comunidade de Vala Preta) e a outra do “Grupo das Galinhas” (Ração para animais, 9 produtores de várias comunidades). Decidiu-se então organizar um novo giro de consenso entre os grupos de produção, realizado entre os meses de Janeiro e Fevereiro 2007. (CISV, 2007b, p.11, tradução nossa).

Os ‘giros’ nos grupos de produção foram realizados pela equipe técnica sempre acompanhada por um representante de cada grupo proponente. A estratégia era a de fazer os representantes defenderem a proposta do seu grupo diante do grupo de produção visitado em busca de apoio no momento da decisão. Parâmetros técnicos foram criados pela equipe para ‘ponderar’ as duas propostas entre si.

Foram criados critérios de avaliação (facilidade de obtenção de matéria prima, facilidade de venda dos produtos, tempo potencial de uso, número de pessoas que podem ser envolvido com a estrutura) de como ponderar as duas propostas, e sobre a base destes critérios foram animadas e moderadas as discussões nos grupos de produção (detalhes no acompanhamento técnico).

Em cada encontro do grupo de produção, os representantes dos dois grupos (pimentas e galinhas) puderam defender cada um a própria proposta. No final dos encontros as várias votações levaram à uma forte preferência para a agroindústria de Pimentas e vegetais. O local de realização desta agroindústria é a sede da associação dos pequenos produtores de Vala Preta, por causa da proveniência de todos os membros do grupo de produção que apresentou a proposta preferida. Foi realizado um acordo de comodato com duração de 15 anos, no qual a assembléia da

associação cede o uso de uma parte da sede para a instalação da agroindústria. (CISV, 2007b, p. 11, tradução nossa).

Assim, com um acordo de comodato estabelecido entre a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vala Preta e Adjacências e o grupo ‘informal’ de pimentas³², ‘tutelado’ juridicamente pela ONG brasileira, o projeto destinou os valores previstos para a agroindústria.

Para a realização desta atividade foram aplicados R\$ 41.654 assim divididos: R\$ 27.744 para a reestruturação do imóvel; R\$ 12.523 para aquisição de maquinários para a agroindústria; R\$ 1.387 para aquisição de utensílios para agroindústria. (CISV, 2007b, p. 11, tradução nossa).

→ As infra-estruturas definitivas

Porém, desdobramentos sucessivos provocaram mudanças nas decisões antes estabelecidas acerca da aplicação dos fundos disponíveis para o espaço de comercialização e para a agroindústria. Sempre no âmbito dos encontros dos grupos de produção e dos encontros intercomunitários, resolveu-se incorporar duas outras estruturas e envolver ainda mais a COOPAGÉ no processo.

Era sabido que algum dinheiro sobraria das construções da ‘central de vendas’ e da ‘agroindústria de pimentas e vegetais’. O que se pensava era aplicar esta sobra na fabriqueta de ração, proposta apresentada pelo grupo de produção de galinhas.

No entanto, um sério problema aconteceu: o construtor contratado para concluir e reformar os prédios da Coopagé e da associação de Vala Preta, ‘sumiu’ sem concluir as obras e levando consigo parte do dinheiro que já havia recebido. Devido ao prazo limite do período residual, o projeto obrigou-se a pagar antecipadamente parte significativa do valor das obras, do contrário perderia os fundos correspondentes. Ou se pagava antecipado ou se perderia o dinheiro, dado que o ritmo da obra não permitia sua conclusão antes do fim do período residual.

Era possível finalizar a ‘central de vendas’ e a ‘agroindústria’ mas o dinheiro restante não era suficiente para a fabriqueta de ração, alguma coisa sobrava, mas não muito. Desta feita, os grupos foram convidados ao encontro intercomunitário de agosto 2007 para discutir e decidir soluções factíveis para contornar este problema.

No âmbito da atividade de agroindústria a equipe de acompanhamento técnico organizou e realizou as atividades para chegar à definição de qual agroindústria era preferida pelos produtores.

Em um encontro intercomunitário realizado em agosto 2007, os produtores dos vários grupos de produção reuniram-se para discutir as várias propostas definidas durante os encontros realizados nos meses precedentes e a escolha recaiu sobre **sala de mel** e sobre o **viveiro** para a produção de plantas. (CISV, 2008a, p. 9, tradução nossa, grifos do autor).

Assim, por um lado, decidiu-se adequar a construção na sede da Coopagé, que deveria vir a funcionar como central de vendas, para acoplar uma pequena sala de processamento de mel. E, por outro lado, decidiu-se aplicar o dinheiro restante na recuperação de uma estufa da associação de Vala Preta.

³² Que depois seria afastado dando lugar ao grupo da agroindústria formado a partir do ‘treinamento’ de processamento de pimentas e frutas.

Detalhes destas duas novas estruturas, sala de mel e viveiro, encontram-se em CISV (2008a, p. 9 e p.10, tradução nossa, grifos do autor):

Sala de mel: trata-se de uma pequena estrutura de transformação do mel, incorporada à sede da Coopagé (comunidade Cachoeira Grande), que também foi completada para tornar-se o depósito/ponto de venda, construção do segundo ano de projeto. A sala de mel foi separada com parede de tijolos do resto da estrutura, construída segundo as indicações das leis brasileiras (cerâmica a 180 cm, tinta lavável no resto da parede e no teto, portas metálicas, separação da área de tratamento e de decantação), e foi dotada de maquinários para o recolhimento e decantação do mel. O grupo de mel, resultado de dois cursos realizados em dois períodos diversos, reduziu-se nos últimos tempos do projeto, e no final contava com 5/6 membros assíduos, mas de qualquer maneira com um número maior de produtores de mel no distrito agrícola. A gestão será confiada inicialmente a este grupo restrito de produtores, que o usarão para transformar o próprio mel e vendê-lo localmente, até que a estrutura não tenha a certificação nacional (chamada SIF), que permite a venda do mel também através de supermercados ou outros revendedores.

Viveiro: foi recuperado o viveiro na comunidade de Vala Preta, abandonado há tempos até então. A obra consistiu na limpeza dos locais e na recuperação da estrutura, com a aquisição de telas para a cobertura, madeira para refazer partes de estrutura e um recinto externo, alguns materiais de construção para fazer um pequeno depósito externo para as ferramentas, tubulação e uma pequena bomba para o sistema de irrigação interno, abertura de um poço artesiano para a água. A mão-de-obra foi fornecida pelos próprios produtores e a gestão desta estrutura foi inicialmente confiada ao grupo que nela trabalhou, que é o mesmo que propôs a idéia da recuperação do viveiro. Trata-se da união de dois grupos de produção do projeto, resultado de dois cursos de formação realizados em precedência (frutas e ervas medicinais). O objetivo do grupo é produzir mudas de ervas e vegetais (tipo berinjela, abóbora, palmito no futuro) para serem vendidas aos produtores da região, que normalmente as compram nos mercados gerais ou de outros produtores externos ao distrito agrícola.

Por fim, o DASARA encerrou suas atividades deixando sobre o terreno: a sede da Coopagé, a sala de mel, a agroindústria, o viveiro de mudas da Vala Preta, um sistema de micro-crédito e um número significativo de pessoas articuladas em torno de temas comuns. A conclusão das obras se deu meses depois do encerramento formal do projeto, com fundos da ONG de origem italiana geridos pela ONG brasileira, que assumiu a finalização das construções. Esta foi a última relação formal entre as duas organizações.

3.7. Últimos Elementos

3.7.1. O caso do capril de Conceição do Suruí

Como já registrado anteriormente neste trabalho, depois do desaparecimento do Círculo 1 (Vila Inhomirim) estimulado pela idéia de produção agro-florestal e de mudas em viveiros, implantada pelo coordenador técnico, este passou a dedicar, no segundo ano, todos os seus esforços no acompanhamento do grupo de cabras.

Para relembrar, este grupo se constituiu após a realização de um curso de criação de cabras. Este curso originou-se através da solicitação de um grupo de agricultores da comunidade Conceição do Suruí, depois da última aula de um curso de ‘manejo ecológico de pragas e doenças’ que havia sido regido por um técnico também especialista em caprinocultura.

O curso foi realizado tendo um empréstimo pré-reservado no programa de micro-crédito do projeto, concedido imediatamente depois do encerramento das aulas. O especialista em caprinocultura continuou assessorando, voluntariamente, o coordenador técnico do DASARA para efeitos de acompanhamento técnico.

No entanto, nos documentos oficiais do projeto apresentados ao financiador, registra-se referência a esta experiência apenas uma única vez.

Menção a parte merece o crédito concedido na categoria Cabra, que além de estar ligado ao curso de formação relativo tem também uma função de reforço contínuo de um grupo e de formação continuada. O grupo que usufruirá do crédito, de fato, nasceu no interior de um curso de formação (solicitado pelos próprios agricultores) e beneficiará não apenas os 3 produtores que nominalmente são os devedores diante do projeto do valor obtido, mas também os outros participantes do curso, que contribuirão com mão-de-obra na construção e manutenção da criação de cabras. (CISV, 2006b, p. 2, tradução nossa).

Depois deste registro não se encontra nada mais a respeito do específico deste grupo. Encontra-se apenas algumas referências à sua participação nos debates acerca das infra-estruturas. No entanto, nos memorandos de reuniões da equipe do projeto, constituída pelo coordenador pedagógico, coordenador de crédito e coordenador técnico, encontram-se elementos que podem responder quanto ao desdobramento desta experiência.

Os agricultores envolvidos no curso de ‘manejo ecológico de pragas e doenças’ tinham sim interesse em fazer um curso de ‘criação de cabras’, mas talvez não tivessem interesse suficiente para contrair um empréstimo a fim de iniciar uma produção coletiva. Foram bastante incentivados e estimulados pelo especialista em caprinocultura, que lhes assegurou a viabilidade e a disponibilidade de acompanhá-los voluntariamente. E de fato o fez...

Então fizeram o curso, pegaram o empréstimo e o grupo atuou inicialmente em duas frentes: uma assessorada pela coordenação geral do projeto com a construção do regulamento de funcionamento do grupo; e outra acompanhada pelo coordenador técnico e pelo especialista em caprinocultura com a implantação do capril e planejamento da compra dos primeiros animais.

Em certo momento, a discussão em torno do regulamento de funcionamento foi suspensa sob o argumento de que consumia muito tempo e fazia atrasar a construção do capril. E então o processo se resumiu a uma única frente, a da implantação do capril. Existiam planejamentos técnicos detalhados que mostravam os índices produtivos esperados e exibiam as plantas da estrutura depois de pronta.

Mas antes que a estrutura do capril ficasse pronta, o grupo resolveu comprar o primeiro lote de fêmeas matrizes num fornecedor de animais de Teresópolis. Esta aquisição foi muito influenciada pelo especialista em caprino com a frase, que se tornou clássica no projeto: “*fêmea matriz de descarte do capril [...] para vocês é filet mignon! Compre!*”. E o pessoal comprou com parte do dinheiro do empréstimo e parte do seu próprio dinheiro.

Numa dada reunião da equipe do projeto, o coordenador técnico anunciou: “*o dinheiro do capril acabou e ainda estamos na metade da obra...*”. Ao verificar os planos e o que estava erguido sobre o solo, a coordenação geral do projeto constatou que o construído era quase duas vezes maior do que o planejado. O grupo pediu mais um empréstimo para concluir a construção. Enquanto isso, os animais já comprados estavam instalados numa estrutura provisória construída às pressas para recebê-los.

Depois de poucas semanas da chegada dos animais, estes começaram a morrer... uma cabra depois da outra... O grupo reduziu o número inicial de cerca de 10 pessoas e se conformou na participação de 4 sujeitos: o dono da propriedade onde estava sendo construída a estrutura, sua cunhada, um agricultor que lhe prestava serviços, e uma agricultora interessada na criação de cabras. Em conversas com pessoas que haviam deixado o grupo de

cabras, a coordenação do projeto soube que muitas decisões portadas adiante haviam sido reprovadas por parte do grupo. Relataram que *“os agentes do projeto ouviam a todos, davam a palavra a todos, mas que, no caso do capril, as decisões eram finalizadas pelo [...] [especialista em caprinocultura]”*. Interpelado quanto a isto, pela coordenação pedagógica do projeto, o coordenador técnico respondeu convicto: *“é uma questão de ser profissional... você acha que diante da orientação de um mestre em produção animal e da opinião de um ou outro agricultor eu não vou ouvir o profissional? É claro que vou seguir ao profissional...”*.

Passado cerca de três anos, o capril nunca foi concluído, o grupo se desmanchou por definitivo, as cabras sobreviventes ao primeiro surto de morte findaram por morrer também, e a comissão popular de gestão do fundo de micro-crédito remanescente do DASARA estuda a possibilidade de anistiar este empréstimo.

3.7.2. O encerramento do período de financiamento

O encerramento oficial do financiamento do DASARA se deu no 30 de novembro de 2007. O processo de encerramento teve como ‘marco comum’ a missão de avaliação de uma membro da ONG de origem italiana, cientista política dedicada a projetos na África com ampla experiência em projetos de cooperação internacional, que não teve nenhum envolvimento direto com o processo realizado no Brasil.

Esta missão estava referenciada nos documentos oficiais do projeto: versão aprovada pelo financiador, documentos de sistematização da estratégia metodológica da intervenção e relatórios oficiais apresentados ao financiador (GUIDA, 2008). Foi desenvolvida no período de duas semanas com atividades que percorreram todos os níveis da estrutura projetual: das relações com o parceiro local (ONG brasileira), das relações com os beneficiários (agricultores do Distrito Agrícola), das relações com a coordenação geral (cooperante italiano e representante da ONG italiana no Brasil), e das relações com a equipe técnica do projeto (coordenador técnico e o voluntário). Importante destacar que a base operacional da missão foi estabelecida na sede da ONG ‘irmã’³³ da ONG brasileira parceira do projeto (ambas constituídas pelo mesmo grupo de pessoas, ‘uma em duas’...).

Esta missão foi palco da emersão de todas as tensões latentes que se desdobraram em conflitos políticos intensos envolvendo os representantes da organização italiana, os dirigentes da organização brasileira, os técnicos contratados pelo projeto (o remunerado e o voluntário) e o grupo de produção da Vala Preta (a esta altura resultante da fusão do grupo de pimentas, com o grupo do viveiro e com o grupo da agroindústria, que na verdade eram compostos pelas mesmas pessoas).

De um lado da arena: a ONG brasileira associada aos técnicos contratados pelo projeto e ao grupo de produção da Vala Preta; do outro lado, a coordenação geral do projeto e o grupo de agricultores que se associava à Coopagé. Acusações, disputas, rupturas...

Cerca de dois meses depois, em janeiro de 2008, o contexto se estabilizou da seguinte forma: 1) a ONG de origem italiana reprovou a continuidade da contratação dos dois técnicos contratados pelo DASARA (medida assumida imediatamente antes do fim do período de financiamento); 2) a ONG brasileira assumiu os dois técnicos, continuando a contratação de um deles por mais um período de cerca de 6 meses; 3) a ONG brasileira rompeu com toda e qualquer possibilidade horizontal de continuidade da parceria com a ONG de origem italiana; 4) a ONG de origem italiana seguiu com o processo assumindo a Coopagé como parceira

³³ Assim identificada pelos seus próprios dirigentes.

local no âmbito de um novo projeto de financiamento³⁴ que funcionará até o fim de 2010; 5) a ONG brasileira permaneceu por mais cerca de 6 meses apoiando o grupo da Vala Preta através dos serviços de um dos dois técnicos, e depois abandonou o território do Distrito Agrícola.

³⁴ Projeto Os Círculos Agroculturais: uma plataforma de comunicação e educação popular para os agricultores rurais do Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé – Baixada Fluminense – Rio de Janeiro – Brasil. Financiado pela Conferência Episcopal Italiana (CEI). Projeto CEI 898/2007/CISV/COOPAGÉ (CISV, 2007c).

4. UMA ANÁLISE DOS CÍRCULOS AGROCULTURAIS

“É o povo na arte, é arte no povo. E não o povo na arte, de quem faz arte com o povo. Por detrás de algo que se esconde há sempre uma grande mina de conhecimentos e sentimentos.” (CHICO SCIENCE)

Os ‘círculos agroalimentares’ são a síntese da proposta metodológica experimentada pelo Projeto DASARA. Os âmbitos do programa de cursos de formação, dos grupos de produção e dos encontros intercomunitários se constituíram em ‘espaços’ de exercício da participação popular mediada por uma educação comunicativa. Uma educação que ao invés de fazer comunicados, comunica e se comunica.

Conhecer, na dimensão humana, [...], qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe.

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. (FREIRE, 2001, p.27)

[...] somente na comunicação tem sentido a vida humana. [...] o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto. Daí que não deva ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, [...], de uma realidade. (FREIRE, 1987a, p. 64).

A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 2001, p. 67).

O diferencial da experiência dos círculos agroalimentares se acentua no deslocamento do eixo principal da ação, que no texto projetual estava ligado a fatores mais propriamente técnicos (aumento e organização da produção, melhoria da comercialização, aumento da renda), e que, depois do diagnóstico, com a redefinição estratégica das ações projetuais, se ligou a fatores mais propriamente pedagógicos (processo de educação para a participação, processo de organização para tomadas de decisão coletiva).

No texto projetual o que se pretendia era a assunção das associações populares locais como interlocutores privilegiados para a realização das ações do projeto. Desta forma, as associações, com o apoio dos agentes, se encarregariam de levar a cabo a implementação das intervenções técnicas previstas junto aos seus associados. No entanto, ao verificar a reprovação dos agricultores com relação aos dirigentes das organizações e, além disto, a perspectiva ‘negativista’ dos agricultores quanto às formas de organização coletiva, a coordenação do projeto reformulou a estratégia geral das ações. A partir daí, todo o conjunto de atividades técnicas previstas deveriam ser colocadas a serviço de um processo de ensino-

aprendizagem para a participação. Assim, o eixo principal das ações do DASARA foi deslocado para a ação pedagógica fundamentada numa perspectiva transformadora.

Mas, não é que este deslocamento do técnico para o pedagógico, a título de eixo principal da ação, implicou na supressão do primeiro. É que a dimensão técnica foi encarada como o elemento mediador que deu *sentido* à ação pedagógica. Os círculos agroindustriais provocaram espaços e reuniram agricultores para tratar do enfrentamento da sua realidade concreta, para tratar dos temas de seu interesse, a fim de enfrentar os problemas ligados à produção e à organização coletiva. A realidade concreta, os temas de interesse e os problemas correlatos, foram os objetos cognoscíveis que mediaram a intercomunicação estabelecida entre agentes e agricultores e entre agricultores e agricultores.

[...] o homem, como um ser de relações, desafiado pela natureza, a transforma com seu trabalho; [...] o resultado desta transformação, que se separa do homem, constitui seu mundo. O mundo da cultura que se prolonga no mundo da história.

A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico.

Daí que a função gnosiológica não possa ficar reduzida à simples relação do sujeito cognoscente com o objeto cognoscível. Sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível desapareceria o ato cognoscitivo.

A relação gnosiológica, [...], não encontra seu termo no objeto conhecido. Pela intersubjetividade, se estabelece a comunicação entre sujeitos a propósito do objeto.

Não há, [...], pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado.

Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, [...].

O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação. (FREIRE, 2001, p. 65 e p. 66).

Desta feita, todas as atividades de cunho técnico (micro-crédito, dragagem, central de vendas, agroindústria, estufa de produção de mudas e sala de processamento de mel), componentes significativas da estrutura econômica e financeira do projeto, se constituíram em ‘mediadores’ que deram ânimo aos processos pedagógicos comunicativos no âmbito dos cursos, dos grupos de produção e dos encontros intercomunitários. A partir daí, ao se tratar da organização e da realização destas atividades, se estabeleceu o processo de aprendizagem para a participação dialógica. Processo em que todos educaram e se educaram.

Corpo consciente (consciência intencionada ao mundo, à realidade), o homem atua, pensa e fala sobre esta realidade, que é a mediação entre ele e outros homens, que também atuam, pensam e falam.

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário.

Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação.

Daí que, como conteúdo da comunicação, não possa ser *comunicado* de um sujeito a outro.

Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante.

Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar *se comunicam* seu conteúdo.

O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. (FREIRE, 2001, p. 66 e p.67, grifos do autor).

Para Freire (2008) a vocação ontológica do homem é a de Ser Mais, ser sujeito cada vez mais livre, cada vez mais crítico, e cada vez mais criador e re-criador da sua própria realidade concreta em comunhão com os outros. Neste sentido, colocamos ao lado deste princípio a convicção de que ‘participar’ é uma necessidade humana fundamental como conclui Diaz Bordenave (2002, p. 76 e p. 77, grifos do autor):

O ser humano possui certas necessidades *óbvias*, como o alimento, o sono e a saúde. Mas também possui necessidades *não-óbvias*, como o pensamento reflexivo, a autoavaliação, a auto-expressão e a participação, que compreende as anteriores. Privar os homens de satisfazerem estas necessidades equivale a mutilar o desenvolvimento harmônico de sua personalidade integral.

Sendo uma necessidade e um direito, a participação não consiste apenas numa opção metodológica para cumprir mais eficientemente certos objetivos; ela deve ser promovida ainda quando dela resulte a rejeição de objetivos estabelecidos pelo promotor ou uma perda da eficiência operativa.

De qualquer maneira, a reorientação da estratégia geral do DASARA, à luz dos resultados do diagnóstico, indica claramente a necessidade óbvia de que o projeto, de *per se*, deveria se configurar como um processo único de aprendizagem para a participação popular.

Em grupos sociais não acostumados à participação, pode ser necessário induzi-los à mesma. É claro que, ao fazê-lo, pode haver ocasionalmente intenções manipulatórias, mas também pode haver um honesto desejo de ajudar a iniciar um processo que vai continuar de maneira cada vez mais autônoma. (DIAZ BORDENAVE, 2002, p. 78).

Para além da perspectiva educacional pautada numa pedagogia libertadora, tratou-se também de um processo de indução à participação, cuja intencionalidade, pelo menos no campo da concepção, teve o caráter de deflagrar um processo que deveria seguir adiante conduzido pelo próprio ‘povo’ tomando contornos cada vez mais autônomos.

Como os demais processos sócio-humanos, a participação é suscetível de crescimento do tipo biológico. Ela pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão. A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar conseqüências; a entender novos significados de palavras; a distinguir *efeitos* de *causas*, *observações* de *inferências* e *fatos* de *juízos*. A qualidade da participação aumenta também quando as pessoas aprendem a manejar conflitos; clarificar sentimentos e comportamentos; tolerar divergências; respeitar opiniões; adiar gratificações. A qualidade é incrementada quando as pessoas aprendem a organizar e coordenar encontros, assembléias e reuniões; a formar comissões de trabalho; pesquisar problemas; elaborar relatórios; usar meios e técnicas de comunicação.

Evidentemente, o tipo de educação que pode fomentar estes tipos de aprendizagem não pode ser a educação tradicional, quer consista na transmissão pura e simples de conteúdos, quer na moldagem do comportamento humano em função de objetivos preestabelecidos. A participação não é um *conteúdo* que se possa transmitir, mas uma mentalidade e um comportamento com ela coerente. Também não é uma *destreza* que se possa adquirir pelo mero treinamento. A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que *só se aprende a participar, participando*. (DIAZ BORDENAVE, 2002, p. 72 a p. 74, grifos do autor).

Porém, não se pode assegurar que em todos os procedimentos em nível de campo o caráter emancipatório se manteve. De fato, em alguns casos, como o do capril de Conceição do Suruí, a indução à participação revelou um caráter marcadamente manipulatório. Pode-se dizer que o mesmo aconteceu quanto à implantação da agroindústria e do viveiro de produção de mudas. A experiência do capril fracassou antes do fim do período de financiamento do DASARA, e a do viveiro de mudas fracassou tempos depois quando os técnicos, então vinculados à ONG brasileira, deixaram o território. A experiência da agroindústria, por sua vez, foi tomada por um grupo de mulheres ‘doceiras’ que fazem a sua gestão em bases populares. Neste momento, se aproximam da COOPAGÉ com quem estabelece relações de diálogo e de ações comuns.

Quando se promove a participação deve-se aceitar o fato de que ela transformará as pessoas, antes passivas e conformistas, em pessoas ativas e críticas. Além disso, deve-se antecipar que ela ocasionará uma descentralização e distribuição do poder, antes concentrado numa autoridade ou num grupo pequeno. **Se não se está disposto a dividir o poder, é melhor não iniciar o movimento de participação.** (DIAZ BORDENAVE, 2002, p. 77, grifo nosso).

De qualquer maneira, não obstante estes casos pontuais, porém significativos, o conjunto do processo de aprendizagem conduzido pela interação entre o DASARA e os agricultores, representou avanços bastante significativos que reafirmam o caráter emancipatório dos círculos agroculturais.

Em entrevistas de agricultores, destacamos as seguintes falas significativas:

“A coisa mais importante que o projeto trouxe para nós foi o conhecimento, foi a nossa união...” (agricultora do grupo das doceiras, Vala Preta)

“As pessoas aqui viviam praticamente uma isolada da outra, aí tendo a união das duas, o pessoal vai estar mais junto, vão se encontrar mais, conversar mais com respeito aos problemas.” (agricultor participante do micro-crédito, Vala Preta)

“É um projeto bom que está trazendo para nós uma mobilidade dos agricultores, porque tá fazendo uma coisa que antes nós não fazíamos que é esta união que a gente está tendo. As reuniões que a gente andou fazendo, o trabalho de curso...” (agricultor do grupo de comercialização, Cachoeira Grande)

“Porque quando você tá num grupo com oito, dez, vinte, você tem aquela conversa ali, você tem aquela troca de informações.” (agricultor do grupo de abelhas, Cachoeira Grande)

“A gente está com a idéia de mobilizar a cooperativa.” (agricultor do grupo de palmito, Cachoeirinha)

“A cooperativa que é um ponto forte e a união dos dasarianos³⁵ porque vai juntar o pessoal que não participava que não tinha interesse até mesmo pela cooperativa.” (agricultor participante do micro-crédito, Vala Preta)

“Através deste trabalho, dos cursos, dos movimentos, a gente vai estar se agrupando a eles porque a cooperativa já existe só que existe também com pouca força e esse grupo vai chegar para dar a força que ela precisa para poder dar seqüência no trabalho que vai favorecer tanto ao pessoal da cooperativa quanto ao pessoal dos cursos, do DASARA que está aí no trabalho.” (Agricultura do grupo das doceiras, Vala Preta)

“Eu fui no sindicato.... Cheguei lá, ó (presidente): não é porque (o projeto) coisou a gente... eu falei: olha, (o projeto) não ignorou nem a Emater nem vocês, vou

³⁵ Termo utilizado pelos agricultores ao final do período de financiamento, para designar àqueles que haviam participado do DASARA.

explicar o quê que aconteceu, agora eu vou falar por mim, (fulano), que eu assumo, você pode chegar em cima de outro agricultor e ele não quer assumir, mas não foi só eu não. (o projeto) chegou pra nós agricultor, e falou assim ó: quem manda são vocês. A gente quer saber o que é que vocês quer. Vocês quer união com... [...]... vocês quer união com alguma cooperativa, com a Emater, com o Sindicato? A gente botou: não! Nós que tiramos vocês! Eu fui o primeiro a votar: não quero conversa com o Sindicato, não quero conversa com Emater, não quero conversa com cooperativa nenhuma! (Aí ele ficou olhando pra minha cara assim). Aí, eles muito sábio, (os coordenadores), começaram a trabalhar a gente. Trabalhar. Trabalhar. No final, mostrou pra gente: que o Sindicato é importante (presidente), por isso que tô aqui hoje; mostrou pra gente que a Emater é importante; mostrou pra gente que a união com a cooperativa, com a Coopagé, é importante, por isso que nós tamo se unindo. Agora, se vocês fizeram nós agricultores ficarem assim a culpa não é (do projeto), a culpa foi de vocês! Não é?! ó, mas agora, vamos botar uma pedra sobre o assunto, ta tudo em ordem. Vou vir aqui me sindicalizar, tenho que trazer o garoto que trabalha comigo [...] já mudei... [...] e vamo tocar a bola pra frente. Mas, se hoje em dia eu vejo você como um parceiro, não foi (o projeto) que te excluiu não, foi eles que fizeram eu ver você como meu parceiro, porque eu não via vocês como meu parceiro não.” (Agricultor do grupo de abelhas, Parque dos Artistas)

Nestas falas podemos observar a re-descoberta dos agricultores com relação à necessidade e a validade de ‘estar juntos’ num exercício dialógico de reflexão e de ação cada vez mais crítica sobre a realidade. Pelo menos, três níveis de desdobramentos das ações dos círculos agroalimentares, podem ser ali identificados: 1) a questão da percepção da realidade e do conhecimento construídos a partir da intercomunicação de agricultores com agricultores e de agricultores com agentes; 2) o engajamento na cooperativa como alternativa para seguir autonomamente com os exercícios de decisão coletiva estimulados pelas ações projetuais; e, 3) a revisão dos modos de pensar, de se posicionar e de agir retomando o engajamento em grupos organizativos antes tidos como absolutamente proibitivos.

Na verdade, não há *eu* que se constitua sem um *não-eu*. Por sua vez, o *não-eu* constituinte do *eu* se constitui na constituição do *eu constituído*. Desta forma, o mundo constituinte da consciência se torna mundo da consciência, um percebido objetivo seu, ao qual *se intenciona*.

Na medida em que os homens, simultaneamente refletindo sobre si e sobre o mundo, vão aumentando o campo de sua percepção, vão também dirigindo sua “mirada” a “percebidos” que, até então, [...], não se destacavam, “ não estavam postos por si”.

Desta forma, nas suas “visões de fundo”, vão destacando percebidos e voltando suas reflexões sobre eles.

O que antes já existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas e, às vezes, nem sequer era percebido, se “destaca” e assume o caráter de problemas, portanto, de desafio.

A partir deste momento, o “percebido destacado” já é objeto da “admiração” dos homens, e, como tal, de sua ação e de seu conhecimento. (FREIRE, 1987a, p. 71, grifos do autor)

Existem muitas maneiras de participar, em Diaz Bordenave (2002, p. 27 a p. 29, grifos do autor) encontramos algumas definições que interessam a este estudo:

[...] *participação imposta*, nos quais o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar certas atividades consideradas indispensáveis.

[...] *participação voluntária*, o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem sua própria organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho.

[...] *participação provocada* por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos ou os manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos. (Neste último caso pode-se falar de *participação dirigida ou manipulada*).

[...] *participação concedida*, onde a mesma viria a ser a parte de poder ou de influência exercida pelos subordinados e considerada como legítima por eles mesmos e seus superiores.

Se aplicarmos aquele crivo à experiência dos círculos agroindustriais, podemos dizer que se tratou de uma *participação provocada*, vigilante às possibilidades de o processo se tornar em uma *participação manipulada*. Destacando que tal vigilância não foi capaz de evitar desvios dos propósitos iniciais, como se verifica nos casos do capril, da agroindústria e da estufa de produção de mudas. Em nenhum aspecto, se configurou como uma *participação imposta*, na medida em que todos os agricultores eram livres para se envolverem em quantas atividades quisessem e naquelas que lhes conviessem.

De maneira geral, pode-se dizer que o espaço de decisão participativa dos círculos agroindustriais, no âmbito do DASARA, trata-se de uma *participação concedida*, na medida em que nem todos os aspectos do projeto estavam abertos à decisão coletiva mantendo-se restritos à coordenação geral. A rigor, estes aspectos estavam ligados à logística e ao funcionamento operacional do projeto. Porém, em se tratando de um projeto de cooperação realizado pela sociedade civil e não pelo poder público, isto não desqualifica o processo de emancipação estimulado pelas ações projetuais, de acordo com Diaz Bordenave (2002, p. 29 e p. 30, grifos do autor):

[...] a participação, mesmo concedida, encerra em si mesma um potencial de crescimento da consciência crítica, da capacidade de tomar decisões e de adquirir poder.

Na medida em que se aproveitem as oportunidades de participação concedida para tal crescimento, e não para o aumento da dependência, [...] constitui um avanço e não um retrocesso.

Em síntese, podemos afirmar que nos círculos agroindustriais do projeto DASARA aconteceu uma *participação provocada* e, ao mesmo tempo, *concedida* criticamente, pensada e construída sob a perspectiva da emancipação de grupos populares, com o afã de que o processo estimulado, uma vez nas mãos do ‘povo simples’, se transformasse em um movimento crescente de *participação voluntária* e de *participação decisória*.

A nosso ver, o maior risco, próprio deste tipo de experiência, é que o processo se distorça e assuma o caráter de *participação manipulada*. No caso aqui estudado, numa aproximação mais global, podemos concluir que se trabalhou bem com este risco. Ou seja, por um lado conseguiu-se assegurar que o processo global conduzisse a uma real emancipação dos grupos populares envolvidos; mas, por outro lado, não é possível omitir que em casos importantes não se conseguiu evitar e conter os excessos de técnicos que, no âmago das suas convicções, não acreditam que o povo simples pode tomar em suas mãos a criação e re-criação da sua própria realidade e, ainda, que temem a perda do seu status, de portador do conhecimento científico tido como o verdadeiro saber. Como nos demonstra Freire (1987b, p. 39):

[...], se a opção do trabalhador social é reacionária, sua ação e os métodos adotados se orientarão no sentido de frear as transformações. Em lugar de desenvolver um trabalho através do qual a realidade se vá desvelando a ele e aos com quem trabalha, em um esforço crítico comum, se preocupará, pelo contrário, em mitificar a realidade. Em lugar de ter nesta uma situação problemática que o desafia e aos

homens com quem deveria estar em comunicação, sua tendência é inclinar-se a soluções de caráter assistencialista. [...].

O trabalhador social que faz esta opção pode, e quase sempre tenta, disfarçá-la, aparentando sua adesão à mudança, ficando, porém, nas meias mudanças, que são uma forma de não mudar.

Um dos sinais da opção reacionária do trabalhador social são suas inquietações em face das conseqüências da mudança, seu receio ao novo, seu medo, às vezes impossível de ser escondido, de perder seu “status social”. Daí que, em seus métodos de ação, não haja lugar para a comunicação, para a reflexão crítica, para a criatividade, para a colaboração, mas para a manipulação ostensiva ou não.

Não obstante as distorções ocorridas, muitos dos agentes envolvidos no processo dos círculos agro culturais, na qualidade de regentes de curso, apreenderam a proposta adotada. Quando perguntados quais as palavras-chaves que selecionariam para caracterizar o método pedagógico adotado pelo projeto, dez deles responderam (de um total de 17):

“Aprendizagem construída, Auto-estima, Valorização dos alunos-agricultores.”

“Tecnologias, Técnicas, Sinceridade, Eficiência, Prestativo, Voluntariado.”

“Participação, Liberdade, Raciocínio livre.”

“Diálogo, Liberdade, Carinho, Responsabilidade.”

“Liberdade, Mudança de mentalidade, Participação, Construção.”

“Construir, Respeitar, Harmonizar”

“Diálogo, Valorização do saber.”

“Inovador, Efetivo, Humano, Comprometido.”

“Participação, Igualdade, Troca, Libertação.”

“Diálogo, Construção, Mudança.”

Chamamos atenção para as ocorrências das palavras: participação, liberdade/libertação, diálogo, construção/construir, humano, responsabilidade e mudança. Todas estas palavras são conceitos com os quais lidamos no campo da educação libertadora. Observam-se também ocorrências de palavras que, vindas de técnicos, dizem respeito à base instrumental da participação, tais como: eficiência, prestativo, efetivo e inovador.

A seguir apresentamos o relato mais interessante feito por um dos regentes, o mesmo que indicou as palavras-chaves *“Participação, Igualdade, Troca, Libertação”*, se referindo ao momento mais dialógico – dialético na prática do seu curso:

“Pode se dizer que esse momento ocorreu no quarto encontro, numa aula prática na propriedade de um dos participantes do curso, na Cachoeira Grande. Na aula anterior discutimos a respeito de produção de mudas, e dentro deste tema falamos sobre Pré-Germinação de sementes. Conversamos sobre finalidade, vantagens, cuidados que devem ser tomados nessa etapa, e discutimos também sobre como montar um Germinador. Combinamos que iríamos montar um na aula prática da semana seguinte, para colocarmos toda a teoria aprendida em prática. Quando chegamos à propriedade, sugeri que eles fizessem daquela propriedade a propriedade deles, e pedi que, com base no conhecimento deles e na discussão ocorrida no encontro anterior, cada um escolhesse o melhor lugar para a instalação do germinador. Passados alguns minutos, teve início uma “chuva de propostas”, onde cada um colocou sua opinião e a defendeu perante os colegas, até que todos chegaram a um acordo de onde deveria ser construído o Germinador. O mais interessante foi que ninguém ficou contrariado com a decisão final, pois dentro da escolha de cada um, tinha um fator relevante que, no momento da escolha

do local definitivo para a instalação, foi levado em conta, sendo que o melhor local foi aquele que mesclou as várias justificativas de cada um, inclusive a minha.”

Neste relato verificamos a existência da construção dialógica envolvendo agente e agricultores, em que o ‘objeto cognoscível’ representa para o educador não uma propriedade sua, mas sim a incidência da sua reflexão e dos agricultores, como demonstra Freire (1987a, p. 69 e p.70, grifos do autor):

Deste modo, o educador problematizador re-faz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscitividade dos educandos. Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também.

Na medida em que o educador apresenta aos educandos, como objeto de sua “admiração”, o conteúdo, qualquer que seja ele, do estudo a ser feito, “re-ad-mira” a “ad-miração” que antes fez, na “ad-miração” que fazem os educandos.

Pelo fato mesmo de esta prática educativa constituir-se em uma situação gnosiológica, o papel do educador problematizador é proporcionar, com os educandos, as condições em que se dê a superação do conhecimento no nível da *doxa* pelo verdadeiro conhecimento, o que se dá no nível do *logos*.

Entendemos que a participação possui duas bases fundamentais uma instrumental e uma afetiva/cognitiva. Instrumental na medida em que é ‘utilizada’ como ferramenta para se alcançar determinados resultados pré-estabelecidos e afetiva/cognitiva porque, sendo uma ação propriamente humana, envolve sentimentos e conhecimentos que determinam atitudes e procedimentos. É a subjetividade atuando nos processos de objetivação da realidade. Quanto às bases instrumental e afetiva da participação conclui Diaz Bordenave (2002, p. 16, grifos do autor):

Conclui-se que a participação tem duas bases complementares: uma base *afetiva* – participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros – e uma base *instrumental* – participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos.

Por envolver a dimensão afetiva humana, os processos participativos não são apenas ‘espaços’ do consenso e da harmonização. São também os ‘espaços’ do conflito, da disputa e da ruptura.

É um erro esperar que a participação traga necessariamente a paz e a ausência de conflitos. O que ela traz é uma maneira mais evoluída e civilizada de resolvê-los. A participação tem inimigos externos e internos: em nossa sociedade classista e hierárquica nem sempre se aceita o debate com “inferiores” na escala social ou de autoridade. Dentro do próprio grupo haverá pessoas que, mesmo admitindo que todos são iguais, consideram-se “mais iguais” que os demais. (DIAZ BORDENAVE, 2002, p. 79 e 80).

Em última análise, considerando as bases instrumental e afetiva/cognitiva da participação, ensaiamos a seguir um diagrama que representa uma leitura de como os círculos agroalimentares enfrentaram o problema da participação popular nos projetos de desenvolvimento comunitário sustentável, evidenciando os mecanismos acionados.

Tudo o que está acima da linha tracejada vertical (em cor marrom) pertence à dimensão *instrumental* da participação e tudo o que está abaixo da linha pertence à dimensão cognitiva e afetiva da participação.

A leitura inicia ao centro do diagrama, no balão registrado como DRD (diagnóstico rural dialógico), que, num primeiro movimento (indicado com a linha verde) mobilizou *olhares, apresentações e convites*, mas, também *estranhamentos e reconhecimentos*. Daí, com a interferência subjetiva advinda da interação entre agentes e agricultores (indicada com a linha azul), determinaram-se os parâmetros da realização dos cursos do programa de formação que desdobraram as atividades técnicas de análise de solos, dragagem e micro-crédito. A partir dos cursos, espaço de *saberes, conhecimentos e reconhecimentos*, mas, também de *desacordos e consensos*, constituíram-se os grupos de produção que tinham como elementos de ‘mediação’ o acompanhamento técnico e o processo de construção de propostas para o espaço de comercialização e de agroindústria. Como espaços de *reflexão, planejamento e ação*, mas, também de *conflitos e conciliações*, os grupos de produção influenciaram diretamente as discussões e decisões no âmbito dos encontros intercomunitários. Estes, que tiveram o papel concreto de transmitir informações e de decidir acerca da comercialização e agroindústrias, além de outros temas específicos como o micro-crédito, foram os momentos de intensificação da comunicação estabelecida nos âmbitos anteriores, e se configuraram como ‘espaço’ de *discussão* e de *decisão*, mas também de *disputas e negociações*. A partir dos encontros intercomunitários lançou-se as bases para a organização formal, ‘espaço’ de *organização e ação*, mas, também de *rupturas e enlaces*, que deveria sistematizar as atividades concretas de central de vendas, agroindústrias, micro-crédito e dos grupos de produção informais. Desta forma surgiu a COOPAGÉ como estrutura a ser assumida pelos agricultores que vivenciaram os círculos agroindustriais. Não foi planejada a assunção da COOPAGÉ. Esta foi identificada a partir da dinâmica estabelecida no contexto dos círculos agroindustriais e seus âmbitos de cursos, grupos de produção e encontros intercomunitários.

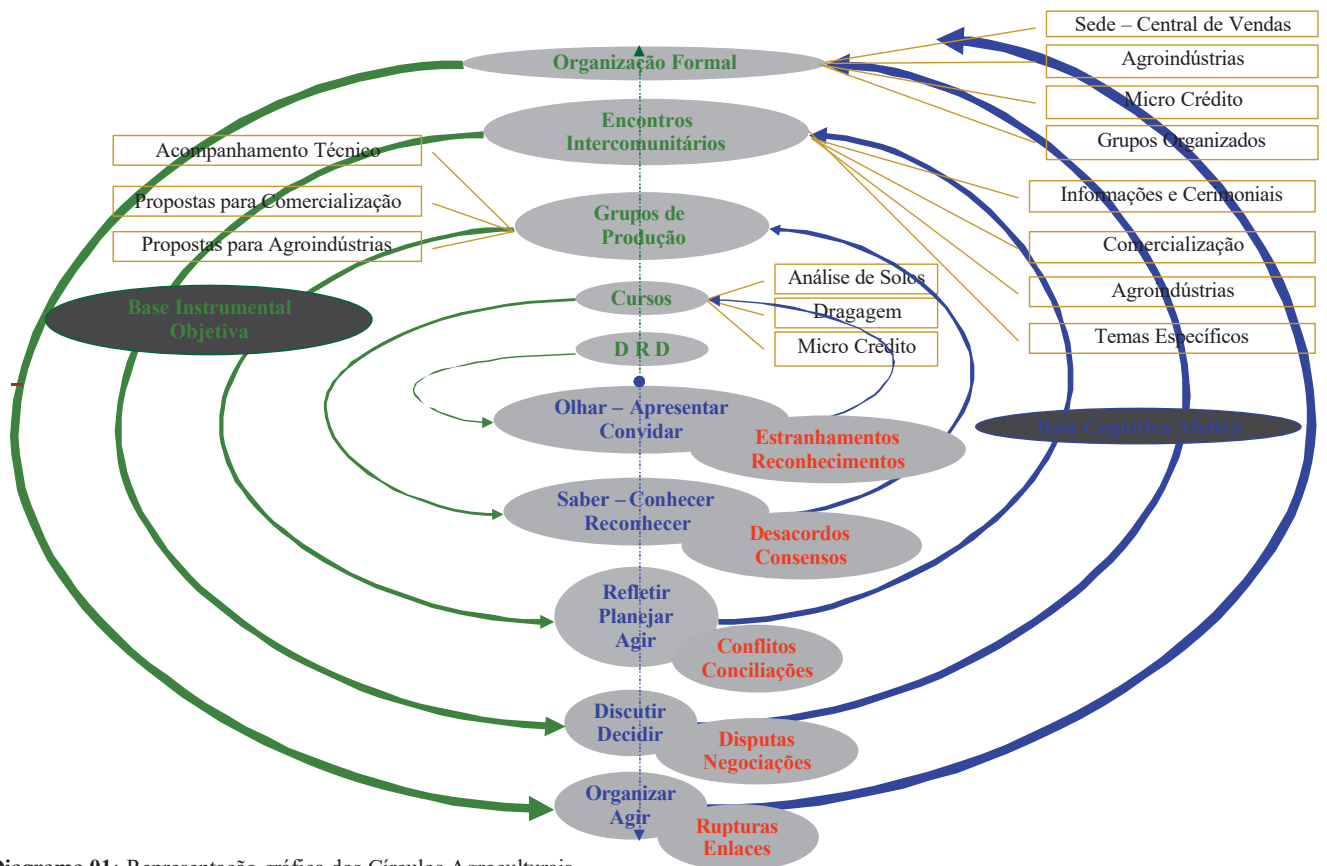


Diagrama 01: Representação gráfica dos Círculos Agrocurturais

5. CONCLUSÕES

“Um passo a frente e você já não está mais no mesmo lugar.” (CHICO SCIENCE)

Para concluir este trabalho, trataremos de duas dimensões implicadas a partir da realização da experiência dos círculos agroalimentares no Distrito Agrícola Rio do Ouro de Magé/RJ. A primeira diz respeito às suas contribuições no âmbito dos projetos de desenvolvimento comunitário sustentável, feitos através da cooperação internacional. E, a segunda dimensão, diz respeito às implicações mais amplas no contexto do território da intervenção uma vez que o processo implantado tratou da microparticipação de grupos populares, tendo os processos de microparticipação um papel de extrema relevância nos processos de macroparticipação.

O exercício dos círculos agroalimentares e a sua análise nesta dissertação, no âmbito dos projetos realizados pela ONG de origem italiana³⁶, contribuíram largamente com uma ampla reflexão metodológica fomentada pelo setor de programas da organização, que envolve, além do Brasil, mais três países na América Latina e outros sete países na África.

Neste contexto, onde os fatos se dão, nos encontramos envolvidos pelo real, “molhados” dele, mas não necessariamente percebendo a razão de ser dos mesmos fatos, de forma crítica. No “contexto teórico”, “tomando distância” do concreto, buscamos a razão de ser dos fatos. Em outras palavras, procuramos superar a mera opinião que deles temos e que a tomada de consciência dos mesmos nos proporciona, por um conhecimento cabal, cada vez mais científico em torno deles. No “contexto concreto” somos sujeitos e objetos em relação dialética com o objeto; no “contexto teórico” assumimos o papel de sujeitos cognoscentes da relação sujeito-objeto que se dá no “contexto concreto” para, voltando a este, melhor atuar como sujeitos em relação ao objeto. (FREIRE, 1987b, p. 135).

A experiência dos círculos confirmou a hipótese em análise na organização de origem italiana: os parceiros prioritários para a realização de projetos devem ser as próprias organizações populares, já existentes ou estimuladas através das ações da ONG. A partir daí passaram a ser denominados *partners obbiettivo*³⁷, a organização que, ao mesmo tempo, é parceiro promotor da ação e o próprio beneficiário desta (CISV, 2008b).

Além da caracterização do tipo de parceiro prioritário, assumiu-se também o fato de que a ONG italiana, *a priori*, não realiza projetos; a organização se coloca ao lado de grupos populares para, dialogicamente, co-participar nos processos de emancipação levados adiante pelo ‘povo simples’. A ONG de origem italiana, assim, co-participa em *caminhadas comuns*, *percursos comuns*, ao lado de organizações populares, procurando financiamentos para um número indefinido de projetos que sustentem as bases materiais necessárias aos processos de emancipação dos grupos com quem se envolve.

Aqui, concluímos que exercícios de educação para a participação, quando realizados com a intencionalidade verdadeira de favorecer a emancipação de grupos populares, são capazes de provocar em organizações sérias outros processos de revisão, teorização e reformulação de estratégias gerais e metodológicas, além de provocar a redefinição do perfil de parceiro prioritário. Por outro lado, tais exercícios também são capazes de revelar a intencionalidade de organizações ‘não tão sérias assim’ que se colocam diante dos grupos populares com interesses escusos e duvidosos.

³⁶ CISV – Comunità Impegno Servizio Volontariato (Comunidade Empenho Serviço Voluntariado).

³⁷ Tradução livre: Parceiros objetivo.

A outra dimensão implicada a partir das conseqüências advindas da realização dos círculos agroalimentares, diz respeito aos fenômenos de microparticipação e de macroparticipação. Diaz Bordenave (2002, p. 24 e p. 25, grifos do autor) assim entende:

[...] a microparticipação *é a associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade comum na qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos.*

A macroparticipação, isto é, a participação macrosocial, compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade, quer dizer, na história da sociedade.

Evidenciando a necessidade da aprendizagem da participação, seja em nível micro ou macro, nos fala Freire (2008, p. 92, grifos do autor):

Cada vez mais [...] estamos convencidos [...] de que, [...], teria o homem brasileiro de ganhar a sua responsabilidade social e *política, existindo* essa responsabilidade. Participando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola do seu filho. Nos destinos do seu sindicato. De sua empresa, através de agremiações, de clubes, de conselhos. Ganhando ingerência na vida do seu bairro, de sua Igreja. Na vida de sua comunidade rural, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedades beneficentes.

[...] aprender democracia, com a própria existência desta.

[...], se há saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático.

Para Diaz Bordenave (2002, p. 57, grifo nosso) a microparticipação é a base indispensável para que o ‘povo simples’ se eduque para a macroparticipação:

Uma grave deficiência da democracia liberal é pretender que os cidadãos exerçam a macroparticipação sem que necessariamente passem pela aprendizagem da microparticipação.

Na nova democracia, que se pretende participativa, é fundamental a microparticipação, aquela que se dá nas comunidades, sindicatos, associações de bairro, grêmios estudantis, sociedades profissionais, grupos de igreja, clubes esportivos, escolas de samba e muitas outras expressões associativas. **É aí onde a práxis participativa e a educação para a participação se desenvolvem e se ampliam.**

Nesse sentido, os círculos agroalimentares do projeto DASARA se inseriram na dimensão da educação para a participação no nível da microparticipação. Um processo sofisticado e complexo de ‘re-animação’ de agricultores do Distrito Agrícola Rio do Ouro do município de Magé/RJ, para que estes resgatassem as estruturas associativas populares presentes no território.

Toda vez que o povo participa do planejamento e execução de uma atividade ou processo, ele se sente proprietário do mesmo e co-responsável de seu sucesso ou fracasso. Um projeto participativo não se acaba quando se retiram as forças externas de assistência, pois as pessoas o consideram “seu”. (DIAZ BORDENAVE, 2002, p. 77 e 78).

Os círculos agroalimentares através dos seus âmbitos de cursos, grupos de produção e encontros intercomunitários, todos informais, foram capazes de provocar o resgate de uma cooperativa popular a quem faltava uma base sólida e crítica. A partir do engajamento dos agricultores vindos do DASARA no quadro social da COOPAGÉ, as pessoas vêm participando nos últimos anos em processos de macroparticipação que antes não estavam envolvidos.

Ninguém nasce sabendo participar, mas, como se trata de uma necessidade natural, a habilidade de participar cresce rapidamente quando existem oportunidades de praticá-la. Com a prática e a autocrítica, a participação vai se aperfeiçoando, passando de uma etapa inicial mais diretiva a uma etapa superior de maior flexibilidade e autocontrole até culminar na autogestão. (DIAZ BORDENAVE, 2002, p. 78)

A COOPAGÉ, que atualmente renovou seu quadro social e possui um corpo diretor composto totalmente por agricultores que participaram dos círculos agroalimentares do DASARA, está envolvida em vários âmbitos de macroparticipação: 1) negocia diretamente com a Secretaria de Agricultura do Município de Magé; 2) possui voz e voto no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) do município de Magé; 3) participa ativamente na Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro (AARJ), envolvida em comissões especiais tais como: o grupo de trabalho de acesso a mercados, e a comissão organizadora do Encontro Estadual de Agroecologia que acontecerá no início do segundo semestre deste 2010.

É válido recordar que os 50 agricultores que hoje estão na COOPAGÉ e que vivenciaram os círculos agroalimentares, tendo seis deles na condição de diretor, são pessoas que há cerca de cinco anos atrás não acreditavam na via da organização popular como instrumento legítimo de gestão e de tomadas de decisão acerca da coisa coletiva. Mas, depois, a partir da aprendizagem da participação em nível micro, passaram a amadurecer autonomamente este processo e a se envolver diretamente nos âmbitos específicos de macroparticipação. Eis aí a contribuição mais ‘cara’ que os círculos agroalimentares deixaram para os agricultores do município de Magé.

Por fim, no que diz respeito aos pressupostos iniciais deste trabalho, podemos afirmar que um dos seus pressupostos foi verificado positivamente: os círculos agroalimentares podem sim ser entendidos como uma experiência metodológica de educação popular voltada para a participação dialógica, e se apresentam sim como um caminho possível para a superação dos limites dos modelos convencionais inspirados no referencial difusionista. Porém, é indispensável sinalizar que, mesmo em propostas desta natureza, os desvios acontecem e assumem formas disfarçadas para garantir sustentação. Este nos parece um dos grandes desafios: como assegurar que no interno das propostas sérias de educação para a participação popular não existirão ‘margem de manobra’ para as expressões difusionistas.

Quanto ao segundo pressuposto, podemos concluir que a racionalidade bipolar (o agente e o beneficiário, o técnico e o agricultor, o perito e o senso comum) muito presente no domínio da realização dos projetos de desenvolvimento, mesma nas propostas ditas mais avançadas, foi apenas relativamente superada pelos círculos agroalimentares. Não foram em todas as ocasiões em que se verificou a perspectiva que pressupõe a emergência de várias vozes no conjunto da participação, dissolvendo os atores clássicos, para figurarem com a singularidade própria de cada um. Em não poucas ocasiões os técnicos conseguiram reproduzir a determinação social do quem ‘sabe mais’ e do quem ‘não sabe’, ou do quem ‘pouco sabe’ ou do quem porta um ‘saber não digno de validação’ e reconhecimento.

O elemento capital que dificultou esta superação no âmbito dos círculos agroalimentares, foi a possibilidade encontrada pelos coordenadores técnicos e por alguns voluntários de exercer processos manipulatórios no interior de uma proposta que buscava a superação destas aproximações. Neste caso, deriva uma problemática fundamental, digna de estudos posteriores: que tipo de processo devem sofrer os técnicos para superarem a introjeção da noção de que portam um saber superior? E, além disso, qual é o papel das Universidades que ‘formam’ os profissionais das ciências agrárias na preparação destes sujeitos voltada para a superação das situações concretas de dependência, opressão e submissão do ‘povo simples’?

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“Entrecortando, eu sigo dentro a linha reta, eu tenho a palavra certa prá doutor não reclamar...” (ZÉ RAMALHO)

ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF. *Anais...*, 1997, 29p. (Texto para discussão.). *Apud* SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro**. Revista Fluminense de Geografia, Niterói/RJ, v. 1, n. 1, p. 109-124, 2002.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias/RJ: APPH, CLIO, 2003.

BIRD. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. **Estratégia de parceria com o Brasil 2008 – 2010**. 2008. Disponível em <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1220388091471/EPBrasil2008.pdf>>. Acesso em 20.nov.2008.

BRASIL. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**: versão final: 25/05/2004. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Agricultura Familiar/Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Politica%20Nacional%20de%20ATER.pdf>>. Acesso em: 20/JAN/2008.

CIDE. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. **Baixada em Dados 2005**. 2005. Disponível em <<http://www.cide.rj.gov.br/cide/secao.php?secao=4.1>>. Acesso em 17.ago.2009.

CISV. **Programma di sviluppo agricolo sostenibile negli assentamenti dell'area rur-urbana della Baixada Fluminense Stato di Rio de Janeiro – Brasile**. Torino/Italia: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Dicembre 2002.

_____. **Stato di avanzamento del programma di sviluppo agricolo sostenibile negli assentamenti dell'area rur-urbana della Baixada Fluminense Stato di Rio de Janeiro – Brasile (Programma 7737/CISV/BRA) – I° annualità (1 novembre 2004 – 31 ottobre 2005)**. Torino/Italia: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Gennaio 2006.

_____. **Stato di avanzamento del programma di sviluppo agricolo sostenibile negli assentamenti dell'area rur-urbana della Baixada Fluminense Stato di Rio de Janeiro – Brasile (Programma 7737/CISV/BRA) – Residui I° annualità (1 novembre 2005 – 26 aprile 2006)**. Torino/Italia: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Aprile 2006.

_____. **Stato di avanzamento del programma di sviluppo agricolo sostenibile negli assentamenti dell'area rur-urbana della Baixada Fluminense Stato di Rio de Janeiro – Brasile (Programma 7737/CISV/BRA) – II° annualità (1 novembre 2005 – 30 novembre 2006)**. Torino/Italia: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Febbraio 2007.

_____. **Stato di avanzamento del programma di sviluppo agricolo sostenibile negli assentamenti dell'area rur-urbana della Baixada Fluminense Stato di Rio de Janeiro – Brasile (Programma 7737/CISV/BRA) – Residui II° annualità (1 dicembre 2006 – 29 maggio 2007)**. Torino/Italia: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Maggio 2007.

_____. **I Circoli Agroculturali: una piattaforma di comunicazione ed educazione popolare per i lavoratori rurali del Distretto Agricolo Rio do Ouro di Magé – Baixada Fluminense – Rio de Janeiro – Brasile (Progetto CEI 898/2007/CISV/COOPAGÉ)**. Torino/Italia: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Luglio 2007.

_____. **Stato di avanzamento del programma di sviluppo agricolo sostenibile negli assentamenti dell'area rur-urbana della Baixada Fluminense Stato di Rio de Janeiro – Brasile (Programma 7737/CISV/BRA) – III° annualità (1 dicembre 2006 – 30 novembre 2007)**. Torino/Italia: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Gennaio 2008.

_____. **Documento di strategia sul partenariato ed il sostegno alle organizzazioni di base e contadine – con riferimento agli aspetti comunitari –**. Torino/Italia: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Marzo 2008.

CORRÊA, Elisa F.; MACEDO, Marcelo Hernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. **Revista ESTUDOS Sociedade e agricultura**, vol. 15, n. 2, Outubro 2007.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. 8. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção primeiros passos; 95).

_____. **Extensão rural: modelos e métodos**. Revisão editorial: Marcus Peixoto. Seropédica, RJ: Área de Extensão Rural / Departamento de Letras e Ciências Sociais / Instituto de Ciências Humanas e Sociais / UFRuralRJ, 1995.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura e la Alimentación, Banco Interamericano di Desarrollo. **Políticas para la agricultura familiar en América Latina y el Caribe**. 2007. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1244s/a1244s00.pdf>>. Acesso em 20.nov.2008.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida de. Gênese e (re) produção do espaço da Baixada Fluminense. **Revista geo-paisagem (on line)**, ano 3, n. 5, jan./junho 2004. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/Baixada.htm>>. Acesso em 17.ago.2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.

_____. **Extensão ou comunicação?**. Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. 11. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. 23. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIDA, Simona. **Relazione di valutazione del programma di sviluppo agricolo sostenibile negli assentamenti dell'area rur-urbana della Baixada Fluminense Stato di Rio de Janeiro – (DASARA):** progetto promosso dall'ONG CISV e co-finanziato dalla DGCS/MAE7737. Torino/Italia: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Giugno 2008.

LINHARES, Elizabeth [et al.]. **Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

PRADO, Walter de Oliveira. **História social da Baixada Fluminense**: das sesmarias a foros da cidade. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.

PUREZA, José. **Memória camponesa**. Eliane Cantarino O'Dwyer, organização e prefácio. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero. 1982. (Coleção Nossos Dias; 3).

SILVA, Bráulio Rodrigues da. **Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense**. Leonilde Sérvolo de Medeiros, organização, apresentação e notas. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica/RJ: EDUR, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno**: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (orgs). **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 2006.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHUNK, Javier. **Il progetto prima del progetto**: tattiche e strategie applicate all'aiuto allo sviluppo. Torino/Italia: L'Harmattan Italia, 2001. (Collana Métissage; 36).

_____. **Il ciclo del progetto**. Torino/Itália: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Agosto 2008.

SOUSA NETO, José Marques de. **Planejamento de ensino-aprendizagem do Programa de Formação Profissionalizante – Distrito Agrícola de Magé/RJ (Projeto MAE 7737/CISV/BRA – Projeto DASARA)**. Torino/Italia: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Março/2005.

_____. **Relatório final do diagnóstico rural dialógico do Distrito Agrícola de Magé/RJ (Projeto MAE 7737/CISV/BRA – Projeto DASARA)**. Torino/Italia: C.I.S.V. (Comunità Impegno Servizio Volontariato), Maio/2005.

TOLEDO, Victor M. Principios etnoecológicos para el desarrollo sustentable de comunidades campesinas e indígenas. **Temas Clave, CLAES (Centro Latino Americano de Ecologia Social)**, n. 4, Agosto de 1996. Disponível em: <<http://www.ambiental.net/temasclave/TC04ToledoEtnoecologiaPrincipios.htm>>. Acesso em 10.dez.2009.

UNIÃO EUROPÉIA. **Livro Azul 2008 da Cooperação da União Européia no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/downloads/book%20livro%20azul%202008%20portugues.pdf>>. Acesso em 20.nov.2008.

7. ANEXOS

Anexo ‘A’: Quadro lógico e síntese dos elementos projetuais

Anexo ‘B’: Gráficos do diagnóstico

Anexo ‘C’: Plano de seleção do grupo GAD

Anexo ‘D’: Plano de formação do grupo GAD

**Anexo ‘E’: Vínculos dos cursos do programa de formação e as demais atividades do
DASARA**

**Anexo ‘F’: Tabelas demonstrativas dos resultados das consultas e da redefinição dos
temas dos cursos do programa de formação do DASARA**

Anexo ‘G’: Planejamento de um círculo agrocultural

Anexo ‘H’: Documentos guia do grupo de comercialização

ANEXO A – Quadro Lógico & Síntese dos Elementos Projetuais

→ Quadro Lógico



UNA COMUNITÀ PER IL MONDO

Comunidade de Empenho em Serviço Voluntário
“Uma Comunidade Para o Mundo”



	Lógica de Intervenção	Indicadores Objetivamente Verificáveis	Fonte de Verificação	Condição
Objetivo Geral	Contribuir com a <i>prevenção e a contenção do processo de favelização</i> nas áreas rur-urbanas da Baixada Fluminense.	Redução das vendas de terrenos agrícolas para fins imobiliários na zona de intervenção.	Estatística local, Censo ante e pós-projeto.	Participação ativa das comunidades e das autoridades locais.
Objetivo Específico	<p>Melhorar a capacidade da área rur-urbana em <i>oferecer produtos agrícolas para a cidade</i> com o suporte das autoridades competentes para <i>contribuir com o desenvolvimento econômico e social</i> da região e <i>reduzir a emigração dos jovens</i> entre 15 e 39 anos para a zona urbana.</p> <p>Nota: Com o objetivo de facilitar o monitoramento do alcance deste objetivo específico, preferimos dividi-lo em três: um ligado à redução da emigração (1), um ligado ao aumento da produção agrícola (2), e um ligado ao suporte das autoridades locais para o desenvolvimento local (3). A estes números se fará referência sucessivamente no quadro lógico.</p>	<p>Número de jovens que deixaram de emigrar.</p> <p>Aumento da quantidade e da qualidade dos produtos introduzidos na cidade.</p> <p>Ações de suporte na realização de: infra-estrutura, decretos, etc.</p>	<p>Estatística <i>in loco</i>. Censo.</p> <p>Registros contábeis das cooperativas.</p> <p>Verificação <i>in loco</i>.</p>	<p>Manutenção do interesse por parte dos jovens pelo programa.</p> <p>Boas condições do mercado local.</p> <p>Interesse e participação ativa por parte das autoridades locais.</p>
Resultados Esperados	<p>1.1 Aumento das <i>oportunidades de trabalho</i> nas áreas rur-urbanas.</p> <p>1.2 Melhoria da <i>renda agrícola</i> no âmbito rur-urbano.</p>	<p>Número de postos de trabalho criados no âmbito rur-urbano.</p> <p>Melhoria da renda agrícola em 50%.</p>	<p>Registros dos beneficiários.</p> <p>Registros econômicos.</p>	<p>Interesse pelo trabalho agrícola por parte dos jovens.</p> <p>Boa capacidade de inserção no mercado.</p>

Resultados Esperados	1.3 Melhoria do <i>estado de saúde</i> dos habitantes.	Redução da incidência de enfermidades sobre os beneficiários.	Registros sanitários.	Colaboração das autoridades locais.
	2.1 <i>Valorização das terras</i> disponíveis no âmbito rur-urbano do ponto de vista agrícola.	Aumento dos preços das terras agrícolas.	Verificação do mercado.	Colaboração das autoridades locais.
	2.2 Estímulo e direcionamento da <i>produção agrícola</i> dos assentamentos.	Quantidade e qualidade dos produtos cultivados.	Verificação dos livros de gestão.	Boa capacidade técnica dos produtores.
	2.3 Aumento dos <i>excedentes agrícolas</i> comercializáveis.	Quantidade dos produtos comercializáveis.	Verificação dos estoques.	Boa capacidade técnica dos produtores.
	2.4 Melhoria da <i>comercialização</i> dos produtos agrícolas.	Quantidade dos produtos comercializados.	Registros das vendas.	Melhoria das comunicações entre a área rur-urbana e a cidade.
	2.5 Criação de <i>cooperativas</i> em função das exigências dos assentamentos.	Número de cooperativas ligadas a uma Federação de cooperativas.	Registros das cooperativas.	Participação das comunidades nas atividades previstas.
	2.6 Criação de uma <i>rede de</i> cooperativas agrícolas.	Número de presenças nas reuniões de base.	Registros das cooperativas.	Participação das comunidades nas atividades previstas.
	3.1 <i>Reforço das estruturas</i> associativistas em cada um dos assentamentos.	Funcionamento do Forum.	Atas	Idem ao anterior.
	3.2 Coordenação das associações dos agricultores por um único <i>Forum</i> .	Número e tipos de ações conduzidas com autonomia.	Registros dos Forum.	Idem ao anterior.
	3.3 Estímulo do <i>crescimento civil</i> da população.	Número de documentos apresentados para as autoridades.	Registros dos Forum.	Idem ao anterior.
	3.4 Aumento da capacidade das associações dos produtores em, através dos Forum, articularem-se e <i>apresentarem às autoridades locais reivindicações</i> úteis para o desenvolvimento da região.	Redução de construção civil sobre terrenos rurais.	Estatísticas.	Colaboração das autoridades competentes.
	3.5 <i>Redução das vendas de terras</i> na zona rur-urbana para fins imobiliários.	Redução de construção civil sobre terrenos agrícolas.	Estatísticas.	Colaboração das autoridades competentes.

Atividades	1.1.1 Estabelecer <i>contatos com o SEBRAE</i> .	Número de contatos.	Registros de monitoramento do projeto.	Disponibilidade de colaboração por parte do SEBRAE.
	1.1.2 Fornecer <i>acompanhamento técnico</i> .	Número de atividades de acompanhamento técnico realizadas.	Registros de monitoramento do projeto.	Bom funcionamento das equipes do projeto.
	1.1.3 Realização de <i> cursos</i> de formação técnica e administrativa.	Número de cursos realizados.	Registros de monitoramento do projeto.	Participação e disponibilidade das comunidades.
	1.1.4 <i>Micro-crédito</i> para o <i>início</i> de <i>atividades</i> produtivas primárias.	Número e quantidade de empréstimos concedidos.	Registros de créditos.	Propensão por parte dos produtores em aderirem ao crédito.
	1.2.1 <i>Micro-crédito</i> para o estímulo de <i>atividades</i> produtivas primárias já <i>existentes</i> .	Número e quantidade de empréstimos concedidos.	Registros de créditos.	Propensão por parte dos produtores em aderirem ao crédito.
	1.2.2 Realização de <i>infra-estruturas</i> .	Número de <i>infra-estruturas</i> criadas.	Registros de monitoramento do projeto.	Terrenos disponíveis.
	1.3.1 Realização de um <i>curso</i> de formação para agentes de <i>saúde popular</i> .	Número de agentes de saúde formados.	Registros de monitoramento do projeto.	Disponibilidade de participação dos cursos.
	2.1.1 Realização de <i> cursos de formação</i> .	Número de horas de curso.	Registros.	Participação dos beneficiários.
	2.1.2 Estimular o uso de <i>técnicas sustentáveis</i> .	Número de técnicas empregadas.	Cédulas de monitoramento.	Propensão de adoção de novas técnicas.
	2.1.3 <i>Micro-crédito</i> para incentivar as <i> melhorias das técnicas</i> de produção.	Número e quantidade de empréstimos concedidos.	Registros de créditos.	Propensão de acesso ao crédito.
	2.1.4 Aplicação dos <i>programas ambientais</i> .	Número de programas realizados.	Cédulas de monitoramento. Verificação em campo.	Colaboração das autoridades competentes.
	2.1.5 Instalação de 1 <i> área demonstrativa de biodigestão</i> .	Grau de realização da área.	Cédula de monitoramento.	Participação dos beneficiários.
2.1.6 <i>Agrossilvicultura</i> com plantas autoproductivas.	Número de plantas usadas.	Relatório de diagnóstico.	Ausência de impedimentos por causas naturais.	

Atividades	2.2.1 Realização do Diagnóstico Rural Participativo .	Elementos de conhecimento próprios da diagnose.	Visitas sobre o campo.	Participação das comunidades.
	2.2.2 Realização do Zoneamento agrícola.	Subdivisão em áreas.	Desenhos.	Participação das comunidades.
	2.2.3 Otimização do uso dos recursos .	Melhor utilização dos recursos.	Verificação dos valores distribuídos.	Disponibilidade da população em adotar novas técnicas.
	2.2.4 Constituição do Núcleo de Ensino Agrícola e Formação Rural (NEAFRU/UFRuralRJ) .	Funcionamento do NEAFRU.	Verbal.	Colaboração do pessoal da UFRuralRJ
	2.2.5 Realização de cursos para a produção .	Número de horas dos cursos.	Cédula de monitoramento.	Disponibilidade para a participação nos cursos.
	2.3.1 Agregação de valor aos produtos primários.	Quantidade de produtos transformados.	Verificação em campo.	Empenho na produção.
	2.4.1 Certificação biológica da produção.	Tipos e quantidade dos produtos certificados.	Verificação na sede.	Disponibilidade das entidades certificadoras.
	2.4.2 Realização de análises de mercado .	Número de análises realizadas.	Cédula de monitoramento.	***
	2.4.3 Procura por trocas não monetarizadas .	Número de trocas feitas.	Cédula de monitoramento.	Existência de acordos de trocas.
	2.4.4 Análises dos mercados de produtos biológicos da cidade.	Número de análises realizadas.	Cédula de monitoramento.	Possibilidade de vendas nos mercados.
	2.4.5 Fechamento de contratos de comercialização.	Número de contratos fechados.	Cédula de monitoramento.	Disponibilidade dos comerciantes.
	2.4.6 Comercialização com instituições.	Quantidade de contratos firmados.	Cédula de monitoramento.	Disponibilidade das instituições.
	2.4.7 Formação sobre comercialização.	Número de cursos realizados.	Cédula de monitoramento.	Participação na formação.
	2.5.1 Análises da necessidade e do tipo de cooperativa .	Análises desenvolvidas.	Documentos na sede.	***
2.5.2 Realização de um curso de gestão de cooperativas .	Curso realizado.	Verificação na sede.	Participação no curso.	

Atividades	2.5.3 Constituição de 4 cooperativas .	Número de cooperativas existentes.	Cédula de monitoramento.	Propensão ao cooperativismo.
	2.6.1 Criação de uma rede de cooperativas.	Existência de uma rede.	Verificação na sede.	Disponibilidade para criar uma rede.
	2.6.2 Contatos com a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária Brasileiras).	Existência dos contatos.	Verificação do número de contatos.	Disponibilidade da CONCRAB.
	3.1.2 Criação de um grupo de apoio ao DASARA.	Funcionamento do grupo GAD.	Verificação no campo.	Participação dos beneficiários.
	3.2.1 Criação e funcionamento de um Forum de coordenação das associações.	Nº de reuniões do Forum	Verificação na sede.	Participação dos beneficiários.
	3.3.1 Apoio e formação dos coordenadores .	Número de cursos realizados.	Cédula de monitoramento.	Participação na formação.
	3.3.2 Cursos para gestão de associações .	Número de horas de curso.	Cédula de monitoramento.	Participação nos cursos.
	3.3.3 Revitalização dos componentes culturais .	Número de atividades culturais.	Cédula de monitoramento.	Participação dos beneficiários.
	3.4.1 Estímulo a participação dos cidadãos .	Número de participantes.	Cédula de monitoramento.	Participação da base popular.
	3.4.2 Redação e apresentação de documentos .	Nº de documentos apresentados	Cédula de monitoramento.	Participação da base popular.
	3.5.1 Pressionamento sobre o INCRA e o ITERJ .	Número de contatos.	Cédula de monitoramento.	Capacidade das lideranças locais.
	3.5.2 Pressionamento sobre as autoridades competentes.	Número de encontros.	Cédula de monitoramento.	Capacidade das lideranças locais.
	3.5.3 Pressionamento sobre as Prefeituras .	Existência de um plano.	Cédula de monitoramento.	Capacidade das lideranças locais.
3.5.4 Cursos de formação sobre a legislação fundiária .	Número de horas de curso e número de participantes.	Cédula de monitoramento.	Participação dos beneficiários.	

Precondições Gerais

- ✓ Potencialidade de desenvolvimento agrícola da área.
- ✓ Crise energética de caráter transitório e leve.
- ✓ Condições de conservação ambiental que permitam a recuperação das zonas de risco.
- ✓ Colaboração efetiva das organizações de base das comunidades agrícolas.
- ✓ Interesse das partes políticas, técnicas e sociais envolvidas no desenvolvimento da área objeto de intervenção.
- ✓ Integração com os objetivos de outros projetos operantes na zona.

→ Síntese dos elementos projetuais

→ Finalidade:

Diminuir a **degradação sócio-ambiental** nas áreas rur-urbanas da periferia do Rio de Janeiro.

→ Objetivo Geral:

Contribuir com a **prevenção e paralisação do processo de favelização** na zona rur-urbana da Baixada Fluminense.

→ Objetivo Específico:

Melhorar as capacidades das áreas rur-urbanas de **oferecer produtos agrícolas para a cidade** com o suporte das autoridades para **contribuir com o desenvolvimento econômico e social** da região e **diminuir a emigração** de jovens entre os 15 e 39 anos para as zonas urbanas.

Com o escopo, porém, de facilitar o monitoramento do alcance deste objetivo específico, preferiu-se dividi-lo em três:

1. Diminuição da **emigração** dos jovens entre os 15 e os 39 anos para as zonas urbanas.
2. Melhorar a capacidade das áreas rur-urbanas de **oferecer produtos agrícolas para a cidade**.
3. Favorecer o **suporte por parte das autoridades** competentes ao desenvolvimento econômico e social da região.

→ Resultados Esperados:

Relativos ao objetivo específico 1

- 1.1. Foi aumentada a oportunidade de **trabalho** na área rur-urbana.
- 1.2. Foi melhorada a **renda agrícola** no âmbito rur-urbano.
- 1.3. Foi melhorado o estado de **saúde** dos habitantes.

Relativos ao objetivo específico 2

- 2.1. A **terra** disponível na área rur-urbana foi **valorizada** do ponto de vista agrícola.
- 2.2. A **produção** agrícola dos assentamentos foi estimulada e endereçada.
- 2.3. Foram aumentados os **excedentes agrícolas** comercializáveis.
- 2.4. A **comercialização** dos produtos agrícolas locais foi melhorada.
- 2.5. Foram criadas cerca de **4 cooperativas** em função das exigências dos assentamentos.
- 2.6. Foi criada uma **rede** de cooperativas agrícolas.

Relativos ao objetivo específico 3

- 3.1. Foram reforçadas as **estruturas associativas** de cada assentamento.
- 3.2. As associações dos agricultores estão coordenadas por um único **Forum**.
- 3.3. Foi estimulado o **crescimento civil** da população.
- 3.4. As associações estão no nível de articular-se e de **apresentar às autoridades locais as reivindicações** úteis para o seu desenvolvimento através do FORUM.
- 3.5. Foram diminuídas as **vendas** de **terrenos** na zona rur-urbana com fins imobiliários.

→ **Atividades:**

Em seguida vêm informadas as atividades em função dos resultados esperados descritos no ponto precedente.

Relativas ao resultado esperado 1.1.

(Foi aumentada a oportunidade de **trabalho** na área rur-urbana.)

- 1.1.1. Estabelecer **contatos** com SEBRAE.
- 1.1.2. Fornecer **acompanhamento técnico**.
- 1.1.3. Realizar cursos de **formação** técnica e administrativa:
 - Limpeza, embalagem e refrigeração de peixe
 - Transformação de frutas e hortaliças
 - Como iniciar uma pequena empresa agrícola
 - Como administrar uma pequena empresa agrícola
- 1.1.4. **Microcrédito** para o **início** de **atividades** produtivas primárias:
 - Ervas medicinais e aromáticas (início)
 - Galinhas caipiras (início)
 - Abelhas (início)

Relativas ao resultado esperado 1.2.

(Foi melhorada a **renda agrícola** no âmbito rur-urbano)

- 1.2.1. **Microcrédito** para a ampliação das **atividades** produtivas primárias já existentes:
 - Fruticultura tropical (ampliação)
 - Peixes (ampliação)
 - Suínos (ampliação)
- 1.2.2. Realização de **infra-estruturas** para a transformação de:
 - Plantas medicinais
 - Embutidos e defumados
 - Produtos apícolas

Relativas ao resultado esperado 1.3.

(Foi melhorado o estado de **saúde** dos habitantes)

- 1.3.1. Realização de um **curso** de formação de agentes de **saúde popular**.

Relativas ao resultado esperado 2.1.

(A **terra** disponível na área rur-urbana foi **valorizada** do ponto de vista agrícola.)

- 2.1.1. Realização de **curso**s de formação em:
 - Gestão ecológica dos **solos**
 - Gestão ecológica dos **ataques de fitoparasitas**
 - Preparação de **produtos alternativos** para o controle de fitoparasitas e para a fertilização do solo.
- 2.1.2. Estimular a introdução de **técnicas de agricultura sustentável**
 - Otimização das atividades existentes adequando-as às técnicas eco-sustentáveis
 - Microcrédito para a implantação de uma unidade de reciclagem de biomassa (biodigestores) nos sítios agrícolas.
- 2.1.3. Fornecer crédito facilitado e criar **fundo** de risco para a adoção de técnicas culturais alternativas.
- 2.1.4. Aplicação dos programas para a realização das **áreas de proteção ambiental** previstos no Plano de Desenvolvimento Municipal.
- 2.1.5. Instalação de 1 **área demonstrativa** para a reciclagem de biomassa com biodigestores.
- 2.1.6. **Agrosilvicultura** com plantas produzidas na estufa da associação de Vala Preta.

Relativas ao resultado esperado 2.2.

(A **produção** agrícola dos assentamentos foi estimulada e endereçada.)

- 2.2.1. Realização do **Diagnóstico** Rural Participativo
- 2.2.2. Realização do **zoneamento** agrícola (identificação das áreas de vocação produtiva).
- 2.2.3. **Otimização** uso dos recursos humanos, naturais e econômicos disponíveis.
- 2.2.4. Constituição do **Núcleo de Ensino Agrícola** e Formação Rural – NEAFRU/UFRRJ.
- 2.2.5. Realização de **cursos** de formação em:
 - Cultivo de plantas medicinais e aromáticas
 - Cultivos de frutas tropicais
 - Criação de suínos
 - Criação de galinhas caipira
 - Criação de codornas
 - Criação de peixes
 - Criação de abelhas

Relativas ao resultado esperado 2.3.

(Foram aumentados os **excedentes** agrícolas comercializáveis.)

- 2.3.1. **Agregação de valor** aos produtos primários
 - Melhoramento das estruturas para a conservação dos produtos.
 - Eletrificação para as atividades de transformação dos produtos primários.
 - Implantação de infra-estrutura para a transformação de frutas e hortaliças.
 - Transformação de frutas e hortaliças.
 - Limpeza, embalagem e refrigeração de peixe.

Relativas ao resultado esperado 2.4.

(A **comercialização** dos produtos agrícolas locais foi melhorada.)

- 2.4.1. **Certificação** da produção para o mercado de produtos **orgânicos**.
- 2.4.2. Realização de **análises de mercado**.
- 2.4.3. Pesquisa de oportunidades de comercialização com **trocas não monetarizadas**.
- 2.4.4. Análise de **factibilidade** de inserção dos produtores nos mercados de produtos orgânicos da cidade do Rio de Janeiro.
- 2.4.5. Estabelecimento de **contratos** de comercialização com centros de consumidores.

2.4.6. Estabelecimento de **contratos** comercialização com instituições públicas, privadas, ONGs etc.

2.4.7. **Formação** específica sobre a comercialização.

Relativas ao resultado esperado 2.5.

(Foram criadas cerca de **4 cooperativas** em função das exigências dos assentamentos.)

2.5.1. Análises da necessidade e do tipo de **cooperativa**.

2.5.2. Realização de um **curso** de gestão das cooperativas para os dirigentes das cooperativas:

Noções de cooperativismo e gestão das cooperativas

Formação dos dirigentes das cooperativas.

2.5.3. **Constituição** de cooperativas em cada uma das comunidades.

Relativas ao resultado esperado 2.6.

(Foi criada uma **rede** de cooperativas agrícolas.)

2.6.1. Criação de uma **rede de cooperativas**.

2.6.2. Contatos com a **CONCRAB** – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária Brasileiras.

Relativas ao resultado esperado 3.1.

(Foram reforçadas as **estruturas associativas** de cada assentamento.)

3.1.1. **Reestruturação** ou instalação de **estruturas físicas** adequadas ao desenvolvimento das atividades de coordenação das comunidades em cada um dos assentamentos.

3.1.2. Criação de um **grupo de apoio ao DASARA** (GAD), formado por representantes dos assentamentos beneficiados pelo programa.

Relativas ao resultado esperado 3.2.

(As associações dos agricultores estão **coordenadas** por um único **Forum**.)

3.2.1. Estímulo à **participação** dos cidadãos e dos agricultores às atividades do **Forum** que reúne todas as comunidades beneficiárias do projeto.

Relativas ao resultado esperado 3.3.

(Foi estimulado o **crescimento civil** da população.)

3.3.1. Apoio e **formação** instrumental e metodológica dos **coordenadores** das associações dos agricultores.

3.3.2. **Cursos** de formação:

Noções de associativismo e funcionamento das associações.

Formação dos dirigentes das associações.

- 3.3.3. Revitalização das **componentes culturais** das comunidades através de:
- Grupos de trabalho e de debate entre jovens, mulheres, homens, casais etc.
 - Eventos culturais comunitários socializantes.
 - Espectáculos teatrais e projeções de filmes culturais.
 - Realização de encontros que promovam a troca de experiências entre as comunidades envolvidas no projeto

Relativas ao resultado esperado 3.4.

*(As associações estão no nível de articular-se e de **apresentar às autoridades locais as reivindicações** úteis para o seu desenvolvimento através do FORUM.)*

- 3.4.1. Criação e funcionamento de um **Forum Municipal dos Pequenos Agricultores**.
- 3.4.2. Redação e apresentação de **documentos** oficiais às autoridades locais competentes.

Relativas ao resultado esperado 3.5.

*(Foram diminuídas as **vendas de terrenos** na zona rur-urbana com fins imobiliários.)*

- 3.5.1. **Pressionamento** sobre o **INCRA** e o **ITERJ** (institutos para a reforma agrária), para uma melhor seleção dos titulares dos lotes.
- 3.5.2. **Pressionamento** sobre as **autoridades** competentes para um controle eficiente das invasões de terrenos.
- 3.5.3. **Pressionamento** sobre a **Prefeitura** com a finalidade de limitar as áreas de expansão urbana.
- 3.5.4. **Cursos** de formação sobre a legislação que regula a **propriedade fundiária**.

ANEXO B: Gráficos do Diagnóstico



Comunidade de Empenho em Serviço Voluntário
“Uma Comunidade Para o Mundo”

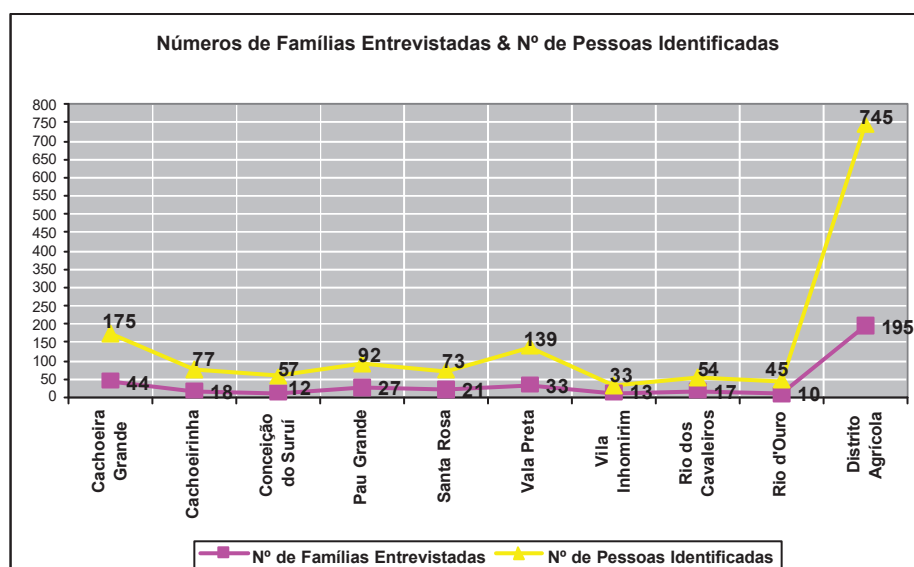


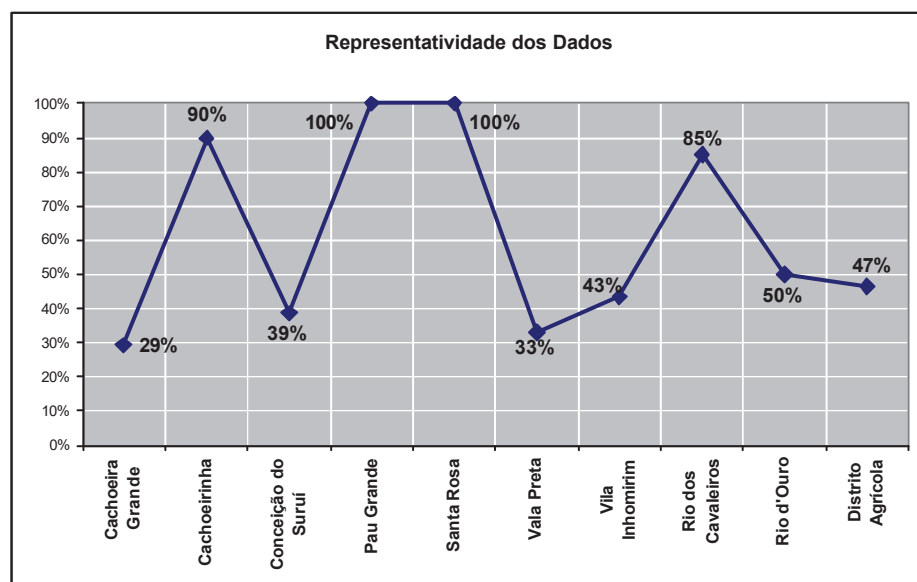
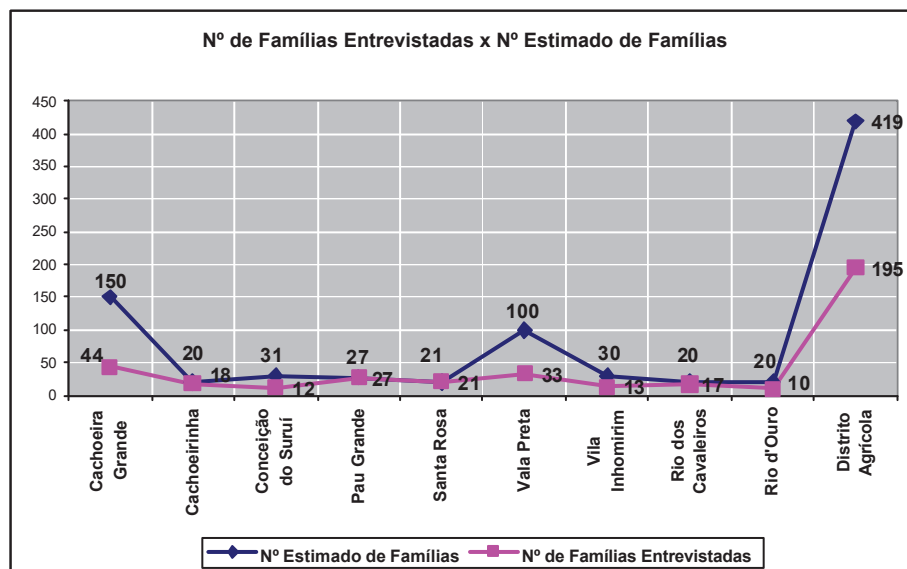
Os percentuais apresentados foram encontrados na relação entre as pessoas/famílias que responderam ao quesito em questão e a população total identificada ou ao número de famílias entrevistadas ou ao número de pessoas/famílias ligadas diretamente com a atividade agrícola. Como consequência, em alguns casos, a soma dos percentuais apresentados não será igual a 100%.

Foram entrevistados agricultores de todas as comunidades de interesse do projeto, com representatividade mínima de 30% e máxima de 100%, de acordo com a estimativa do nº total de agricultores familiares de cada comunidade feita pelos diretores das associações de pequenos agricultores.

Os entrevistados foram indicados pelos diretores das associações que orientaram os estagiários no campo pessoalmente ou através de jovens da comunidade. Segundo os diretores, os estagiários foram conduzidos àquelas famílias que são reconhecidas como agricultores familiares efetivos.

Cerca de 15% a 20% dos entrevistados em cada comunidade foram escolhidos aleatoriamente pelo estagiário no campo, tendo como critério a não indicação pela diretoria da associação e a presença de cultivos e/ou criações no lote.



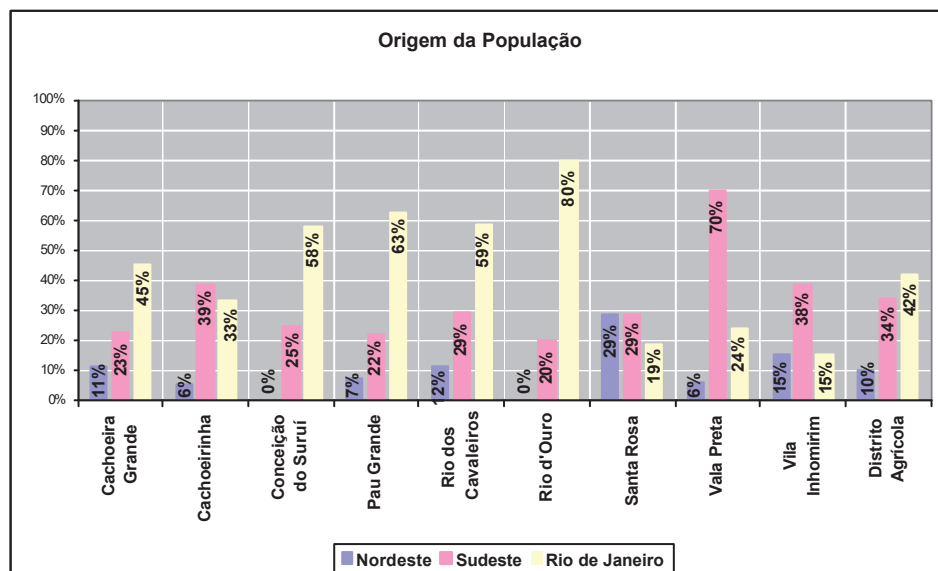
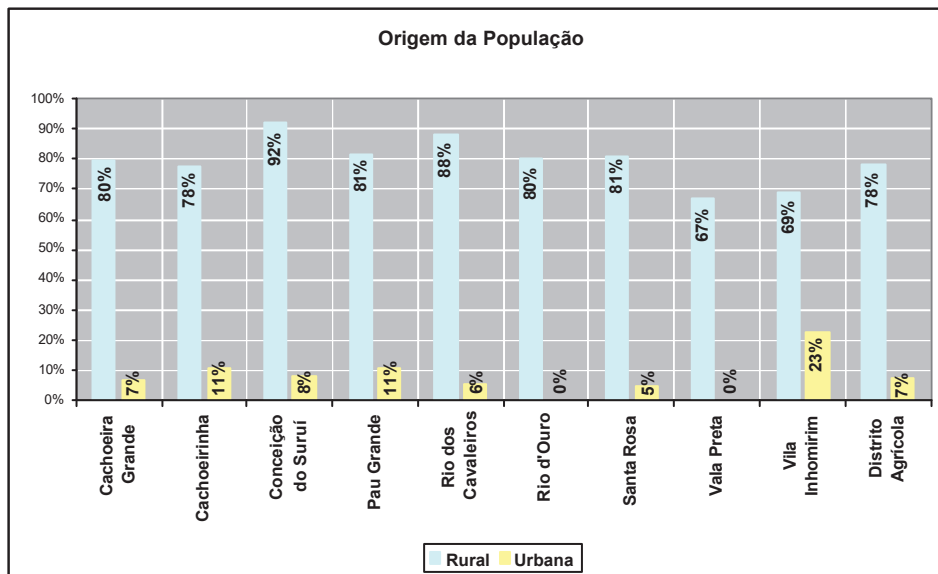


✚ A POPULAÇÃO

A **origem** dos agricultores do Distrito Agrícola de Magé é fundamentalmente rural com poucos chefes de lotes oriundos de zonas urbanas.

Na maioria, os chefes de lotes são **provenientes** do estado do Rio de Janeiro, mas é significativa a proveniência de estados do sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo) e, em menor grau, de estados do nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba e Pernambuco).

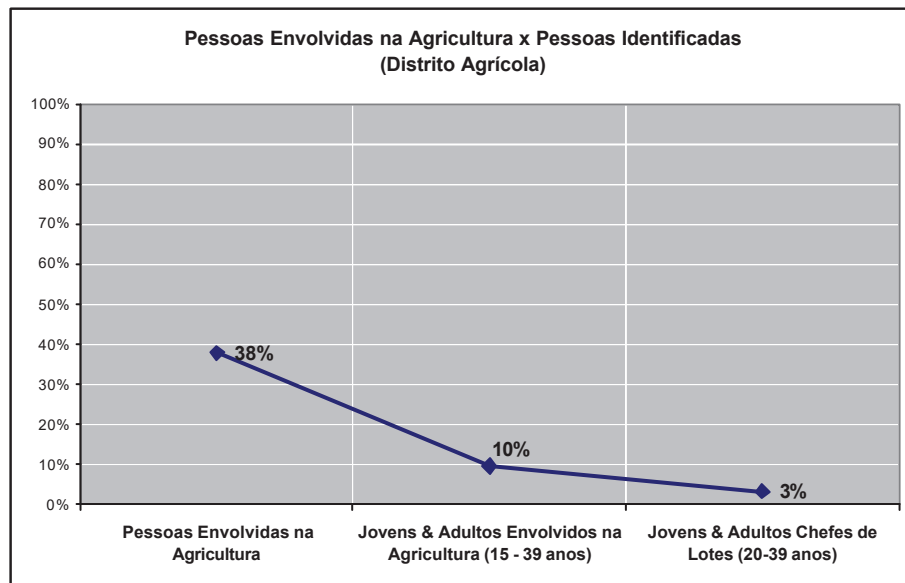
Aqueles com origem urbana são provenientes fundamentalmente do estado do Rio, mas inclui também os estados de Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba em ordem decrescente.



Das pessoas identificadas no DRD (em um total de 745), verifica-se que cerca de 40% está diretamente ligada a **atividade agrícola** na qualidade de chefe de lote, de mão de obra familiar, de *diarista*, *arrendatário* ou *meeiro*.

Os jovens e adultos com faixa etária entre 15 e 39 anos representam cerca de 10% das pessoas identificadas, aqueles que estão ligados à atividade agrícola assumem funções de apoio à produção familiar em maior grau, e, em menor grau, a ocupação na qualidade de *diaristas*.

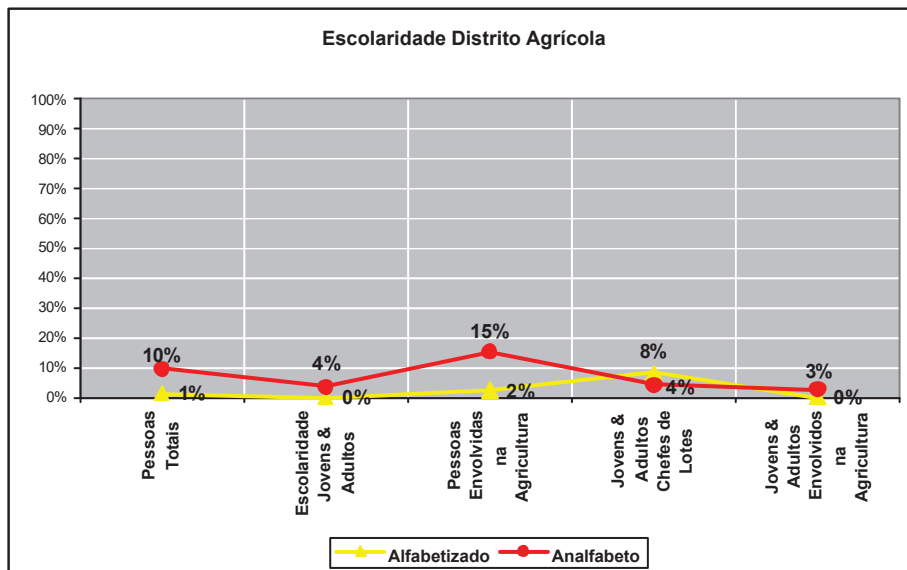
Os chefes de lotes com faixa etária entre 20 e 39 anos representam cerca de 3% da população identificada pelo levantamento.



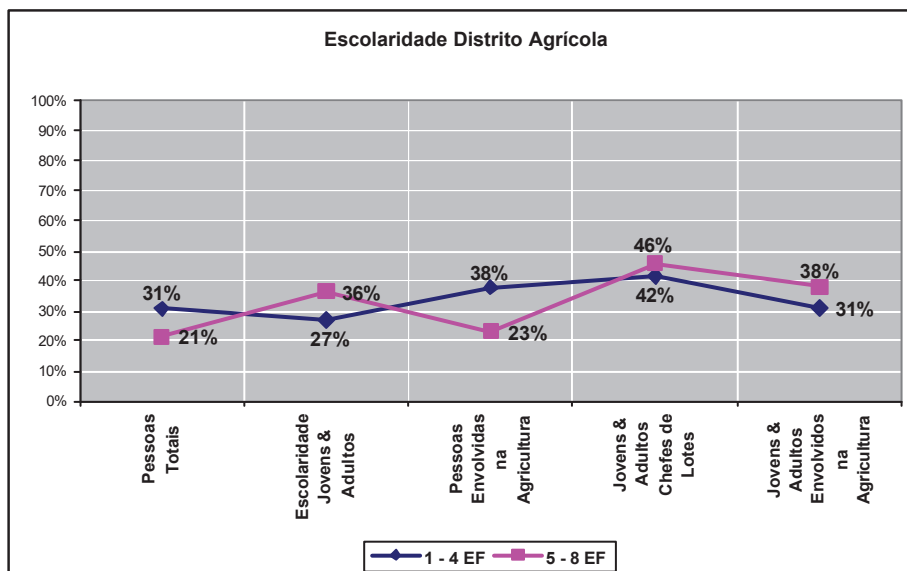
Considerando apenas o universo de pessoas envolvidas na agricultura, os jovens e adultos com faixa etária entre 15 e 39 anos representam cerca de 25% daquelas pessoas, e, os chefes de lotes com faixa etária entre 20 e 39 anos representam cerca de 12% dos responsáveis diretos pela produção.

As informações acerca da **escolaridade** foram divididas em três categorias: alfabetizados & não alfabetizados; ensino fundamental 1º ciclo (1ª a 4ª séries) & 2º ciclo (5ª a 8ª séries); e, ensino médio completo & incompleto.

As pessoas diretamente ligadas à atividade agrícola apresentam maior índice de **analfabetismo** do que o número encontrado para a população total identificada. Apesar do baixo índice de analfabetismo apresentado pela população com faixa etária entre 15 e 39 anos, este dado é significativo uma vez que, segundo os parâmetros da educação nacional, as pessoas com 15 anos de idade deveriam possuir a média de 10 anos de estudo.

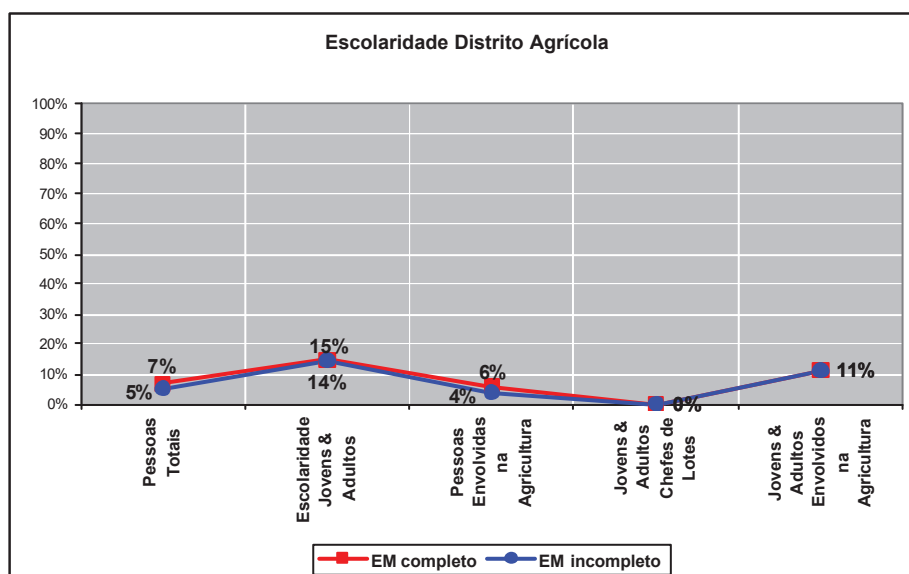


Com relação ao **ensino fundamental**, identifica-se que as pessoas diretamente ligadas a atividade agrícola estão, de maneira geral, nesta faixa de escolaridade. Destaque para jovens e adultos chefes de lotes e jovens & adultos envolvidos na agricultura que apresentam a maior incidência no ensino fundamental ultrapassando, significativamente, os dados encontrados para a população total.



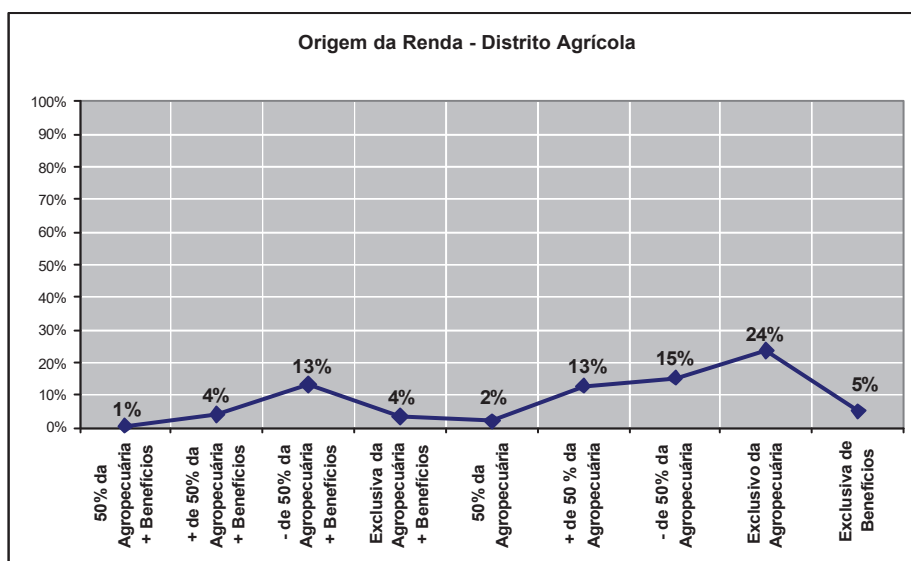
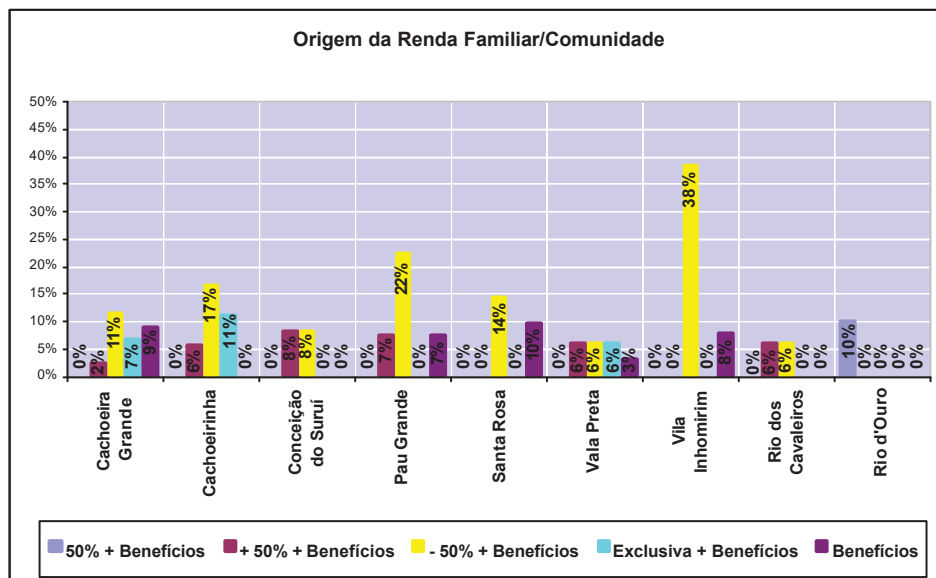
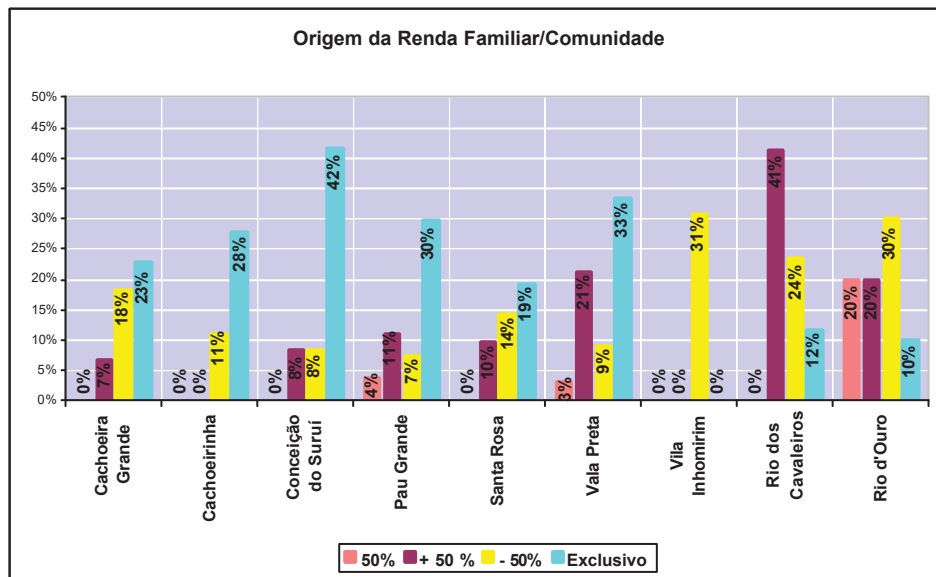
No que diz respeito ao **ensino médio**, os números indicados para as pessoas com este nível de escolaridade são baixíssimos. Destacando os jovens e adultos chefes de lotes que apresentam 0% neste nível de ensino. Por outro lado, os jovens e adultos envolvidos na agricultura apresentam maior incidência no ensino médio do que a população total identificada, mas é menor do que o número encontrado para jovens & adultos do Distrito

Agrícola. As pessoas envolvidas diretamente na agricultura apresentam uma incidência no ensino médio muito próxima da população total identificada.



Os dados referentes à **origem da renda familiar** foram divididos em dois grandes grupos: o grupo que possui benefícios como componente da renda familiar, e, o grupo que não tem nos benefícios um componente da renda familiar. Para estes grandes grupos foram caracterizados, respectivamente, cinco e quatro níveis de importância, tais como: os que alcançam 50% da renda familiar através da atividade agrícola, os que alcançam mais de 50%, os que conseguem menos de 50% e, finalmente, os que possuem a renda familiar exclusiva da atividade agrícola ou exclusiva de benefícios (neste caso, a atividade agrícola possui caráter de subsistência ou inexistente).

É evidente a influência da participação da atividade agrícola na composição da renda familiar. Por outro lado, é marcante a influência da participação dos benefícios na composição da renda familiar de algumas comunidades.



ANEXO C: Plano de seleção do grupo GAD



Comunidade de Empenho em Serviço Voluntário
“Uma Comunidade Para o Mundo”



SELEÇÃO DO GRUPO JOVEM DE APOIO AO DASARA (GAD)¹

1) Apresentação

Este documento apresenta as diretrizes gerais para a formação do grupo de jovens a ser contratado na qualidade de estagiários pelo projeto DASARA – Desenvolvimento Agrícola Sustentável em Áreas de Reforma Agrária da Baixada Fluminense (Projeto MAE 7737/CISV/BRA), de responsabilidade da ONG italiana CISV (Comunidade de Empenho em Serviço Voluntário), da ONG petropolitana SEOP (Serviço de Educação e Organização Popular) e da UFRuralRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália (MAE – Ministero Affari Esteri). Este grupo se chamará Grupo Jovem de Apoio ao Projeto DASARA – GAD.

O território de interesse do DASARA compreende o Distrito Agrícola de Magé/RJ (criado pela Lei Municipal nº 1.532/2002) envolvendo as comunidades rurais de Cachoeira Grande, Vala Preta, Rio do Ouro, Rio dos Cavaleiros, Conceição do Suruí, Cachoeirinha, Santa Rosa, Pau Grande e Vila Inhomirim. Algumas destas comunidades são assentamentos de reforma agrária vinculados ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e/ou ao ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro), outras são áreas de regularização fundiária vinculadas ao INCRA e outras, ainda, são áreas de posseiros e de agricultores que possuem relações de arrendamento e de *meia* com proprietários de terra.

O público alvo principal do projeto será os jovens e adultos com faixa etária entre 15 e 39 anos, envolvidos nas atividades produtivas dos lotes com relações familiares junto aos respectivos responsáveis pela produção. O foco da intervenção será atingir o núcleo familiar através da participação dos membros, a título de representante da unidade produtiva, que se enquadrem naquela faixa etária.

2) Introdução

O viés central do planejamento/aplicação do DASARA consiste de um lado, na participação direta dos agricultores no traçado/organização das atividades e do outro, no envolvimento dos jovens filhos de agricultores, ligados às questões agrícolas da família. Assim, a formação de um grupo jovem pretende operacionalizar este pressuposto facilitando um maior envolvimento dos jovens com os problemas e desafios das suas comunidades, no afã de fomentar a formação de uma *nova juventude rural*.

O processo seletivo dos jovens foi realizado envolvendo os membros das comunidades, na medida em que estas apresentaram os candidatos para serem avaliados pela equipe DASARA.

¹ Atividade projetual prevista 3.1.2: criação do grupo de apoio ao dasara. Definida no encontro da Equipe de Coordenação do DASARA, no 14/Jan/05, com a presença de (***), (***), (***) e (***).

Para tal, o I Encontro Intercomunitário dos Agricultores Beneficiários do Projeto DASARA teve como um dos temas a *Eleição do Grupo GAD* e naquela ocasião foram discutidas e aprovadas as regras expostas neste documento. Após o encontro foram realizadas Assembléias Extraordinárias em todas as comunidades envolvidas com a apresentação e defesa dos candidatos a membro do GAD.

Após selecionados, o jovens participaram de um curso de formação desenvolvido pela equipe de Coordenação DASARA e pela UFRuralRJ através do NEAFRU (Núcleo de Ensino Agrícola e Formação Rural).

3) Caracterização Geral

Comunidades	Nº de Jovens	Coordenador	Jornada semanal	
			Jovens	Coordenador
Cachoeira Grande	2	1	16 h	32 h
Vala Preta	2		16 h	
Rio d'Ouro/Rio dos Cavaleiros	2		16 h	
Conceição do Suruí	2		16 h	
Cachoeirinha	2		16 h	
Santa Rosa	2		16 h	
Vila Inhomirim	2		16 h	
Pau Grande	2		16 h	
Totais.....	16		1	

4) Perfil

a) Jovens

- Filho de agricultor e habitante de uma das comunidades beneficiárias.
- Um matriculado no ensino fundamental, e o outro no ensino médio (regular ou técnico).
- Faixa etária entre 15 – 21 anos.

b) Coordenador

- Habitante de uma das comunidades beneficiárias.
- Idade mínima de 21 anos.
- Técnico agrícola formado no Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto, com experiência em atuação comunitária.

5) Atividades

a) Jovens

- Apoio logístico às atividades do animador comunitário.
- Realização de pesquisas de campo.
- Divulgação das atividades do projeto nas comunidades e estímulo da participação dos agricultores.
- Apoio nos processos de divulgação e inscrição dos cursos.

b) Coordenador

- Organização das atividades de campo em articulação com o animador comunitário.
- Acompanhamento das atividades de campo.
- Apoio às atividades produtivas em articulação com a Coordenadora técnica produtiva.

6) Procedimentos para Contratação

a) Jovens

- Na forma de estágio através do SINTEEG (Setor de Integração Escola Empresa Governo) da UFRuralRJ para aqueles matriculados na escola formal e acordo de serviço voluntário junto ao SEOP para aqueles com o ensino médio completo.

- ❑ Período de 06 meses renovável de acordo com a avaliação de desempenho.
- ❑ O valor mensal disponível para os 16 jovens é de Euro 600. Para cada jovem o valor mensal disponível é de Euro 37,5 destinado à cobertura da bolsa e dos custos administrativos.

b) Coordenador

- ❑ Contrato de trabalho por tempo determinado.
- ❑ Período de 01 ano renovável.
- ❑ O valor mensal disponível para o coordenador é de Euro 136,00 destinado à cobertura do salário e dos encargos contratuais.

7) Procedimentos para a Seleção

a) Jovens

- ❑ Cada comunidade indica e defende a indicação de 04 jovens. A Equipe de Coordenação DASARA seleciona dois por comunidade. Os não selecionados poderão concorrer novamente em outra ocasião. A cada período de 06 meses será selecionado um novo grupo.
- ❑ Dos quatro jovens indicados pelas comunidades, deverá ter, obrigatoriamente, pelos menos uma mulher.

b) Coordenador

- ❑ A Escola Estadual Agrícola convoca todos os seus egressos que se enquadrem no perfil definido. A Equipe de Coordenação DASARA seleciona um através de análise curricular e entrevista estruturada e define uma lista de classificação. No final do período de um ano, caso não seja renovado o contrato do coordenador selecionado, será feita uma nova seleção.

8) Sistemática Geral

G	2005												2006												2007											
	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N			
G1	S	FA	A	A	A	A																														
G2							S	FA	A	A	A	A	A																							
G3												S	FA	A	A	A	A																			
G4																		S	FA	A	A	A	A	A												
G5																								S	FA	A	A	A	A	A						

G = Grupo

S = Seleção

FA = Formação + atividades

A = Atividades

9) Formação

- a)** Será realizado um curso de formação para cada grupo GAD com duração de cerca de 32 horas por grupo. O curso poderá ser parte da atividade projetual prevista 3.3.1: *apoio e formação de coordenadores através de curso de formação para a educação civil* com 160 horas, regido pela Equipe de Coordenação DASARA em articulação com o NEAFRU.

ANEXO D: Plano de formação do grupo GAD²



Comunidade de Empenho em Serviço Voluntário
“Uma Comunidade Para o Mundo”



PLANO DE FORMAÇÃO DO GRUPO JOVEM DE APOIO AO DASARA – GAD

1. Apresentação

O grupo GAD é formado por 16 jovens das comunidades beneficiárias do projeto DASARA. Sendo dois jovens por comunidade, terão a missão de funcionar como elo fiel de ligação entre as comunidades e o projeto e vice-versa.

O processo de seleção e o quadro de atividades a ser desempenhado pelos jovens estão descritos no documento [Plano Seleção GAD](#).

2. Introdução

O envolvimento de jovens das comunidades nos processos executivos do projeto é um instrumento que tem o objetivo de operacionalizar a perspectiva de participação direta da comunidade na realização das atividades previstas.

O que se pretende alcançar é o comprometimento continuado dos jovens com as suas respectivas comunidades, além de apoiá-los nas decisões que devem tomar para encaminhar suas perspectivas de futuro.

O curso de formação deve introduzir os jovens no mundo profissional e, sobretudo, desvelar a universidade como centro de saber acessível para todos. Deste modo, para além do treinamento específico voltado à realização das atividades de campo, a formação no campus Seropédica da UFRuralRJ pretende despertar nos jovens o desejo e a vontade de avançar na formação pessoal e profissional com vistas a melhorar o nível de escolaridade do Distrito Agrícola através da formação de profissionais comprometidos com os problemas das suas comunidades de origem.

3. Dados de Síntese

- Identificação → Curso de Formação dos Jovens GAD.
- Responsabilidade → NEAFRU: (***) (CISV) e Prof. (***) (UFRuralRJ)
- Local → Casa da Paz/Piabetá & Instituto de Educação da UFRuralRJ
- Período → 26/Abr a 05/Mai/2005
- Carga horária → 32 horas

4. Conteúdos

- Introdução do Curso: *Os jovens das comunidades, os projetos de desenvolvimento e o projeto Dasara* (Prof (***) e (***))
- Relações Interpessoais & Instrumentos de Entrevistas (Profa. (***))
- Trabalho em Grupo (Profa. (***))
- Elementos de Comunicação (Prof. (***))

² Os nomes das pessoas reais envolvidas foram suprimidos com fins de preservação de identidade.

- O Papel dos Jovens no Desenvolvimento Social (Prof. (***))

DATA	HORÁRIO	TEMA	LOCAL	REGENTE
27/Abr	8:00 – 11:00h	Os Jovens	Casa da Paz	(***)
28/Abr	8:00 – 11:00h	Os Projetos		(***)
29/Abr	8:00 – 11:00h	A CISV & O Projeto DASARA		(***)
03/Mai	10:00 – 12:00 h	O Papel dos Jovens no Desenvolvimento Social	UFRuralRJ	(***)
	13:00 – 17:00 h	Visita ao Campus		(***)
04/Mai	9:00 – 12:00 h	Relações Interpessoais & Instrumentos de Entrevista		(***)
	13:00 – 17:00 h	Trabalho em Grupo		(***)
05/Mai	9:00 – 12:00 h	Elementos de Comunicação		(***)
	14:00 – 16:00 h	Encerramento		(***)

5. Logística

▪ Ciceroni:

- (***), (***), (***) e (***)

▪ Materiais:

- Transporte Magé – UFRuralRJ – Magé (Projeto)
- Acolhida (Hotel da UFRuralRJ)
- Alimentação (Projeto)
- Material Didático:
 - Pastas (17)
 - Bloco de notas pautado (17)
 - Canetas (34)
 - Camisetas (36)
 - Crachás (34)
 - Resumo Projeto DASARA
 - Apostilas

ANEXO E – Vínculos entre os cursos do programa de formação e as demais atividades do DASARA



Comunidade de Empenho em Serviço Voluntário
“Uma Comunidade Para o Mundo”



NATUREZA	TEMAS DE CURSO	ATIVIDADES VINCULADAS
Básicos	Manejo dos Solos	Realização de Drenagem Serviço de Micro crédito
	Manutenção Motocultivador	
	Manejo de Pragas & Doenças	
Vegetais	Cultivos Anuais	Realização de Drenagem Serviço de Micro crédito Construção de Agroindústrias Construção de Entrepasto
	Produção de Palmito	
	Frutíferas	
	Medicinais, Aromáticas e Condimentares	
Animais	Galinhas Caipiras	Serviço de Micro crédito Construção de Agroindústrias Construção de Entrepasto
	Peixes	
Gerenciamento	Planejamento Agrícola	Serviço de Micro crédito Construção de Agroindústrias Construção de Entrepasto
	Comercialização	
	Gerenciamento Hortifruti & Entrepasto	
	Gerenciamento MAC & Peixes	
Processamento	Peixes	Instalação de Energia Trifásica Construção de Agroindústrias Construção de Entrepasto
	Frutas e Olerícolas	
	Medicinais, Aromáticas e Condimentares	
Saúde	Agente Saúde Popular	Organização Comunitária
Organização	Gestão de Cooperativas	Organização Comunitária Serviço de Micro crédito Construção de Agroindústrias Construção de Entrepasto
	Gestão de Associações	
	Legislação Fundiária	

ANEXO F – Tabelas demonstrativas dos resultados das consultas e da redefinição dos temas de curso do programa de formação do DASARA



Comunidade de Empenho em Serviço Voluntário
“Uma Comunidade Para o Mundo”



Abaixo o quadro comparativo entre os cursos previstos no documento aprovado pelo MAE e os cursos definidos sob a luz daqueles critérios.

Cursos PREVISTOS	Índice de Aceitação (*)	Cursos DEFINIDOS
Manejo de Solos	56%	Manejo dos Solos
Manejo de Pragas & Doenças	69%	Manejo de Pragas & Doenças
Produtos para Controle de Pragas & Doenças	55%	
Cultivo de Hortifruti	31%	Cultivos Anuais
Cultivo de Medicinais, Condimentares e Aromáticas	40%	Cultivo de Medicinais, Condimentares e Aromáticas
Criação de Galinhas Caipiras	39%	Criação de Galinhas Caipiras
Criação de Suínos	22%	Cultivo de Frutíferas
Criação de Codornas	12%	Produção de Palmito
Criação de Peixes	37%	Criação de Peixes
Criação de Abelhas	9%	Manutenção de Motocultivadores
Administração Agrícola	47%	Planejamento Agrícola
Preços dos Produtos Agrícolas	33%	Comercialização
Beneficiamento de Peixes	26%	Beneficiamento de peixes
Beneficiamento de Hortifruti	36%	Beneficiamento de hortifruti
Beneficiamento de Medicinais, Condimentares e Aromáticas	28%	Beneficiamento de medicinais, condimentares e aromáticas
Embutidos & Defumados	17%	Gerenciamento de Agroindústria de hortifruti & Entrepoto
Beneficiamento de Produtos Apícolas	10%	Gerenciamento de Agroindústria de medicinais, condimentares, aromáticas & de peixes

(*) Número referente à média do Distrito Agrícola

Além dos cursos supracitados, está previsto a realização de cursos ligados aos temas: de saúde popular, gestão de cooperativas, gestão de associações e de legislação fundiária. Estes não foram consultados junto aos agricultores, sendo entendidos como pontos estratégicos fixos estabelecidos através das análises técnicas (tanto produtivas quanto organizacionais) da equipe de coordenação do DASARA a fim de garantir a sustentabilidade das ações projetuais após o período de financiamento, assegurando o protagonismo dos agricultores envolvidos.

O detalhamento do programa de formação apresentado no documento projetual aprovado pelo MAE está caracterizado no quadro abaixo, em função da sua natureza agrônômica:

Natureza	Cursos <i>PREVISTOS</i>	Carga (h)	Nº de Turmas	Nº de Alunos	Totais		Org (*)
					Carga (h)	Alunos	
Básicos	Manejo dos Solos	30	4	20	120	80	CISV
	Manejo de Pragas e Doenças	30	4	20	120	80	
	Produtos Alternativos de Controle	30	4	20	120	80	
Vegetais	Frutíferas	80	4	20	320	80	
	Medicinais, Aromáticas e Condimentares	30	2	20	60	40	
Animais	Galinhas Caipiras	30	1	20	30	20	
	Suínos	40	1	20	40	20	
	Codornas	24	1	20	24	20	
	Peixes	40	1	20	40	20	
	Abelhas	40	1	20	40	20	
Gerenciamento	Iniciando a Pequena Empresa	30	4	20	120	80	
	Administrando a Pequena Empresa	40	4	20	160	80	
	Definindo o Preço de Venda	15	4	20	60	80	
Processamento	Peixes	15	1	20	15	20	
	Frutas e Olerícolas	30	4	20	120	80	
	Medicinais, Aromáticas e Condimentares	24	1	20	24	20	
Totais (A).....		528	41	20	1413	820	
Saúde	Agente Saúde Popular	80	3	20	240	60	SEOP
Organização	Gestão de Cooperativas	80	2	30	160	60	
	Gestão de Associações	40	4	30	160	120	
	Legislação Fundiária	40	2	30	80	60	
Totais (B).....		240	11	110	640	300	
Totais Globais (A + B).....		768	52	***	2053	1120	

(*) Entidade responsável pela organização e realização do curso.

Seguindo aqueles critérios básicos o programa de formação foi redesenhado aplicando as seguintes alterações:

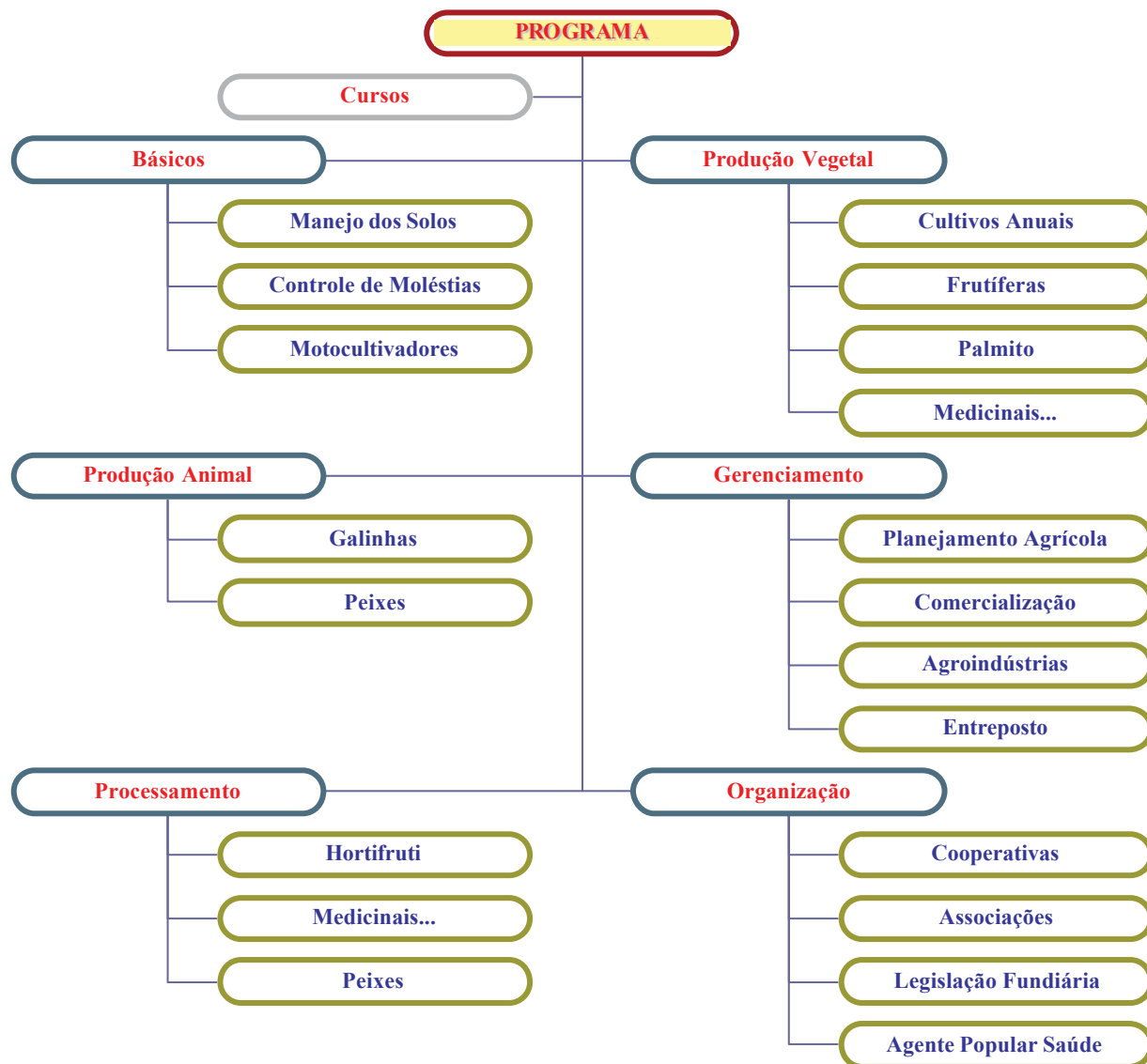
1. Eliminação dos cursos de *criação de suínos, criação de codornas, criação de abelhas, embutidos & defumados e beneficiamento de produtos apícolas*;
2. Fusão dos cursos de *manejo de pragas & doenças e produtos alternativos para controle de pragas & doenças* em um único curso de manejo de pragas & doenças (moléstias).
3. Desdobramento do curso de *cultivo de hortifruti* nos cursos de cultivos anuais e cultivo de frutíferas.
4. Redefinição dos cursos de *administração agrícola e preços dos produtos agrícolas* nos cursos de planejamento agrícola e comercialização.
5. Criação dos cursos de cultivo de palmito, manutenção de motocultivadores, gerenciamento de agroindústria de hortifruti & entreposto e gerenciamento de agroindústrias de medicinais, condimentares e aromáticas & de peixes.

O detalhamento do programa de formação definido está caracterizado no quadro abaixo, em função da sua natureza agrônômica:

Natureza	Cursos <i>DEFINIDOS</i>	Carga (h)	Nº de Turmas	Nº de Alunos	Totais		Org (*)
					Carga (h)	Alunos	
Básicos	Manejo dos Solos	40	8	20	320	160	CISV
	Manutenção Motocultivador	20	2	20	40	40	
	Manejo de Pragas & Doenças	40	8	20	320	160	
Vegetais	Cultivos Anuais	30	4	20	120	80	
	Produção de Palmito	20	1	30	20	30	
	Frutíferas	30	2	20	60	40	
	Medicinais, Aromáticas e Condimentares	20	2	20	40	40	
Animais	Galinhas Caipiras	30	2	20	60	40	
	Peixes	40	2	20	80	40	
Gerenciamento	Planejamento Agrícola	30	6	30	180	180	
	Comercialização	30	6	30	180	180	
	Gerenciamento Hortifruti & Entreposto	30	1	30	30	30	
	Gerenciamento MAC & Peixes	30	1	30	30	30	
Processamento	Peixes	30	1	20	30	20	
	Frutas e Olerícolas	30	1	20	30	20	
	Medicinais, Aromáticas e Condimentares	20	1	20	20	20	
Totais (A).....		470	48	*	1560	1110	
Saúde	Agente Saúde Popular	80	3	20	240	60	SEOP
Organização	Gestão de Cooperativas	80	2	30	160	60	CISV
	Gestão de Associações	40	4	30	160	120	
	Legislação Fundiária	40	2	30	80	60	
Totais (B).....		240	11	±	640	300	
Totais Globais (A + B).....		710	59	***	2200	1410	

(*) Entidade responsável pela organização e realização do curso.

Enfim, a sistematização dos cursos a serem realizados, em função da natureza agrônômica, assumiu a seguinte diagramação:



ANEXO G – Planejamento de um Círculo AgroCultural³



Comunidade de Empenho em Serviço Voluntário
“Uma Comunidade Para o Mundo”



Documento de Constituição do Círculo AgroCultural IV (Rio do Ouro + Rio dos Cavaleiros + Cachoeira Grande + Cachoeirinha + Santa Rosa)

1. Apresentação

Os Círculos AgroCulturais (CAC's) traduzem uma coalizão de agricultores familiares da Baixada Fluminense, dispostos a analisar e a buscar soluções factíveis para os seus problemas de ordem produtiva e estrutural. Eles são formados por agricultores que ora se debruçam sobre questões macro de infraestrutura, projetos de ajuda e políticas públicas, e ora se debruçam sobre questões produtivas específicas ligadas a uma dada exploração econômica.

Os CAC's são definidos pelo agrupamento de comunidades circunvizinhas onde vivem e trabalham os agricultores familiares⁴, e constituídos por *grupos de produção* formados em torno das atividades produtivas a que se dedicam os agricultores.

Os grupos de produção são formados pelo encontro de pessoas que concluíram os cursos introdutórios do programa de qualificação profissional para agricultores familiares do Projeto DASARA em 2005. Para cada curso realizado, havendo a necessidade e interesse real das pessoas, forma-se um grupo de produção que, através de encontros sistemáticos e experimentações no campo, continua a exercitar os saberes construídos em diversas ocasiões (dos cursos, das conversas, da experiência cotidiana etc). Os grupos de produção também podem ser formados pelos próprios agricultores que solicitam iniciativas ligadas a um determinado tema produtivo, como aconteceu em Conceição do Suruí com o grupo de criação de cabras, em Rio dos Cavaleiros com o grupo de criação de abelhas e em Vala Preta com o grupo de cultivadores de pimenta.

Para cada *grupo de produção*, será indicado pelos agricultores um representante do grupo. O conjunto de representantes dos *grupos de produção* constituirá o *Conselho* do CAC, que, por sua vez, defenderá as propostas construídas coletivamente, diante dos outros CAC's. Tais propostas, num primeiro momento, se referem às decisões estratégicas ligadas ao projeto DASARA; mas, num segundo momento, deverão estar associadas a políticas públicas locais e regionais. A apresentação, debate e defesa de propostas dos CAC's constituídos no Distrito Agrícola acontecerão nos Encontros Intercomunitários, mobilizados bimestralmente pelo DASARA, envolvendo agricultores de todas as comunidades do Distrito Agrícola que participam assiduamente da dinâmica dos seus respectivos CAC's.

³ Todos os nomes de pessoas reais e seus dados foram omitidos para preservar a identidade dos envolvidos.

⁴ (CAC I – Pau Grande e Vila Inhomirim; CAC III – Vala Preta e Parque dos Artistas; CAC IV – Rio dos Cavaleiros, Rio do Ouro, Cachoeirinha, Santa Rosa e Cachoeira Grande; e, CAC V – Conceição do Suruí)

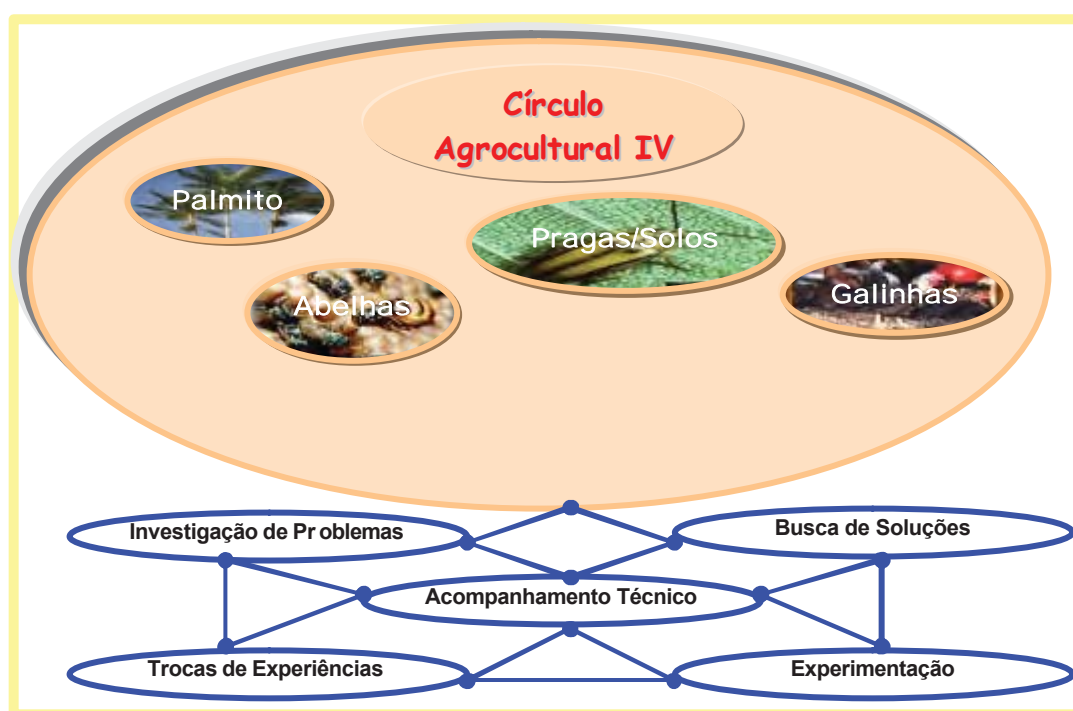
O processo de análise de problemas e busca de soluções acontecerá a partir da dinâmica do diálogo estabelecido entre os próprios agricultores, mediados, inicialmente, por formandos da UFRuralRJ (licenciandos em ciências agrícolas e bacharelandos em engenharia agrônoma ou zootecnia) e assessorados pelos membros do grupo jovem de apoio ao projeto DASARA.

Na medida das necessidades reais, técnicos ligados ao DASARA (01 licenciado em ciências agrícolas e engenheiro florestal contratado, 01 licenciado em ciências agrícolas voluntário e dois engenheiros agrônomos voluntários) apoiarão os debates dos agricultores com informações técnicas (específicas e gerais) pertinentes ao processo de busca e aplicação de possíveis soluções. Na medida em que os problemas exigirem conhecimentos mais elaborados serão viabilizadas atividades específicas (palestras, visitas, oficinas, cursos etc) com a participação de um especialista no tema em questão.

2. Diagrama de Constituição

No caso do CAC IV (Rio do Ouro + Rio dos Cavaleiros + Cachoeira Grande + Cachoeirinha + Santa Rosa), foram formados 04 grupos de produção, a saber:

Grupos de produção	Formação Inicial
Galinhas Caipiras	A partir dos cursos realizados pelo programa de qualificação do DASARA, cujas temáticas foram decididas pelos próprios agricultores.
Pragas e Doenças/Solos	
Palmito	
Abelhas	Respondendo a uma solicitação expressa dos agricultores, o projeto promoveu um curso específico que será sucedido pelo grupo de produção que obteve acesso a um micro-crédito de R\$ 3.000,00.



3. Sistemática de Funcionamento

- O CAC IV se reunirá mensalmente no terraço da casa do Sr. (***) e da Sra. (***) (Próximo a igreja de Santo Antonio no Rio do Ouro), nas primeiras segundas-feiras do mês das 12:00 às 16:00 h.
- Na primeira metade do tempo, o CAC se dedicará à construção de propostas referentes aos temas ligados ao projeto DASARA. Na segunda metade do tempo, o CAC se dedicará aos debates acerca dos temas produtivos, se subdividindo nos seus respectivos GP's.

4. Equipe de Base

- **Membros do Grupo Jovem** → (***) e (***)
- **Coordenação técnica** → (coordenador técnico), (voluntário), (voluntário), (voluntário).
- **Assessor da UFRuralRJ** → (estagiário)
- **Representante do GP Galinhas** → (agricultores)
- **Representante do GP Palmito** → (agricultores)
- **Representante do GP Pragas/Doenças & Solos** → (agricultores)

5. Roteiro Metodológico dos Encontros do CAC

- O CAC deverá possuir os seguintes instrumentos: um cadastro dos participantes (anexo A1), um controle de frequência (anexo A2), uma agenda de realizações DASARA (anexo A3), um calendário de encontros (anexo A4), e um relatório de cada encontro CAC (anexo A5). Além disso, deverá constituir um Conselho formado pelos representantes dos seus respectivos *grupos de produção*.
- Os temas já definidos para este ano serão: (1) eleição dos novos membros do Grupo Jovem GAD, (2) implementação de uma agroindústria e (3) implementação de um espaço físico para comercialização. A cronologia do tratamento dos temas será definida pelo Conselho NEAFRU.
- Para cada tema será traçado um conjunto de perguntas que deverão ser respondidas por cada CAC no tempo estabelecido para a definição de uma proposta a ser apresentada e defendida no Encontro Intercomunitário. O documento guia para esta atividade será o anexo A3 (Agenda de realizações DASARA).
- O CAC receberá o anexo A3 da Equipe de Coordenação com as perguntas, os seus respectivos objetivos e o prazo de entrega da proposta previamente estabelecidos.
- A dinâmica dos encontros que se sucederão até a definição da proposta do CAC deverá ser registrada no anexo A5 (Modelo de relatório do CAC). Para cada encontro preencher um anexo A5 específico.
- O preenchimento definitivo do anexo A3 só deverá ser feito quando o CAC chegar a uma proposta definida e formatada pronta para ser apresentada no Encontro Intercomunitário.
- O primeiro movimento do CAC, ao receber o anexo A3, deverá ser a organização das perguntas em função do tempo disponível e da rotina de encontros, a fim de definir o anexo A4 (Calendário de Encontros) sistematizando a rotina de modo a evitar que o CAC se perca no processo e não consiga formatar uma proposta a tempo de leva-la para o Encontro Intercomunitário.

6. Roteiro Metodológico dos Encontros dos GP's

- Os GP's deverão possuir os seguintes instrumentos: um calendário de encontros dos GP's (anexo A6), um relatório de encontros dos GP's (anexo A7) e Planos de Ação Comunitária (PAC) quando de situações de experimentação de tecnologias.
- O primeiro movimento dos GP's deverá ser concentrado no tratamento das seguintes perguntas:
 - O que aprendemos nos cursos que participamos no projeto DASARA?
 - Quais conhecimentos obtidos naqueles cursos que experimentamos nas nossas explorações?
 - Quais resultados encontramos?
 - O que não experimentamos e porque?
 - Quais são as dúvidas/perguntas que restaram?
 - Quais os problemas/temas que temos que enfrentar nos próximos encontros?
- O elenco de problemas definido na atividade anterior deverá ser transcrito para o anexo A6 (calendário de encontros dos GP's), sistematizando a rotina, de modo a evitar que o GP se perca no processo e não consiga encontrar as repostas operacionais para os problemas em debate.
- Se, no decorrer das conversas, surgir a possibilidade de realizar um experimento popular de qualquer tecnologia utilizável na região, deverá ser construído um Plano de Ação Comunitária (PAC).
- A dinâmica dos encontros que se sucederão no GP deverá ser registrada no anexo A7 (Modelo de relatório do GP). Para cada encontro preencher um anexo A7 específico.

7. Documentos Anexos

- **A1 – Fichas dos participantes⁵**
- **A2 – Controle de frequência**
- **A3 – Agenda de realizações DASARA**
- **A4 – Calendário de encontros do CAC**
- **A5 – Modelo de relatório do CAC**
- **A6 – Calendário de encontros dos GP's**
- **A7 – Modelo de relatório dos GP's**
- **PAC – Plano de Ação Comunitária (a construir)**

⁵ Não incluído para a preservação da identidade das pessoas envolvidas.

- **A2 – Controle de frequência**

Nº	Nome	Telefone	6-fev-06	20-fev-06	18-mar-06	3-abr-06
1	(*****)	(***)	0	0	0	
2	(*****)	(***)	1	1	1	
3	(*****)	(***)	1	0	1	
4	(*****)	(***)	0	1	0	
5	(*****)	(***)	0	0	0	
6	(*****)	(***)	0	0	0	
7	(*****)	(***)	1	1	1	
8	(*****)	(***)	1	0	0	
9	(*****)	(***)	0	1	1	
10	(*****)	(***)	0	0	0	
11	(*****)	(***)	1	0	1	
12	(*****)	(***)	1	1	1	
13	(*****)	(***)	1	0	0	
14	(*****)	(***)	0	0	1	
15	(*****)	(***)	0	1	1	
16	(*****)	(***)	0	1	1	
17	(*****)	(***)	0	1	0	
18	(*****)	(***)	0	0	0	
19	(*****)	(***)	1	1	1	
20	(*****)	(***)	0	0	0	
21	(*****)	(***)	1	1	1	
22	(*****)	(***)	1	0	0	
23	(*****)	(***)	1	1	1	
24	(*****)	(***)	0	0	0	
25	(*****)	(***)	1	1	1	
26	(*****)	(***)	0	1	1	
27	(*****)	(***)	0	0	0	
28	(*****)	(***)	1	1	0	
29	(*****)	(***)	0	0	0	
30	(*****)	(***)	0	0	1	
31	(*****)	(***)	1	1	1	
32	(*****)	(***)	0	1	0	
33	(*****)	(***)	0	1	0	
34	(*****)	(***)	0	0	0	
35	(*****)	(***)	0	0	0	
36						
37						
38						
39						
40						
Frequência por Encontro			14	17	16	0

• **A3 – Agenda de realizações DASARA**

DATA: ____ / ____ / ____	REDATOR:
FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO VALOR: R\$ 20.000,00	Entrega da Proposta → ____ / ____ / ____

- 1) Quais as perguntas a serem respondidas?
- a) Quem produz o quê, em qual quantidade, e qual período do ano?
 - b) O que vocês vendem, quanto, onde e como ocorre a venda?
 - c) Quais atividades na área de venda, vocês acham importante desenvolver?
 - d) Há interesse em abastecer o mercado local, como?..

- 2) Qual o objetivo de cada pergunta?
- a) Conhecer e refletir a realidade produtiva do local através de dados diretos vindos do campo.
 - b) Conhecer e refletir a realidade produtiva do local através de dados diretos vindos do campo.
 - c) Construir uma proposta fundamentada com base nas discussões em torno dos dados e nos anseios dos agricultores.
 - d) Construir uma proposta fundamentada nos anseios dos agricultores.

- 3) Quais as principais coisas que foram faladas sobre cada pergunta?
- a)
 - b)
 - c)
 - d)

4) Quais as repostas dadas para cada pergunta?

a) .

b) .

c) .

d)

5) Qual a proposta do CAC V?

DATA: ____ / ____ / ____

REDATOR:

ESPAÇO DE COMERCIALIZAÇÃO

Entrega da Proposta → ____ / ____ / ____

• **A4 – Calendário de encontros do CAC**

DATA: ____ / ____ / ____ _____	REDATOR:
--	-----------------

FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO

- 1) Quais as perguntas a serem respondidas pelo CAC?
- a) Quem produz o quê, em qual quantidade, e qual período do ano?
 - b) O que vocês vendem, quanto, onde e como ocorre a venda?
 - c) Quais atividades na área de venda, vocês acham importante desenvolver?
 - d) Há interesse em abastecer o mercado local, como?.

DATA	INÍCIO	FINAL	PAUTA	DECISÕES
19/06	12:00	13:30	Preenchimento da pesquisa de produção.	
03/07	12:00	13:30	Apresentação dos resultados da pesquisa de produção do CAC local	
17/07	12:00	13:30	Apresentação dos resultados de todos CAC e apresentação da Pesquisa de Demanda	
31/07	12:00	13:30	Formatação da Proposta	
07/8	12:00	13:30	Formatação da Proposta	
			Preenchimento do Anexo A3	

• **A5 – Modelo de relatório do CAC**

DATA: ____ / ____ / ____ _____	REDATOR:
--	-----------------

1) Qual a pauta do encontro de hoje?

a) .

b) .

c) .

2) Quais os objetivos do encontro de hoje?

a) .

b) .

c) .

3) Quais as principais coisas que foram faladas em cada ponto de pauta?

a) .

b) .

c) .

4) Quais as principais decisões que foram tomadas em cada ponto de pauta?

a) .

b) .

c) .

5) Quais as atividades que devem ser realizadas, por quem e em qual prazo?

a) .

b) .

c) .

DATA: ____ / ____ /

REDATOR:

• **A6 – Calendário de encontros dos GP's**

DATA: ____ / ____ / ____	REDATOR:
GRUPO DE PRODUÇÃO DE ABELHAS <i>(mesmo formulário para todos os GP's)</i>	

1) Quais os problemas a serem enfrentados pelo GP?

a) .

b) .

c) ..

d) .

e) .

f) .

DATA	INÍCIO	FINAL	PAUTA	DECISÕES
			Problema: a)	
			Problema: b)	
			Problema: c)	
			Problema: d)	
			Problema: e)	
			Problema: f)	
			Problema: g)	

• A7 – Modelo de relatório dos GP's

DATA: ____ / ____ / ____	REDATOR:
GRUPO DE PRODUÇÃO DE ABELHAS <i>(mesmo formulário para todos os GP's)</i>	

1) Qual a pauta do encontro de hoje? (Problemas)

a) .

b) .

c) ..

2) Quais os objetivos do encontro de hoje? (Aonde queremos chegar com isso)

a) .

b) .

c) ..

3) Quais as principais coisas que foram faladas em cada ponto de pauta? (Quais as manifestações do problema: causa → efeito)

a) .

b) .

c) ..

4) Quais as principais decisões que foram tomadas em cada ponto de pauta? (Que coisas faremos para resolver o problema?)

a) .

b) .

c) .

5) Quais as atividades que devem ser realizadas, em qual prazo e por quem? (Como faremos aquelas coisas?)

a) .

b) .

c) ..

DATA: ____ / ____ / ____

REDATOR:

GRUPO DE PRODUÇÃO DE ABELHAS

ANEXO H – Documentos guia do Grupo de Comercialização

→ Ponto de Partida

<p style="text-align: center;">ATACADO X VAREJO</p> <p>1. Tem que ter as duas formas: ATACADO e VAREJO</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Ponto fixo (num único lugar) à ATACADO e VAREJO. b. VAREJO pode circular em Magé (Magé, Suruí, Mauá...), mas ã em Piabetá (porque tem a feira). Varejo funciona de segunda a sábado, mas nunca no domingo. <p>2. Priorizar o ATACADO</p> <ol style="list-style-type: none"> a. VAREJO → tem que ter variedade de produtos para fazer. É complicado para ser Varejista, porque tem que competir com o mercado local (que é forte). b. Não descartar o VAREJO, mas isto é para o futuro. c. FEIRA na rua para fazer o VAREJO (funcionando de segunda a segunda) 	<p style="text-align: center;">BARRACAS OU GALPÃO</p> <p>1. Estrutura de BARRACAS</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Barraca grande fixa (ATACADO), funcionando todo dia incluindo os domingos. b. No início são barracas, mas depois se quer partir para um Mercado do Produtor. <p>2. Mudar a estrutura → Opção: GALPÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Riscos de acondicionamento e conservação dos produtos (sobretudo no verão) b. Estrutura do galpão (atacado + varejo)
<p style="text-align: center;">TRANSPORTE</p> <p>1) Conseguir um veículo por várias fontes</p> <p>2) TRANSPORTE → Popular, a gás, capaz de transportar embaixo de chuva, que não seja muito grande para facilitar o estacionamento</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Três kombis, para não ter falta de atendimento. b) 01 ônibus barato → Que pode funcionar como Sacolão Volante, além de transportar a mercadoria para o ponto fixo. 	<p style="text-align: center;">VERBA DISPONIVEL</p> <p>1) Aumentar a verba: tem que ter o espaço e o transporte (pela metade não serve)</p> <p>2) Que tal juntar o dinheiro disponível para a comercialização e a agroindústria e os agricultores decidirem?</p>
<p style="text-align: center;">ORGANIZAÇÃO</p> <p>1) Procurar a Prefeitura apenas para conseguir o ALVARÁ.</p> <ol style="list-style-type: none"> a) OCUPAÇÃO DO LOCAL! Pedir tudo direitinho, mas se depois de 06 meses a Prefeitura ã responder a gente ocupa. <p>2) Como estocar os produtos que SOBREM do dia de trabalho?</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Contratar vigilante noturno <p>3) Fazer regimento apontando os Fundadores e os novos agricultores</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Tem que ter união entre os agricultores b) Permitir a entrada de novos agricultores c) Preços baixos entre as mercadorias dos agricultores do grupo d) Sistema de controle de mercadoria, para ter preços dentro de um padrão (preço em função da qualidade do produto). → SELEÇÃO E PADRONIZAÇÃO de mercadorias e embalagens 	<p style="text-align: center;">OPÇÕES DE LOCAL</p> <p>1) Espaço 1 → Na “Olívio de Matos” entre a linha do trem e o Posto de Gasolina (CBTU-Linha férrea)</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Negociar direitinho com a CBTU (Super Via?) à tentar evitar a Prefeitura <p>2) Espaço 2 → Antiga linha de ferro Petropolis-Mauá.</p> <p>3) Verificar se o terreno onde seria construído o Restaurante Popular está disponível.</p> <p>4) Apolítico → um espaço que ã tenha vínculo político eleitoral</p>
<p style="text-align: center;">ORGANIZAÇÃO</p> <p>4) CONSIDERANDO A HIPÓTESE “VAREJO”:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Oferta de PRODUTOS QUE NÃO SÃO PRODUZIDOS no Distrito Agrícola → Decidir se comprar para revender. b) O QUE NÃO É PRODUZIDO → Abrir espaço para a venda em consignação daquilo que não é produzido no Distrito. <p>5) CONSIDERANDO A HIPÓTESE “ATACADO”:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) CAMELÔ: compra no sítio ou no galpão? → Negociar para passar a comprar no galpão e não mais no sítio. b) O que fazer com as sobras do ATACADO? → Mandar a SOBRA DO ATACADO para a CEASA. c) Vender só para a população de Piabetá? → Venda para Escolas do Estado <p>6) Envolver os familiares no fortalecimento do projeto (trabalhadores necessários a serem envolvidos)</p> <p>7) Fazer um banco de dados das produções dos agricultores envolvidos para circular entre os grupos → fazer os produtos e o dinheiro girarem entre os próprios agricultores envolvidos (adubos, mudas...)</p> <p>8) Folhetos informativos de divulgação dos produtos</p> <p>9) Reunião de atualização do andamento dos trabalhos girando entre os CAC's e GP's (01 vez por mês)</p>	<p style="text-align: center;">OPÇÕES DE LOCAL</p>

→ Regras de funcionamento do grupo



Comunidade de Empenho em Serviço Voluntário
“Uma Comunidade Para o Mundo”



Regras de Funcionamento Interno do GT de Comercialização

→ Finalidade

1. Este grupo de trabalho analisará as propostas de investimento em Comercialização construídas pelos agricultores participantes do Projeto DASARA no VI Encontro Intercomunitário (realizado no 23/Out/06).
2. No VII Encontro Intercomunitário, previsto para o 15/Dez/06⁶, o grupo deverá apresentar para a plenária uma análise detalhada de cada proposta de comercialização, e recomendar uma delas. Neste encontro será escolhida uma das propostas que será implantada a partir de Fevereiro/2007.

→ Membros

- | | |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. (***)2. (***)3. (***)4. (***)5. (***)6. (***)7. (***) | <ol style="list-style-type: none">8. (***)9. (***)10. (***)11. (***)12. (***)13. Outros companheiros que chegarem serão prontamente incluídos no debate. Os votos destes companheiros serão avaliados pelos membros oficiais do GT. |
|--|--|

→ O Horário

1. O horário oficial de início das atividades é 5:00 horas da tarde.
2. A partir das 5:00 horas da tarde, assim que comparecer 50% + 1 dos membros oficiais do GT o encontro começará.
3. Às 6:00 horas da tarde, o encontro começará com qualquer número de membros presentes que poderão, ainda, tomar decisões.
4. Os membros que faltarem a um encontro deverão consultar os companheiros para se atualizarem do andamento dos trabalhos. Deverão também expressar sua opinião a respeito dos assuntos debatidos no próximo encontro em que comparecer.
5. Os encontros encerrarão suas atividades pontualmente as 8:00 da noite. Sendo que os companheiros que tiverem dificuldades com transporte, poderão sair quando considerarem oportuno.

→ As falas durante o encontro

1. Para falar é necessário fazer uma inscrição com os moderadores do encontro (***) e (***)). Cada companheiro poderá fazer quantas inscrições achar necessário.
2. A fala durará de 3 a 5 minutos para cada companheiro inscrito. No início das inscrições os moderadores deverão avisar o tempo disponível para cada fala.
3. Quando um companheiro estiver falando, todos os outros não deverão fazer “conversa paralela”. Deverão ficar em silêncio apreciando a fala do outro.
4. Se algum companheiro que está com a fala da vez não utilizar todo o tempo disponível, qualquer outro poderá utilizar o tempo restante se for para complementar a idéia.

⁶ Se houver informações suficientes para tomar decisão. Se não, a decisão por uma propostas ocorrerá no fim de Janeiro/2007.

→ Demandas para o SEBRAE



Comunidade de Empenho em Serviço Voluntário
“Uma Comunidade Para o Mundo”



DEMANDAS DO GRUPO PARA O SEBRAE

As Propostas em análise

3. O grupo de trabalho de comercialização (GT comercialização) dispõe de R\$ 28.000 para implementar uma proposta de melhoria da comercialização de cerca de 85 famílias de agricultores familiares do Distrito Agrícola de Magé participantes dos grupos de produção do Projeto DASARA.
4. O GT está refletindo acerca de 03 propostas, a saber: (1) Barracas para venda no atacado, (2) Galpão para venda no atacado, e, (3) Central de vendas no atacado.
 - a. As considerações iniciais do GT Comercialização acerca das propostas Barracas e Galpão, estão caracterizadas no arquivo GT Comercialização (Ponto 0).
 - b. As considerações iniciais do GT comercialização acerca da proposta Central estão caracterizadas na tabela abaixo.
 - c. Para qualquer uma das três propostas em análise, o grupo convencionou que necessário um meio de transporte que pode ser um caminhão de porte médio (tipo o antigo 608).

A Proposta Central de comercialização

14. Seria um escritório com capacidade de estoque “mínimo” (de rápido escoamento), e com garagem para o veículo de transporte de carga, com a finalidade de venda no atacado.
15. A cadeia operacional da Central seria: (1) A central faz pesquisa de mercado, fecha negócio (ou consegue “promessa de compra”) → (2) A central aciona os agricultores para preparar a mercadoria → (3) A central transporta a mercadoria para o seu estoque e ali os varejistas compram o prometido (ou, ainda, a central faz a entrega da mercadoria se o itinerário for conveniente).
16. Os agricultores *participantes* priorizam a central como meio de venda principal, mas ficam livres para vender à outros compradores na hipótese da central não conseguir vender toda a mercadoria disponível.
17. A central também deve procurar outras fontes de comercialização, incluindo a CEASA. E, se for interessante e viável, pode se afiliar à UNACOOP (Pavilhão 30); ou, ainda, negociar no Pavilhão 21 (gerido pela APHERJ).
18. A central deve interagir com os agricultores *participantes* a fim de construir, definir e adotar um “planejamento” (qualitativo⁷ e quantitativo⁸) das produções tomando como referência a demanda mapeada pela própria central ou por outros colaboradores. Neste planejamento deve conter ainda indicações concretas da frequência de oferta (caracterizando a sazonalidade de cada produto) e, ainda, a duração de cada período de oferta.
19. Pontos concretos a se definir:
 - a. Aonde pode ser a central? A primeira idéia é tentar conseguir um local cedido a baixo custo ou com custo nenhum. Falar com o SEOP para verificar se possui algum espaço que possa ser disponibilizado para a central. De qualquer maneira tem que identificar outras opções possíveis com ou sem custo.
 - b. Identificar e levantar custos de: (1) Linha telefônica, (2) Conexão internet, (3) Computador, (4) Móveis de escritório, (5) Contratação de telefonista/secretária, (6) Contratação de vendedor(es), e, (7) Contratação de motorista.

⁷ Quantos produtos diferentes são produzidos

⁸ Em que quantidade é produzido cada um daqueles produtos

As Perguntas para o SEBRAE – ADR Baixada

1. Pode nos dar um parecer sobre as propostas que estamos analisando?
2. O valor de R\$ 28.000,00 é suficiente para implementar a proposta “Central de Vendas”?
3. O SEBRAE pode fazer cursos para o nosso grupo de como entrar (e sobreviver) no mercado de vendas?
4. Que outros cursos o SEBRAE pode oferecer para o nosso grupo?
5. O SEBRAE conhece outras experiências como a nossa (comercialização de produtos agrícolas)? Se sim, pode nos fazer relatos, ou ainda, nos colocar em contato?
6. O SEBRAE pode nos “dar” um consultor para acompanhar de perto os nossos trabalhos, nas fases de planejamento, implantação e início do funcionamento?
7. O SEBRAE tem contatos com fornecedores para a aquisição dos materiais e meios que precisaremos? Conhece meios por onde possamos conseguir compras mais facilitadas.
8. Se o SEBRAE for nos ajudar concretamente, poderemos divulgar a marca do SEBRAE na nossa propaganda?

Encaminhamentos do encontro do GT com o SEBRAE (22/Novembro/2006)

5. O Projeto DASARA (***) encaminhará para o SEBRAE (***), via e-mail, todas as informações já sistematizadas pelo GT e, ainda, as demandas apresentadas ao SEBRAE – ADR Baixada.
6. O Projeto DASARA (Equipe técnica) apresentará para o SEBRAE os dados da pesquisa de produção e comercialização dos agricultores ligados ao projeto.
7. Será marcada uma reunião entre o Projeto DASARA e o SEBRAE para discutir os dados e marcar os próximos passos da colaboração. → *Esta reunião foi marcada para o dia 06/Dez às 10:00h no escritório SEBRAE em Nova Iguaçu, por (***) e (***), no 24/Nov.*